

Cidade e Espaço

City and Space

Magda Pinheiro, Cecília Vaz (org)

Cidade e Espaço / City and Space

Organização | Magda Pinheiro e Cecília Vaz

Edição | CEHC-IUL | Lisboa | 2014

ISBN | 978-989-98499-9-0

Suporte | Eletrónico

Formato | PDF

Comissão Científica | Henk van Dijk, Nuno Pinheiro, Maria João Vaz

Copyright © CEHC-IUL

All rights reserved. Except for the quotation of short passages for the purposes #criticism and review, no part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording or otherwise, without the prior permission of the publisher.

Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa

Avenida das Forças Armadas, Edifício I, sala 2W1

1649-026 Lisboa | Portugal

Telefone | +351 217 903 094

E-mail | cehc@iscte.pt

<http://cehc.iscte-iul.pt>

Apoio e financiamento



ÍNDICE

<i>Introdução. Cidade e Espaço: novas perspectivas para a História Urbana</i>	<u>7</u>
Magda Pinheiro	
Parte 1: Controlo e Planeamento do Espaço Urbano	<u>11</u>
<i>Da Almotacaria ao Código Civil: a mutação das normas jurídicas para o construtivo</i>	<u>13</u>
Sandra M. G. Pinto	
<i>Planos Directores Municipais de Lisboa: (des)actualização, revisão e regeneração urbana</i>	<u>27</u>
Ana Nevado	
Parte 2: Agricultura no Espaço Urbano	<u>43</u>
<i>Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual</i>	<u>45</u>
Teresa Madeira da Silva e Marianna Monte	
Parte 3: Rituais, Simbologias e Celebrações no Espaço Urbano	<u>59</u>
<i>Uma nova semiologia urbana: a indústria portuguesa na Avenida da Liberdade em 1888 e a representação de Portugal na Exposição Universal de 1889</i>	<u>61</u>
Maria Helena Souto	
<i>A toponímia em Santarém na transição da monarquia para a 1.ª República</i>	<u>73</u>
Maria Manuel Santos	
<i>Arte pública e comemoração nos espaços públicos de Lisboa: modalidades de encomenda entre a I República e Estado Novo</i>	<u>85</u>
Helena Elias	
Parte 4: Identidades e vivências do Espaço Urbano	<u>97</u>
<i>A mortalidade infantil na cidade de Lisboa nos anos trinta do século XX</i>	<u>99</u>
Virginia Baptista	
<i>Ethnographie d'une place publique: les fonctions du Rossio de Lisbonne</i>	<u>109</u>
Francis Rigal	
<i>Construir Lisboa em imagens</i>	<u>119</u>
Nuno Pinheiro	
Resumos e notas biográficas	<u>125</u>
Resumos dos artigos	<u>127</u>
Notas biográficas	<u>133</u>

Introdução

Cidade e Espaço: novas perspectivas para a História Urbana

Magda Pinheiro

Esta publicação reúne comunicações apresentadas ao Seminário Internacional *Cidade e Espaço / City and Space*. Ao lançar um apelo a comunicações interdisciplinar, dirigido a investigadores inseridos em unidades de pesquisa portuguesas, pretendemos aumentar o impacto da conferência anual da *Commission Internationale pour l'Histoire des Villes* (ICHT), que teve lugar nos dias 11 e 12 de Outubro de 2013 no ISCTE-IUL, em Lisboa. Com o seminário realizado no primeiro dia tivemos por objetivo aumentar o número de oportunidades para apresentação de comunicações sobre esta temática e favorecer o contacto entre os investigadores nacionais e estrangeiros.

A sessão destinada aos investigadores portugueses teve lugar no dia 10 de Outubro. A resposta ao apelo a comunicações emitido foi muito positiva, mostrando as potencialidades da interdisciplinaridade do tema, que resultam em parte da polissemia do conceito de espaço. Dada a qualidade das apresentações, a realização de uma publicação que as reunisse pareceu-nos adequada.

O título da conferência, *Cidade e Espaço / City and Space*, reúne dois vocábulos cujo significado variou ao longo dos tempos. É um tema portador de alguma ambiguidade, podendo ser encarado de forma diferente segundo as Ciências Sociais ou as técnicas de análise envolvidas.

Ao usar a palavra Cidade / City, não tivemos por objetivo reduzir a temática às cidades e vilas por posição às aldeias, ou as *cities* por oposição às *towns*. Não iremos, nesta pequena introdução, descrever a evolução destes conceitos nos diversos países¹. Usámos o sentido mais abrangente da palavra “cidade” que inclui todas as paisagens geográficas caracterizáveis como urbanas, incluindo mesmo as suburbanas.

Segundo o *Petit Robert* de 1972, a palavra francesa medieval mais próxima de “espace” era “espaice” e significava lugar onde se pode situar alguma coisa, lugar, superfície, extensão. A palavra “espace” dataria do século XVI e derivaria do latim *spatium*. Ligar-se-ia à noção de tempo. O *Petit Robert* indica a filosofia do século XVII como portadora de novos significados relacionando espaço, meio ideal e percepção. O espaço geométrico caracteriza-se como infinito, tridimensional, contínuo, homogéneo e isotropo. A expressão “il n’y a pas assez d’espace” leva-nos pelos caminhos do nacionalismo. O espaço é reivindicado e torna-se vital. A identificação darwinista entre sociedades humanas e meios ecológicos vegetais e animais faz o conceito entrar na Sociologia. O modelo de Chicago nos anos vinte não era seguramente generalizável, mas teve o mérito de representar uma reflexão sobre a espacialização da sociedade urbana². Mckenzie define então a ecologia urbana como estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos que são afetadas por fatores de seleção, de

¹ Teresa Barata Salgueiro (1992), *A Cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*, Porto: Afrontamento, pp.19 a 30.

² Y Grafmeyer e Joseph, *L'École de Chicago, Naissance d'une écologie Urbaine*, p. 34.

distribuição e adaptação ligados ao ambiente³. A geografia humana nos anos vinte utiliza já abundantemente a fotografia, incluindo a fotografia aérea⁴, porém as noções de país, região, meio, paisagem, povoação, habitat e densidade são as mais relevantes. O livro *Princípios de Geografia Humana*, de Vidal La Blache, publicado em Paris em 1922, mas traduzido para Português apenas em 1946, não tem o termo “espaço” no título de nenhum capítulo, porém, ao descrever o crescimento de Londres e Paris, utiliza a palavra associando-a à vastidão.

A modelização da distribuição da população e funções no espaço geográfico transformado em território feita por Christaller destinava-se a planear racionalmente a ocupação do espaço conquistado pelos alemães durante os anos trinta e quarenta. O modelo não foi porém recusado pela geografia humana do II pós-guerra, incluindo em Portugal.

Com a teoria da relatividade a relação espaço-tempo ganha novos contornos.

Os anos cinquenta encontram esperança num novo significado atribuído ao termo “espaço”. “Espaço” passa a significar, de forma mais popular, céu, éter e extraterrestre. Outras Ciências Sociais e Humanas apropriam-se também do vocábulo dando-lhe variados limites: espaço tátil, espaço visual, espaço representado. Os estudos sobre Arte refletem sobre a representação do “espaço” e a sua relação com a sociedade⁵.

No *Dicionário* de Moraes e Velho de 1831, o termo “espaço” surge associado a “tempo”, «exceções dilatórias em demandas», «moratórias», «interrupções de sessões», traduzindo-se em expressões que incluíam a palavra, como «alegar espaço». Já «O branco entre linha, e linha, figura assinada no espaço, e não na linha», última frase da entrada “Espaço” deste dicionário, remete-nos para a geometria e para a perspetiva.

No dicionário Cândido de Figueiredo de 1949 a entrada “Espaço” tem uma evolução que coloca em primeiro lugar a expressão «Extensão indefinida» e a faz seguir de «firmamento». Mesmo em Portugal, o “espaço” nos anos cinquenta e sessenta tornou-se extraterrestre ganhando uma estética própria. No final dos anos sessenta dúvidas e limites emergiram no filme *2001 Odisseia no Espaço*. O futuro deixa então de ser a conquista de um novo espaço para simbolizar a subjugação do homem à máquina.

Le Droit à la ville, publicado por Henri Lefebvre em 1968, apresenta a cidade como dominada pelas funções típicas do planeamento modernista, expulsando o habitat para periferias “desurbanizadas” com as quais o habitante não se consegue identificar. O valor de uso do espaço urbano é descrito como subjugado ao valor de troca. A deslegitimação do urbanismo leva a uma recusa do seu valor como disciplina científica e à sua equiparação a uma simples ideologia justificativa do capitalismo⁶.

A História permaneceu até então, na tradição francesa, alheia a problemáticas contemporâneas em que o urbano se incluía. Mesmo se nas historiografias inglesa, escandinava e germânica teve mais relevância, permaneceu um domínio menos atrativo até aos anos oitenta do século XX. Richard Rodger, numa agenda para a História Urbana publicada em 2005 na Revista *Ler História*, descrevia-nos a pujança que fez este campo historiográfico, em 1968 considerado por Dyos desprezado, transformar-se num espaço florescente de produção

³ Idem, p.150.

⁴ Jean Brunhes (1925), *La Géographie Humaine*, Paris: Felix Alcan, fig. 254.

⁵ P. Francastel (1951), *Peinture et société : naissance et destruction d'un espace plastique de la Renaissance au cubisme*, Paris, Lyon, Audin, p. 302

⁶ Henri Lefebvre (1968), *Le Droit à La Ville*, Paris: Anthropos, pp.164. Henri Lefebvre (1970), *La Révolution Urbaine*, Paris: Gallimard, p.248.

com potencialidades não só científicas, como cívicas. Uma expansão que na Grã-Bretanha então se exprimia na publicação de 100 referências bibliográficas por ano e na periodicidade quadrimestral da revista *Urban History*⁷.

As sociedades urbanas têm sido ultimamente compreendidas como meios complexos, instáveis e plurais, onde questões como as identidades e as hierarquias, as mobilidades sociais e residenciais, as relações com o meio ou com as formas de poder, se colocam de forma original. Os aspetos simbólicos e culturais têm também merecido especial atenção. Mais recentemente, a História Urbana tem participado ativamente no chamado *geographical turn*. Os sistemas de informação geográfica e a geo-referênciação têm trazido novos desenvolvimentos particularmente entusiasmantes neste domínio⁸. A nova metodologia procura informar a história da cidade de uma dimensão espacial que pesquisa as coordenadas geográficas dos acontecimentos acrescentando-lhes a coordenada tempo. Essa nova forma de contar a História pode apoiar-se em instrumentos de análise novos, como os Sistemas de Informação Geográfica ou o uso aparelhos de Georreferenciação eletrónica.

Este volume está organizado em quatro partes. A primeira parte, intitulada «Controlo e Planeamento do Espaço Urbano», contém dois estudos. No primeiro, «Da Almotacaria ao Código Civil: a mutação das normas jurídicas para o construtivo», Sandra Pinto analisa as mutações da regulamentação jurídica da atividade construtiva no espaço urbano, concentrando-se na transição resultante da entrada em vigor do código Civil Português de 1867. Já Ana Nevado ocupa-se, no segundo estudo, dos «Planos Diretores Municipais de Lisboa: (des)atualização, revisão e regeneração urbana», procurando a complexidade da relação entre o planeamento, o desenvolvimento e a gestão urbanas.

Na segunda parte, «Agricultura no Espaço Urbano», Teresa Madeira da Silva e Mariana Monte apresentam-nos um estudo intitulado «Hortas Urbanas em Lisboa: da importância histórica ao processo de formalização actual». Nele enfatizam a importância atribuída, desde 2009, à criação de novos parques hortícolas, salientando os seus benefícios mas também o carácter *top down* do movimento.

Na terceira parte, «Rituais, Simbologias e Celebrações no Espaço Urbano», Maria Helena Souto, em «Uma nova semiologia urbana: a indústria portuguesa na Avenida da Liberdade em 1888 e a representação de Portugal na exposição Universal de 1889», associa a exposição industrial que teve lugar em 1888 na Avenida da Liberdade à mudança de escala do espaço urbano da cidade que a abertura da nova avenida permitia. Esta exposição, segundo a autora, abriu caminho à participação portuguesa na Exposição Universal de Paris realizada no ano seguinte. Maria Manuel Santos, em «A Toponímia em Santarém na Transição da Monarquia para a 1ª República», faz uma descrição minuciosa da evolução da toponímia de Santarém, salientando a relação entre a expansão urbana e a crescente importância da Toponímia. Já Helena Elias, no estudo «Arte pública e comemoração nos espaços públicos de Lisboa: modalidades de encomenda entre a I República e o Estado Novo», descreve-nos as características da encomenda de monumentos comemorativos neste período,

⁷ Richard Rodger (2005), «O Futuro do Passado Urbano: novas direcções para a história urbana britânica?», *Ler História*, nº 48, pp.187-204.

⁸ Keith Lilley fez, no CEHC-IUL, uma conferência intitulada «Spatial Technologies and Urban form» em que explorou as potencialidades da nova abordagem. O mesmo autor apresentou, na conferência de Sibiu da CIHV/ICHT (2011), um paper intitulado «Historical Mapping, Spatial Theory, and the Production of Urban Spaces». Ana Alcântara apresentou na Conferência *City and Space* de Lisboa uma comunicação sobre «Indústria na Cidade de Lisboa», usando esta metodologia.

salientando a rutura de modelos que o Estado Novo representou.

Por último, na quarta parte, intitulada «Identities e vivências do Espaço Urbano», reúnem-se três estudos. No primeiro estudo, «A mortalidade infantil na cidade de Lisboa nos anos trinta», Virgínia Baptista estuda a mortalidade infantil e as suas causas, associando-as às condições económicas e sociais da vida das populações. Já Francis Rigal, em «Ethnographie d'une place publique: les fonctions du Rossio de Lisbonne», procura a diversidade das vivências no lugar para reconstruir uma personalidade ambivalente. Nuno Pinheiro, no estudo «Construir Lisboa em imagens», analisa a construção da imagem do espaço urbano de Lisboa através de 150 anos de fotografias da cidade.

Resta-nos agradecer a todos os participantes na conferência e autores das contribuições aqui publicadas. Ao Ricardo Cordeiro agradecemos o apoio prestado e ao ISCTE-IUL a disponibilização de recursos. Agradecemos ainda à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o apoio financeiro prestado ao CEHC-IUL para realização do evento e desta publicação.

Da Almotaçaria ao Código Civil: a mutação das normas jurídicas para o construtivo

Sandra M. G. Pinto

Para abordar a mutação ocorrida na regulação portuguesa para a atividade construtiva dos particulares em meados da centúria de Oitocentos, torna-se necessário recuar alguns séculos, mais precisamente até à época da dominação islâmica do território da Península Ibérica, para aí encontrar a origem e essência de uma das mais antigas e duradouras instituições portuguesas: a *Almotaçaria*.

Correspondendo a um dos muitos legados islâmicos no reino de Portugal, a almotaçaria teve por base a atuação de um funcionário específico, chamado de *al-muhtasib*, que se encontrava presente nos espaços urbanos do al-Andaluz. Este era um magistrado de base religiosa responsável pela instituição da *Hisba*, a qual tinha como objetivo ordenar o bem e interditar o mal, zelando pelo bom relacionamento entre habitantes e pela unidade urbana, nos mais variados aspetos, desde os comerciais e produtivos, até aos comportamentais e morais, quer fossem de ordem material ou espiritual. Na prática, a alçada do *al-muhtasib* exercia-se nos mercados, controlando os preços, as medidas e a qualidade dos produtos transacionados, e nas lojas e oficinas, regulando a atividade produtora e comercial dos ofícios artesanais e manufactureiros. Mas também se exercia nos espaços públicos, visto que era ele quem mandava limpar as ruas e reparar as estruturas comuns, assegurava o aprovisionamento e distribuição da água, vigiava a construção e manutenção dos edifícios, garantia a segurança pública, a circulação e o arejamento das vias¹.

Com efeito, a miscigenação de culturas, promovida pela comunidade que emergiu da reconquista cristã dos territórios ocupados pelos muçulmanos no al-Andaluz, permitiu que algumas das estruturas administrativas islâmicas se conservassem a par com a introdução de outras influências trazidas pelos novos povoadores, enquanto depositários da tradição hispano-romana-visigoda. Assim, a versão portuguesa e cristã do *al-muhtasib*, que ganhou o nome de *almotacé*, não só manteve a denominação do funcionário², como também as atribuições específicas, ou seja, o controlo de três parâmetros fundamentais da vida urbana, como tão bem sintetizou Magnus Pereira³. Eram eles o mercado, o sanitário e o construtivo. Assim, a almotaçaria, enquanto instituição do *almotacé*, correspondeu portanto a uma magistratura especial, eminentemente urbana, que os concelhos cedo se debateram para a tornar exclusivamente sua e autónoma de outros poderes.

Convém, todavia, enfatizar aqui as atribuições relativas ao construtivo, pois e como alertou o mesmo investigador referido: «a historiografia portuguesa mais recente costuma cometer um equívoco»⁴. E esse equívoco deriva do confronto direto feito aos principais dispositivos legais do reino, isto é, as Ordenações

¹ Cahen, Talbi (1975); Glick (1971).

² Sousa (1789): 51. Semelhante linhagem também ocorreu nos outros reinos cristãos da Península Ibérica, com o *almotacén* no reino de Castela ou o *mustaçaf* no reino de Aragão. Chalmeta Gendrán (1970); Sevillano Colom (1953).

³ Pereira (1998): 26.

⁴ Pereira (1998): 123-124.

Afonsinas, datadas de 1446, com as Ordenações Manuelinas, de 1521. Porque as normas jurídicas relativas ao controlo do construtivo, inseridas no título específico dos almotacés, só se encontram presentes nas Ordenações Manuelinas⁵, os investigadores têm sido levados a pensar que estas regras foram competências novas, introduzidas no período moderno⁶.

Mas na verdade são vários os foros e costumes locais do final do século XIII, início do século XIV, como os de Évora, Santarém, Beja, Torres Novas e Lisboa, que comprovam, inequivocamente, que os almotacés medievais decidiam sobre o que se podia ou não fazer nas ruas, azinhagas e becos, acerca de paredes, portais, janelas, balcões e canos de águas pluviais⁷. Paralelamente, as sentenças sobre esta matéria que se encontram registadas a partir do século XIV, atestam igualmente a similitude das normas da almotaçaria em todo o território do reino, até mesmo nas áreas a norte do rio Mondego, onde a influência islâmica direta foi menor⁸.

Assim, o que os dados disponíveis mostram é que, relativamente ao construtivo, o almotacé atuava na gestão de conflitos entre particulares, intervindo sempre que alguém se sentisse prejudicado devido às obras promovidas por outrem. A sua ação era sumária, ouvindo as partes no local da contenda, e à vista de todos decidia verbalmente o caso. Quando não havia concordância com o deliberado, qualquer das partes, autora ou ré, podia apelar uma só vez para os órgãos superiores do concelho, mormente juízes ou alvazís, e cujas sentenças seriam agora alvo de registo escrito⁹.

Com a promulgação das Ordenações Afonsinas, o valor das causas passou a regular a instância das apelações, sendo as mais baixas, até à quantia de dez mil libras, resolvidas pelos juízes dos concelhos e dali para cima, pelos juízes em conjunto com os vereadores nas sessões da câmara¹⁰. As Ordenações Manuelinas atualizaram os valores das causas e incluíram mais um patamar: o primeiro ficaria nos seiscentos réis, o segundo deste valor até seis mil réis, e o terceiro dali para cima, sendo, neste caso, o processo enviado para os desembargadores régios¹¹. Através da reforma dos tribunais superiores promovida por Filipe I de Portugal, as apelações mais elevadas passaram a ser competência dos Tribunais da Relação, um em Lisboa e outro no Porto¹².

Em todo o caso, a decisão, quer os almotacés, quer os magistrados encarregues das apelações, tinha de ser fundamentada nas normas jurídicas em vigor. Neste âmbito, pouco auxiliam os foros e costumes medievais referidos, já que estes dispositivos jurídicos tiveram como propósito fixar o raio de ação e não todos os preceitos técnicos que os oficiais deveriam conhecer. Mas tal como aconteceu em muitas outras matérias jurídicas, estas especificações, inicialmente transmitidas por via oral, foram mais tarde fixadas em regulamentos específicos. Contudo, e não obstante de indícios escritos revelarem a existência de outros regulamentos, como por exemplo é o caso da *Ordinhaçom dalmotaçaria* que foi entregue aos almotacés portuenses, na sessão de vereação de 1 de Dezembro de 1393, para o exercício das suas funções¹³, a verdade é que apenas chegou até hoje, e que se

⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Título XXVIII: 179-187; *Ordenações Manuelinas*, Livro 1, Título XLIX: 339-356.

⁶ Segundo esta orientação, por exemplo, Torres (1981 [1963]).

⁷ Herculano (1856-66): 82-85, 18-35, 51-73, 88-97; Veloza e Machado (1974).

⁸ Dos muitos exemplos possíveis, refira-se, pela sua localização no território, as sentenças dadas em Guimarães e Barcelos, estudadas por Ferreira (1992; 2010).

⁹ Nota 7. É graças a esta formalidade que se encontram as sentenças aludidas.

¹⁰ *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Título XXVI, § 26: 168.

¹¹ *Ordenações Manuelinas*, Livro 1, Título XLIV, § 43: 300.

¹² *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXV, § 23: 283.

¹³ Basto (1937): 214-215.

conheça, um único regulamento medieval.

Trata-se do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa que mandou fazer. Joham estevez correa escudeiro almotaçee moor da çidade*, datado de 1444¹⁴. Note-se que este documento também contém normas referentes a matérias económicas, a pesos e medidas, e à limpeza urbana, porém o principal assunto é o controlo da atividade construtiva, em especial na relação entre particulares. Dos quarenta e oito itens, mais de metade, precisamente vinte e seis, pertencem ao construtivo. E este facto explica-se porque aquelas outras matérias encontravam-se ou vieram a ser fixadas em regulamentos ou posturas próprias.

Tematicamente, os itens relativos ao construtivo abordam: a abertura de novos vãos (portas e janelas) em várias situações físicas concretas (sobre quintais ou telhados vizinhos, em becos ou em azinhagas, frente ou verticalmente a outros vãos existentes); a altura dos edifícios; o uso e partilha das paredes meeiras; o escoamento das águas pluviais pelos telhados e beirados; a construção de balcões e sacadas sobre as vias públicas; o embargo aos acessos particulares ou da circulação viária; e ainda, o aproveitamento dos muros das cercas urbanas.

Do conjunto das normas do regulamento medieval da almotaçaria lisboeta retira-se alguns princípios subjacentes: o direito de precedência, considerado um benefício que se possui e adquire antes dos outros; e o dever de não provocar prejuízos outrem. Princípios, que, refira-se, também se encontravam na regulamentação islâmica medieval¹⁵. As regras procuravam, portanto, que a atividade construtiva de alguém não provocasse dano nos vizinhos diretos, colaterais, fronteiros ou sobrepostos, nem na comunidade em geral. Assim, proibiam-se todas as ações que levassem à devassa da privacidade, que obstruíssem a entrada e a iluminação natural ou que originassem danos nas estruturas dos outros. A capacidade de edificação de alguém estava, por isso, muito dependente da relação física e visual que a nova estrutura (através de construção, reconstrução, acrescento ou modificação) estabelecesse com os edifícios existentes. E um vizinho que se antecipasse na construção, em relação aos outros, ganhava direitos, que seriam válidos para o resto do tempo, pois era pelo seu edifício que os restantes teriam que se adaptar.

Mas se as transgressões às normas em vigor eram resolvidas por meio de demolição, as quais só podiam ser decididas pelas autoridades competentes, paralelamente também existiam prazos, condições e formalidades que tinham de ser atendidas na denúncia da ilegalidade de determinada ação construtiva. Um dos prazos mais relevantes, porque presente em várias normas, era o de um ano e de um dia (que por sua vez tinha origem franca), e correspondia à aplicação dos princípios da instituição da posse de ano e dia¹⁶. O fundamento era que se alguém possuía algo (coisa ou direito), pacificamente e à vista de todos, em especial da pessoa lesada, durante um ano e um dia, ganhava direitos sobre esse algo, situação impossível até aquele prazo findar. Decorrido o tempo e comprovada a falta de reclamação, a pessoa lesada já não poderia reivindicar contra aquele que adquiriu uma coisa ou um direito por este processo, pois a sua capacidade de agir encontrava-se caducada. Este mecanismo originava então que muitas obras de construção, mesmo que em desacordo com as normas em vigor, ficassem consolidadas juridicamente, não podendo mais ser alvo de discórdia.

Contudo, a importância do documento de Lisboa não se extingue na sua raridade. Ela também se impõe

¹⁴ Rodrigues (1974): 99-113.

¹⁵ Van Staëvel (2006).

¹⁶ Merêa (1947); Cruz (1949).

pela circunstância de este regulamento ter sido utilizado pelos juristas régios, quando D. Manuel I mandou acrescentar esta matéria na legislação geral do reino. De facto, quando, na senda das reformas legislativas o rei venturoso decide reorganizar o direito local, quer público, reformando os Forais, quer privado, solicitando que os concelhos revessem, emendassem e renovassem as posturas, deve-se ter dado conta que esta era uma área bastante negligenciada nos dispositivos jurídicos locais. Daí ter sido necessário a sua inclusão na legislação geral do reino. Para o efeito, o monarca pediu aos vereadores da câmara de Lisboa que entregassem uma cópia do regulamento da almotaçaria dessa cidade ao licenciado Cristóvão Esteves¹⁷ que, entretanto, tinha sido incumbido de prosseguir aos trabalhos de revisão das Ordenações¹⁸. Por isso se encontram tantas semelhanças entre os itens relativos ao construtivo do regulamento da almotaçaria de Lisboa, com os do título *Dos Almotacees, e cousas que a seu Officio pertencem* presentes nas Ordenações Manuelinas, não obstante a sua reorganização temática e atualização linguística¹⁹. A principal diferença reside na supressão da norma que permitia a ocupação do espaço aéreo das ruas, para a construção de balcões e sacadas, já que esta tinha sido revogada poucos anos antes pelo mesmo rei²⁰.

As normas presentes nas Ordenações Manuelinas constituíram assim a primeira regulação portuguesa para a atividade construtiva, de âmbito geral e com aplicação em todo o Império português. Normas, que se mantiveram sem alterações nas Ordenações Filipinas, agora englobadas numa secção chamada precisamente *Edifícios e servidões*²¹, e assim continuaram até meados do século XIX. Saliente-se ainda, que apesar dos juristas do século XVII em diante filiarem as normas jurídicas para o construtivo das Ordenações apenas no Direito Romano²², que aliás era utilizado como complemento legislativo do direito pátrio em situações omissas ou duvidosas, não deixa de ser evidente que a influência principal, ao nível da substância das normas, tenha sido deixada pela cultura islâmica. Ora, a não consideração desta filiação por parte dos praxistas permite perceber o porquê das divergentes interpretações e até mesmo alguma incapacidade de conciliação das normas portuguesas com as do *Corpo Iuris Civilis*, em particular as inscritas no *Codex Justiniano*. Em todo o caso, o que daqui é importante ressaltar, é que durante mais de três séculos, existiu uma legislação para a atividade construtiva uniforme, muito experimentada e com uma perenidade durabilidade no território, que os almotacés locais tinham o encargo de a fazer cumprir.

O primeiro corte a esta longa continuidade ficou-se a dever à nova organização administrativa e judiciária saída do Liberalismo, e que estabelecia o princípio de divisão de poderes, ou seja, limitava o poder judicial apenas aos juízes, ao mesmo tempo que retirava dos tribunais as atribuições administrativas e políticas. Neste sentido torna-se basilar a frase de José Xavier Mouzinho da Silveira, com que iniciava o relatório das reformas da fazenda pública, administração e justiça de 1832: «A mais bella, e útil descoberta moral do Seculo passado foi, sem duvida, a diferença de administrar, e julgar...»²³.

¹⁷ Carta de 3 de Novembro de 1519, *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis (V)*: 114.

¹⁸ Cruz (1974): 223-236.

¹⁹ Pinto (2012): 549.

²⁰ Alvará de 17 de Julho de 1499, *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis (IV)*: 53.

²¹ *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, § 22 a § 42: 295-305.

²² Pegas (1681); Ferreira (1750); Freire (1966-67 [1789-94]); Sousa (1817).

²³ Relatório, *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*: 59-73.

Obviamente que sendo um magistrado com múltiplas competências, com capacidade de julgar, de impor coimas e de administrar, o almotacé deixava de poder pertencer a este novo quadro de organização. A sua extinção, tal como a da própria instituição tornou-se inevitável, tendo sido definida no próprio decreto da reforma da administração²⁴. A capacidade de julgar querelas entre vizinhos e de conciliar as partes, atribuições que se aplicavam ao construtivo, passaram para o novo juízo das freguesias, encabeçados pelos juízes de paz ou ordinário nas cidades e vilas notáveis, ou pelos juízes pedâneos nas vilas menos notáveis. No entanto, as normas da almotaçaria para o construtivo continuaram em vigor durante mais tempo, até serem suprimidas pelo primeiro Código Civil Português.

A este propósito, diga-se que já há algum tempo que, em Portugal, se sentia a necessidade de reformar as Ordenações do reino, entretanto acompanhadas por uma vasta legislação extravagante. Aliás, D. Maria I, em finais do século XVIII, chegou mesmo a constituir uma junta para tal tarefa²⁵. Porém tal intuito não foi sucedido, nem a tamanha reforma aconteceu de um só ímpeto. O que adveio foi a derrogação sistemática das disposições das Ordenações através da promulgação da nova codificação de direito por áreas específicas, agora adaptadas aos novos paradigmas liberais de racionalidade e moralidade pública e privada. Este processo permitiu que as reformas jurídicas se fizessem sem provocar hiatos legislativos até estarem completos os diferentes diplomas. Mas também levou a todo o processo levasse décadas. No caso concreto da regulação para o construtivo, entre a extinção do funcionário e alteração das normas jurídicas passaram-se trinta e cinco anos. No entremeio, entraram em vigor o Código Comercial em 1834, seguindo-se o Código Administrativo em 1836, outro em 1842, o Código Penal em 1852, até finalmente ser a vez do Código Civil em 1867²⁶.

Deve-se, pois a constituição do novo Código Civil ao conselheiro e desembargador da Relação do Porto, António Luiz de Seabra, e à restante Comissão Revisora, designados para o efeito em 1850²⁷. E este foi já um segundo ajuste, pois cinco anos antes tinha sido constituída uma primeira comissão liberal, que entretanto foi afastada por estar igualmente ocupada com a redação do Código Penal²⁸. Ao todo, a redação da codificação do direito civil demorou quase duas décadas: em 1858 surgiu a primeira proposta completa, sendo sucedida por mais duas atualizações, uma em 1863 e outra em 1865, tendo a versão final sido aprovada por carta de lei em 1 de Julho de 1867²⁹.

Bem diferente da estrutura de codificação civil que à época se fazia, apoiada na tripartição (pessoas, coisas e ações) estabelecida no Direito Romano, e utilizada no *Code Civil des Français*³⁰, o Código Civil Português surgiu dividido em quatro partes (*Da capacidade civil; Da aquisição de direitos; Do direito de propriedade; Da ofensa dos direitos e da sua reparação*), como que apresentando uma biografia do individuo enquanto sujeito ativo da relação jurídica, daí incluir a sua natureza, os seus meios de vida, a fruição e a

²⁴ Decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832, artigo 78, *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*: 87-101.

²⁵ Alvará de 31 de Março de 1778, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações – Legislação de 1775 a 1790*: 162-164.

²⁶ Marques (1993): 179-181.

²⁷ Decreto de 8 de Agosto de 1850, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1850*: 571.

²⁸ Decreto de 10 de Dezembro de 1845, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1844-1845*: 834.

²⁹ *Código Civil Portuguez, Projecto (1858)* = CCP 1858; *Código Civil Portuguez, Projecto (1863)* = CCP 1863; *Código Civil Portuguez (1865)* = CCP 1865, e versão definitiva *Código Civil Portuguez, Aprovado por Carta de Lei de 1 Julho de 1867* = CCP 1867.

³⁰ *Code Civil des Français, 1806* = CCF 1806.

conservação desses meios³¹. É portanto na terceira parte (*Do direito de propriedade*), contendo apenas um livro, que foram incluídas as disposições para o controlo da atividade construtiva, em particular no Título VI (*Do direito de transformação*), Capítulo III (*Das restrições por utilidade recíproca dos proprietários de prédios vizinhos*), Secção III (*Das construções ou edificações*) e Secção IV (*Dos muros e paredes meias*). Porém, nenhuma norma da almotaçaria foi literalmente copiada para o novo Código. É que em de redigir novas normas ou alterar as existentes, e de lhes introduzir as modificações necessárias, como era a prática corrente, Seabra utilizou como matriz as normas do diploma congénere francês.

Algumas normas manifestavam claramente os princípios da propriedade e da liberdade individuais, firmados anos antes na Constituição de 23 de Setembro de 1822³². Por um lado, cada indivíduo passava agora a ter a faculdade de, não só modificar ou alterar o seu, mas sobretudo de destruir a substância da coisa própria³³. De facto, esta possibilidade, que anteriormente era negada, baseava-se no pressuposto da conservação das estruturas para bem e uso da rés-pública. Outrossim, desde tempos medievais, que se ficasse provado que alguém comprava um qualquer edifício com intuito de vender os materiais de construção, a venda seria considerada ilícita, revertendo tudo para o fisco³⁴.

Por outro lado, a assunção plena da expropriação ou a privação da propriedade passou também a ser disciplinada, tornando-se admissível em apenas dois casos: em cumprimento de obrigações contraídas para com outrem (e cuja regulação se encontrava determinada na segunda parte do Código Civil); ou por motivos de utilidade pública, a qual era ordenada por legislação especial. Aliás, na primeira versão do Código, a regulação da expropriação por utilidade pública chegou mesmo a fazer parte do título do direito de transformação, concretamente no Capítulo II (*Das restrições por motivo de utilidade pública*), mas também no Título IX (*Do direito de alienação*), Capítulo II (*Da expropriação predial por utilidade pública*)³⁵. Todavia, a Comissão Revisora decidiu suprimir os capítulos em causa, que desapareceram logo na versão de 1863³⁶. A razão devia-se não só à recente entrada em vigor da lei que regulava o assunto³⁷, mas também porque a Comissão considerava que esta matéria estaria melhor enquadrada no código administrativo ou em regulamentos particulares do que na codificação civil, à semelhança do que acontecia no *Code Civil des Français*³⁸.

Com alguma proximidade substantiva à antiga legislação portuguesa identificam-se duas normas: a que permitia a alguém a edificação no seu terreno, agora conformando-se aos regulamentos administrativos³⁹; e a que possibilitava a comunhão da parede de outrem, pelo pagamento da sua metade, bem como de lhe introduzir traves ou barrotes ou alteá-la e voltar a adquirir a metade dessa parede alteada⁴⁰. Aliás, na primeira versão do artigo sobre o alteamento da parede comum, António da Cunha Pereira Bandeira Neiva, um dos lentes da Universidade encarregue de comentar e sugerir emendas, parte da Comissão Revisora, reconheceu que a pouca

³¹ Marques (2002): 211-214.

³² Miranda (1976): 1-76.

³³ CCF 1867, artigo 2315.

³⁴ *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 2, Título XXVI, § 27: 50.

³⁵ CCP 1858, artigos 2498 a 2506 e 2569 a 2633.

³⁶ *Actas das sessões da Comissão Revisora do projecto de Código Civil Portuguez*: 357 e 363.

³⁷ Lei de 23 de Julho de 1850, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1850*: 463-472.

³⁸ Neiva (1869): 314-316.

³⁹ Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, § 24: 328, com CCP 1867, artigo 2324.

⁴⁰ Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, §§ 35 a 37: 330-331, com CCP 1867, artigos 2328, 2330, 2331, 2333.

clareza inicial da redação se devia à tradução direta do artigo francês, levando por isso à sua reformulação⁴¹.

Do mesmo modo, algumas das novas normas evocam as antigas, ainda que surgindo com profundas alterações de substância porque subjugadas aos princípios de justiça e de equidade. Nesse sentido, o direito de precedência e o consentimento de obra ilegal sempre que passasse o prazo de um ano e um dia, presentes em várias normas do título dos almotacés, já não podiam ser consentidos. Exemplificam esta posição os artigos que permitiam a construção na extrema do lote, mesmo tapando os vãos existentes do vizinho, embora que para fazer aberturas nessas paredes passava a ser necessário deixar no próprio terreno um intervalo, pelo recuo da própria parede. Note-se como as indicações, de que as aberturas para a luz não prescreviam contra o vizinho e que não eram aplicáveis a prédios entre si separados por qualquer passagem pública, se ligam diretamente com as normas antigas, ainda que para as contrariar frontalmente⁴². Curioso é que também na distância do intervalo previsto, Seabra enveredou num primeiro momento pela indicação francesa, que prescrevia um metro de noventa centímetros. Por esse motivo ou simplesmente porque a distância proposta era demasiado grande, obrigando os proprietários a perderem área construtiva, logo na primeira revisão, a dimensão foi reduzida para um metro e meio, aproximando-se, ao mesmo tempo, do valor português da azinhaga definida nas Ordenações, isto é, vara e quarta, ou um metro e trezentos e setenta e cinco milímetros⁴³.

Identicamente, o artigo referente às águas pluviais que vertiam dos telhados, não só eliminou a relação de precedência, como provocou uma alteração na forma das coberturas. Como passou a ser proibido que os beirados gotejassem sobre prédios vizinhos, os planos inclinados tinham de passar a estar orientados não para as paredes meeiras, mas para as paredes exteriores. Caso contrário, tornava-se obrigatório o recuo dos beirados e o aparecimento de um interstício mínimo de cinquenta centímetros, mais tarde ocultado pelas platibandas. Semelhantemente, na primeira versão, foi proposto que as águas teriam de cair sobre terreno ou rua pública, tal como aparece na versão francesa, mas cujo preceito foi logo eliminado na versão seguinte⁴⁴.

Para além das normas referidas, encontram-se mais cinco (na versão final) muito similares às normas francesas, todas elas referentes a muros comuns entre proprietários⁴⁵, bem como, aquela que estabelecia as diferentes obrigações dos vários proprietários de um prédio com muitos pisos, articulando as novas tendências edificatórias que se faziam sentir, principalmente nas grandes cidades⁴⁶.

Deste modo, compreende-se uma redução efetiva do número de normas com vista ao controlo da atividade construtiva, contando-se, para além dos três artigos mais gerais sobre edificações, um sobre telhados, dois relativos a janelas, e dez referentes a paredes e estruturas comuns⁴⁷. Nem as questões de devassa da vida privada dos vizinhos ou da obstrução de vistas parecem ter lugar neste novo espírito de liberdade e igualdade que regem as relações privadas entre particulares. E esta constituiu uma singularidade portuguesa, pois, até o

⁴¹ Cf. CCP 1858, artigo 2529, com CCP 1863, artigo 2375, e com CCF 1806, artigo 658. Neiva (1860): 323-324.

⁴² Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, §§ 29 e 33: 329-330, com CCP 1867, artigos 2325 e 2326.

⁴³ Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, § 33: 330, com CCF 1806, artigo 678, com o CCP 1858, artigo 2522, e com CCP 1863, artigo 2370. Lembre-se que entre o início da redação do Código Civil e da sua versão final ocorreu a alteração do sistema métrico em Portugal.

⁴⁴ Cf. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603*, Livro 1, Título LXVIII, §§ 38 e 39: 331-332, com CCF 1806, artigo 681, com o CCP 1858, artigo 2524, e com CCP 1863, artigo 2372.

⁴⁵ Cf. CCP 1867, artigos 2329, 2332, 2334, 2336, 2337, com CCF 1806, artigos 662, 659, 655 e 656, 653, 654.

⁴⁶ Cf. CCP 1867, artigo 2335, com CCF 1806, artigo 664.

⁴⁷ Cf. Tabela 1 e Tabela 2.

Code Civil des Français manteve várias regras a este respeito, conservadas da sua tradição anterior⁴⁸.

A antiga relação com o outro, que como se disse, tinha sido fundamental para o estabelecimento das normas para o controlo da atividade construtiva, apresentava-se agora substancialmente alterada. Eliminou-se a primazia de uma obra construída sobre outra, passando todas, quer as existentes, quer as futuras, a estarem em igualdade de circunstâncias. Apenas resistiram as normas que limitavam o direito próprio de um sujeito na medida em que este pudesse impedir ou perturbar o exercício dos mesmos direitos nos outros.

As normas jurídicas para a atividade construtiva contidas no Código Civil Português constituíram, assim, a única normativa deste género no país, com carácter geral e aplicado às obras de particulares, até ao aparecimento do primeiro regulamento específico sobre a matéria, o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*⁴⁹, que antecipou o *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*⁵⁰, ainda em vigor. Com isto não se quer dizer que não existiram mais normas para o construtivo nesta época. Existiam sim, mas sem a abrangência global aludida. Mencione, por exemplo, o decreto que instituiu a figura legal do *Plano de Melhoramentos*, em Lisboa e no Porto⁵¹, mas cuja aplicação só seria alargada às restantes povoações, se as respetivas câmaras assim o pretendessem. Mas, mencione-se também os novos códigos de posturas locais, que apesar de determinarem sobretudo os procedimentos administrativos, definiam por vezes algumas normas, em particular na definição dos materiais de acabamento, para além de estabelecerem que era incumbência das câmaras municipais a definição dos alinhamentos dos edifícios, algo que já se encontrava juridicamente definido desde o século dezasseis.

Pelo exposto, percebe-se que na segunda metade de Oitocentos, a regulação para o construtivo saída almotaçaria portuguesa passou a direito morto, transformando-se, conseqüentemente, em fonte histórica. Logicamente, que a mutação dos valores que alteraram a normativa provocou igualmente uma modificação na própria atividade construtiva, e esta encontra-se fisicamente refletida na forma dos edifícios e dos espaços urbanos portugueses.

ANEXOS

Tabela 1 – Relação das normas para o construtivo nas Ordenações do Reino (1603)

DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES		§ 22.	Item conhecerão das demandas, que se fizerem sobre o fazer, ou não fazer de paredes de casas, de quintaes, portaes, janellas, frestas e eirados, ou tomar, ou não tomar de agoas de casas, ou sobre metter traves, ou qualquer outra madeira nas paredes, ou sobre sterco e immundicias, ou agoas, que se lanção, como não devem, e sobre canos e enxurros, e sobre fazer de calçadas e ruas.
		§ 23.	E aos Almotacés pertence embargar a requerimento de parte qualquer obras de edificio, que se dizer dentro da Villa, ou seus arrabaldes, pondo a pena, que lhes bem parecer, até se determinar a causa per Direito. E a pessoa, que depois do dito embargo fizer mais obra sem mandado de Justiça, que para ello tenha poder, incorrerá na dita pena, e desfar-se-ha toda a obra, que assi depois fez, postoque mostre, que de direito a podia fazer.
JANELAS, PORTAIS,	ABERTURA	§ 24.	Qualquer pessoa, que tiver casas, póde nellas fazer eirado com peitoril, janellas, frestas e portaes, quanto lhe aprouver, e alçar-se quanto quizer, e

⁴⁸ CCF 1806, artigos 675 a 680.

⁴⁹ Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1903*: 66-70.

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, *Diário do Governo, I Série, n.º 166, Suplemento*: 715-729.

⁵¹ Decreto de 31 de Dezembro de 1864, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1864*: 1041-1049.

FRESTAS, E EIRADOS COM PEITORIL			tolher o lume a qualquer outro visinho dante si. Porém não poderá fazer frestas, nem janellas, nem eirado com peitoril, sobre casas, ou quintal alheo, per que o descubra, que sté junto á parede, onde quer fazer a janella, fresta, ou eirado, sem cousa alguma se metter em meio. Mas bem poderá fazer eirados com parede tão alta, que se não possa encostar sobre ella, para ver a casa, ou quintal de outrem. E assim poderá fazer na sua parede, sobre o telhado, ou quintal de outrem, séteira, pela qual somente possa ter claridade. E quando o outro, sobre cujo quintal, ou telhado se faz, se quizer levantar, poder-lha-ha fazer tapar, postoque seja passado anno e dia, ou outro qualquer mais tempo, que stiver feita.
		§ 25.	E tendo alguém feito janella, fresta, ou eirado com peitoril, em caso, que a não podia fazer, depois de ser passado anno e dia, se a parte era presente no lugar onde se fez, já o não poderá obrigar a desfazel-a posto que se queira levantar.
	BECO	§ 26.	Item em beco não poderá alguém fazer janella, nem portal, sem licença dos Almotacés e Officiaes da Camera, a qual lhe darão, se virem que tem necessidade, e não faz muito prejuízo.
	AZINHAGA	§ 27.	E quando alguma pessoa tiver janella aberta em sua parede sobre azinhaga tão estreita, que não passe de quatro palmos, na qual não haja portas, sómente sirva de per ella correrem as agoas dos telhados, não se poderá outro visinho alçar tanto, que lhe tolha o lume da dita janella, mas poder-se-ha alçar até direito della, em modo que lhe não tolha o lume, e mais não.
	PAREDE	§ 28.	E se alguma pessoa tiver janella, ou beiras de telhado em alguma parede, que seja sobre casa de outrem, e desfizer a parede, ou lhe cair, e a quizer refazer, ou fazer de novo, não poderá fazer mais janellas, nem maiores, nem beiras, nem em outro lugar, senão como dantes tinha.
	RUA	§ 29.	Item, se alguma pessoa tiver casas de huma parte da rua, e outro seu vizinho quizer fazer casa da outra parte, ou se já dantes a casa era feita, e quer nella abrir portal de novo, ou quer ahi fazer janella, ou fresta, não a poderá abrir, nem fazer direito do portal, ou da janella, ou da fresta de outro seu visinho, que móra da outra parte da rua: salvo se dantes ahi houve já o dito portal, janella, ou fresta, onde a ora quer abrir, porque então a poderão fazer no proprio modo e maneira, que dantes stava: Porém desviado do outro o poderá fazer.
ESCADAS E ALPENDRES	PORTA	§ 30.	E bem assi não poderá pessoa alguma pôr scada na rua direito do portal de seu visinho, por que lhe impida a entrada de seu portal.
	RUA	§ 31.	E não se poderá fazer na rua scada, nem ramada, nem alpendre, nem outra cousa alguma, que faça impedimento á servintia da dita rua. E se o fizerem, não lhe será consentido: e os Almotacés lho mandarão derribar.
VÃOS NOS PISOS SUPERIORES	BALCÕES	§ 32.	Outrosi, se alguma pessoa tiver duas casas, que sejam huma de huma parte, e outra de outra parte da rua, e hi tiver lançadas traves per cima da dita rua de huma parte para a outra, e tiver hi feito balcão com sobrado, ou abobada, e depois acontecer, que huma casa da parta da rua venha ser de hum senhorio, e a outra casas da outra parte he de outro senhorio, com o balcão, ou abobada, ou ametade della, e ambos, ou cada hum delles se quizer alçar, podel-o-hão fazer. E hum e outro, e cada hum per si poderão fazer janellas e frestas sobre aquelle balcão; por quanto postoque o tal balcão, ou abobada sté nas paredes, sempre assi o debaixo do balcão, como o ar de cima, fica do Concelho. E por tanto cada vez que o Concelho quizer (sobrevindo causa para isso), o póde fazer derribar; porque per tempo algum nunca poderá adquirir posse em o dito balcão o senhorio da dita casa, ou balcão.
	QUINTAL	§ 33.	E se alguém tiver janella sobre quintal, ou campo de outrem, e o senhorio do quintal, ou campo quizer ahi fazer casa, não poderá fazer parede tão alta, que tape a janella, que antes ahi era feita, se passar de anno e dia, que era feita: porém, se o que quizer fazer a dita casa, quizer deixar azinhaga de largura de huma vara e quarta de medir, bem poderá fazer a casa, e alçar-se quanto quizer.
	VERTICAL	§ 34.	E se huma casa for de dous senhorios, de maneira que de hum delles seja o sótão, e de outro o sobrado, não poderá aquelle, cujo for o sobrado, fazer janella sobre o portal daquelle, cujo for o sótão, ou logea, nem outro edificio algum.
PAREDES MEEIRAS	TRAVES	§ 35.	E ninguem poderá metter trave em parede, em que não tiver parte: porém se quizer pagar ametade do que a dita parede custou ao senhor della, poderá nella madeirar, sendo a parede para isso.
		§ 36.	E se em alguma parede dantre dous visinhos stiverem mettidas traves, e não constar que este, que as taes traves tem mettidas, tenha parte na dita parede, e outro visinho tiver madeirado na mesma parede mais alto que o seu

		madeiramento, este, que mais baixo tiver madeirado, poderá metter quantas outras traves quizer, donde tiver mettidas as primeiras, para baixo. E dahi para cima não poderá metter outras mais traves, nem madeirar, salvo se comprar ao dito seu visinho, que stá madeirado mais alto, ametade da dita parede, ou se concertar com elle.
	DIVISÓRIA	§ 37. E se dous tiverem huma casa commua, e hum delles quizer partir, e outro não, parti-se-ha, postoque hum delles não queira. E ambos darão o lugar na casa, para se fazer a parede de repartimento, e o alicerce della. E se entre elles for differença, que hum queira que se faça de taboado, e outro de taipa, ou de pedra, os Almotacés vejão a casa e lugar; e segundo o que acharem, que se deve fazer mais proveitosamente para as partes, assi o mandem fazer. Porém, se ambos não forem concordes de se fazer a dita parede ás suas custas, aquelle, que requerer a partilha, a faça á sua custa, e o outro não se poderá nella madeirar, nem lograr della em cousa alguma, senão quando lhe pagar ametade do que custou.
TELHADOS E BEIRADOS	§ 38.	E se alguém tiver casa, que lance agoa de seu telhado sobre a casa de seu visinho, o qual visinho quizer fazer parede no seu, póde-lhe quebrar as beiras e cimalthas e encâmentos, e alçar-se quanto quizer. E se o seu visinho ahi tiver fresta, ou janella, quando se assi alçar, tomar-lhe-ha as agoas, e dará servintia para ellas em tal maneira, que o dito seu visinho não receba dano.
	§ 39.	E tendo alguém parede de permeio com outro seu visinho, e a casa de hum for mais alta, que a do outro, e tiver a calle, per que lança a agoa do seu telhado, na dita parede, e o que tem a casa mais baixa, se quizer levantar pela parede mais alto que outro, poder-se-há alçar per toda a parede, em tal maneira, que lhe deixe tamanho lugar de parede, per que colha a agoa do telhado daquelle, que antes ahi tinha a calle, per que recebia a agoa, em modo que lhe não venha por isso dano.
	§ 40.	E querendo alguém lançar todas as agoas de sua casa a hum lugar da rua, póde-o fazer per calle, per onde as agoas venhão pela sua parede. Porém não poderá fazer a calle tão longa, que sáia fóra á rua, por que faça dano a seu visinho, ou aos que passarem pela rua. E se alguém tiver já feita calle longa, não a poderá mudar para pôr ahi outra maior, nem de outra feição da que era dantes em aquelle mesmo lugar. Porém a tal calle assi longa não se poderá prescrever per tempo alguém, se fizer dano ao visinho, ou aos que passarem pela rua.
MURO PÚBLICO	§ 41.	E toda a pessoa, que tiver campo, ou pardieiro a par do muro da Villa, póde-se acostar a elle, e fazer casa sobre elle. Porém fica sempre obrigado, se vier guerra, ou cerco, de a derrubar, e dar per ella corredoura e servintia. E se o muro, sobre que assi tiver a casa, ou a que se acostar, caír, aquelle, que assi tiver a casa, será obrigado a fazer o muro á sua custa.
DEFINIÇÃO DAS QUEIXAS	§ 42.	E mandamos, que se alguma pessoa se queixar de outrem, ou demandar perante os Almotacés, por razão de alguma servintia de casa, ou qualquer outra cousa de servintia, que pertença á Almotaceria, e depois passarem tres mezes, sem seguir demanda, ou sem se tornar a queixar, não possa jámais seguir a dita causa, nem tornar-se a queixar disso. E se seguindo a demanda, deixar de fallar a ella tres mezes inteiros, não será mais ouvido sobre ella, não havendo alguém justo e legitimo impedimento.

Tabela 2 – Relação das normas para o construtivo no Código Civil Português (1867)

DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 2315.º	O direito de transformação abrange a faculdade de modificar ou alterar por qualquer maneira, em todo ou em parte, e, até, de destruir a substancia de cousa propria. § unico. Este direito pertence ao dono da cousa, quer esta seja mobiliaria, quer imobiliaria.
	Art. 2316.º	O direito de transformação só póde ser limitado por vontade do dono da cousa, ou por disposição da lei.
EDIFICAÇÕES	Art. 2324.º	É lícito a qualquer proprietario fazer em chão seu quaesquer construcções, ou levantar quaesquer edificios, conformando-se com os regulamentos municipaes ou administrativos, e salvas as seguintes disposições.
JANELAS, EIRADOS, VARANDAS	Art. 2325.º	O proprietario, que levantar muro, parede ou outra edificação, junto á extrema do seu terreno, não poderá nelle abrir janellas, nem fazer eirado ou varanda, que deite directamente sobre o predio do vizinho, sem deixar intervallo de um metro e cinco decimetros entre os dous predios. § 1.º A disposição deste artigo não abrange as frestas, seteiras ou oculos para luz. § 2.º As aberturas para luz, mencionadas no § antecedente, não prescrevem contra o vizinho, e poderá este,

		a todo o tempo que queira, levantar a sua casa, ou contra-muro, ainda que véde a luz das dictas aberturas.
	Art. 2326.º	As disposições do artigo precedente não são applicaveis a predios entre si separados por qualquer estrada, caminho, rua, travessa, becco ou outra passagem pública.
TELHADOS E BEIRADOS	Art. 2327.º	O proprietario deve edificar de modo, que a beira do seu telhado não goteje sobre o predio vizinho, deixando, pelo menos, um intervallo de cinco decimetros entre os dictos predio e beira, se de outro modo o não poderá evitar.
PAREDES E MUROS MEEIROS	COMUNHÃO	Art. 2328.º Todo o proprietario, confinante com parede ou muro alheio póde adquirir nelle communhão, no todo ou em parte, pagando metade do seu valor, e metade do valor do solo sobre que estiver construido o dicto muro ou parede. § unico. Mas, se neste muro ou parede, existirem varandas, janellas ou outras aberturas, a que o proprietario tenha direito, só poderá verificar-se a dicta communhão, se o mesmo proprietario consentir.
	ABERTURAS	Art. 2329.º O proprietario, a quem pertencer algum muro ou parede, em commum, não poderá abrir nelle frestas nem janellas, ou fazer outra abertura ou alteração sem consentimento do seu consorte.
	TRAVES	Art. 2330.º Qualquer dos consortes póde, todavia, edificar sobre o muro commum, e introduzir nelle as traves e barrotes que quizer, com tanto que não ultrapasse o meio da parede.
	ALTEAMENTO	Art. 2331.º O consorte póde também altear a parede commum, com tanto que o faça á sua custa, e não edifique, ou introduza traves ou barrotes, senão até o meio da parede, ainda que tenha, quando alteou, mandado fazer a outra metade.
		Art. 2332.º Se o muro, ou parede commum, não estiver em estado de aguentar o alçamento, deverá o que pretender levantál-o reconstruíl-o por inteiro á sua custa, e se quizer augmentar-lhe a espessura, será o espaço para isso necessario tomado do seu lado.
		Art. 2333.º O consorte, que não tiver contribuído para o alçamento, póde adquirir communhão na parte augmentada, pagando metade do que houver custado, e, no caso de augmento de espessura, metade do valor do espaço acrescentado.
	REPARAÇÃO	Art. 2334.º A reparação e reconstrução do muro commum será feita por conta dos consortes, em proporção da sua respectiva parte. § 1.º Se o muro for simplesmente de vedação, a despeza será dividida pelos consortes por partes eguaes. § 2.º Se, alem da vedação, algum dos consortes tirar do muro outro proveito, que não seja commum ai outro, ou aos outros consortes, a despeza será rateada entre elles, em proporção do proveito que cada um tirar. § 3.º Se a ruina do muro provier exclusivamente de facto, de que um dos consortes tire proveito, só esse consorte será obrigado a reconstruíl-o ou reparál-o.
		Art. 2335.º Se os diversos andares de um edificio pertencerem a diversos proprietarios, e o modo de reparação e concerto se não achar regulado nos seus respectivos titulos, observar-se-ha o seguinte: § 1.º As paredes communs e os tectos serão reparados por todos, em proporção do valor que pertence a cada um. § 2.º O proprietario de cada andar pagará a despeza do concerto do seu pavimento e forro. § 3.º O proprietario do primeiro andar pagará a despeza do concerto da escada de que se serve; o proprietario o segundo a da parte da escada de que igualmente se serve, a partir do patamar do primeiro andar, e assim por diante.
	DIVISÃO	Art. 2336.º Quando entrar em duvida, se o muro ou parede divisoria entre dous edificios é ou não commum, presumir-se-ha commum em toda a sua altura, sendo eguaes os dictos edificios, e até á altura do inferior, se não forem eguaes, salva qualquer prova em contrário.
		Art. 2337.º Os muros entre predios rusticos, ou entre pateos e quintaes de predios urbanos, presumem-se igualmente communs, não havendo prova ou signal em contrário. § 1.º São siguaes que excluem a presumpção de communhão: 1.º A existencia de espigão em ladeira só para um lado; 2.º O sustentar o muro em toda a sua largura qualquer edificio ou construcção, que esteja só de um dos lados; 3.º Haver na parede, só de um lado, cachorros de pedra salientes, encravados em toda a largura da parede; 4.º Não se achar o predio contiguo igualmente murado pelos outros lados. § 2.º No caso do n.º 1.º presumir-se-ha, que o muro pertence áquelle, para cujo lado se inclina a ladeira, e nos outros casos áquelle de cujo lado se acharem as construcções ou nos signaes mencionados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Actas das Sessões da Comissão Revisora do Projecto de Código Civil Portuguez (1860-1865)*, (1869), Lisboa, Imprensa Nacional.
- BASTO, Artur de Magalhães (notas e comentários) (1937), *Vereações, Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, Porto, Câmara Municipal.
- CAHEN, Claude; TALBI, Mohamed (1975) «Hisba (I – Généralités: Sources, Origines, Functions)» in H. A. R. Gibb, *et alli* (ed.) (1960-2004) *Encyclopédie de L'Islam*, 13 vol.s, Leyde, E.J. Brill, vol. III, pp. 503-505.
- CHALMETA GENDRÓN, Pedro (1970), «La figura del almotacen en los fueros y su semejanza con el zabazoque hipano-musulman», *Revista de la Universidad de Madrid*, vol. XIX (73), pp. 145-167.
- Code Civil des Français*, (1806), Toulouse, Chez Veuve Douladoure.
- Código Civil Portuguez, Projecto, redigido por Antonio Luiz Seabra*, (1858), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Código Civil Portuguez, Projecto, redigido por Antonio Luiz Seabra e examinado pela respectiva Comissão Revisora*, (1863), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Código Civil Portuguez*, (1865), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Código Civil Portuguez, Aprovado por Carta de Lei de 1 Julho de 1867*, (1868), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações – Legislação de 1775 a 1790*, 1828, Lisboa, Na Typografia Maigreense.
- Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, (1836), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1844-1845*, (1845), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1864*, (1865), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official de Legislação Portuguesa, anno de 1903*, (1904), Lisboa, Imprensa Nacional.
- CRUZ, Guilherme Braga da (1949), «A posse de ano e dia no direito hispânico medieval», *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, vol. 25, pp. 1-28.
- CRUZ, Guilherme Braga da (1974), «O direito subsidiário na história do direito português», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. 14, pp. 177-316.
- Diário do Governo, I Série, n.º 166, Suplemento*, (1951), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis (IV e V)*, (1959, 1960), Lisboa, Câmara Municipal.
- FERREIRA, Manuel Alvares (1750), *Tractatus de novorum operum Aedificationibus*, 2 vol.s, Porto, Dominicum Serqueyra Costa.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1992), «Barcelos, terra de Condes: esboço da vila medieval (parte II)», in *Barcelos – Revista*, Série II, vol. 3, pp. 5-67.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010), *Guimarães, Duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*, Braga, CITCEM, Universidade do Minho.
- FREIRE, Pascoal José de Melo (1966-67 [1789-94]), «Instituições de Direito Civil Português tanto Público como Particular», *Boletim do Ministério da Justiça*, MENEZES, Miguel Pinto de (trad. do Latim), vol. 161-170.
- GLICK, Thomas F. (1971), «Muhtasib and Mustasaf: A Case Study of Institutional Diffusion», *Viator*, vol. 2, pp. 59-81.
- HERCULANO, Alexandre (org.) (1856-66) *Portugaliae Monumenta Historica, a saeculo octavo post christum ad quintumdecimum, Leges et Consuetudines*, 2 vol.s, Lisboa, Olisipone Typis Academicis.
- MARQUES, Mário Reis (1993), «Estruturas jurídicas», in TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) (1993) *O liberalismo (1807-1890)*, vol. 5 de MATTOSO, José (dir.) (1993) *História de Portugal*, 8 vol.s, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 167-181.
- MARQUES, Mário Reis (2002), *História do Direito Português Medieval e Moderno*, Coimbra, Almedina.
- MERÊA, Paulo (1947), «Sobre a posse de ano e dia no direito dos foros», in MERÊA, Paulo (1953) *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vol. 2, Coimbra, Por Ordem da Universidade, pp. 163-194.
- MIRANDA, Jorge (org. e int.) (1976) *As Constituições Portuguesas, 1822-1826-1838-1911-1933-1976*, Lisboa, Livraria Petrony.
- NEIVA, António da Cunha Pereira Bandeira (1860), *Novas observações sobre o Projecto do Código Civil*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Ordenações Afonsinas* [Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792], 5 vol.s, (1984), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603, Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal, Parte II – da Legislação Moderna*, 3 vol.s, (1790), Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade.
- Ordenações Manuelinas* [Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1797], 5 vol.s, (1984), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PEGAS, Manuel Alvarez (1681), *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae, Tomus Sextus*, Lisboa, Antonii Leite Pereyra.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (1998) *A forma e o poder, Duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna*, 2 vol.s, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Edição

policopiada.

- PINTO, Sandra M. G. (2012) *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, Edição policopiada.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos (leit. paleog. e transc.) (1974), *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal.
- SEVILLANO COLOM, Francisco (1953), «De la institución del Mustaçaf de Barcelona, de Mallorca y de Valencia», *Anuario de Historia del Derecho Español*, vol. 23, pp. 525-538.
- SOUSA, João de (1789), *Vestigios da Língua Arabica em Portugal, ou Lexicon etymologico das palavras, e nomes poruguezes que tem origem arabica*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.
- SOUSA (DE LOBÃO), Manuel de Almeida e (1817), *Tractado historico, encyclopedico, critico, pratico sobre todos os direitos relativos a cazas, quanto às materias civis, e criminais*, Lisboa, Na Impressão Regia.
- TORRES, Ruy d'Abreu (1981 [1963]), «Almotaçaria e Almotacé» in SERRÃO, Joel (dir.) (1981) *Dicionário de História de Portugal*, 6 vol.s, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. I, p. 12.
- VAN STAËVEL, Jean-Pierre (2006), « Institution judiciaire et production de la norme en al-Andalus aus IXe et Xe siècles» in GÉAL, François (dir.) (2006), *Regards sur al-Andalus (VIIIe-XVe siècle)*, Madrid / Paris, Casa de Velázquez / Éditions Rue d'Ulm, pp. 47-80
- VELOZO, Francisco José (apres.); MACHADO, José Pedro (leit. paleog., nótula e vocab.) (1974), *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa

Planos Directores Municipais de Lisboa: (des)actualização, revisão e regeneração urbana

[Ana Nevado](#)

1 | Introdução

A presente comunicação insere-se no contexto actual de incerteza e escassez financeira, marcado por céleres transformações urbanas. Apesar da (des)actualização, o conseqüente processo de Revisão e articulação dos dispositivos legais no âmbito do controlo, planeamento urbano e gestão estratégica constituírem competências das autarquias, ultrapassam a escala municipal.

Consideramos a evolução dos IGT e dos PDM de Lisboa e da sua área metropolitana, em particular, a fim de dissecar, questionar e aferir modos de planear, controlar, gerir e regenerar o espaço urbano, na contemporaneidade. Metodologicamente, procedemos à comparação de diversos centros de Lisboa (Bairro Alto e frente ribeirinha de Lisboa (Nascente/Poente), analisando evolutivamente os PDM elaborados a partir de 1948 até à actualidade (2013), por via da cartografia e sob as seguintes hipóteses:

a) denota-se a *transição do planeamento para a gestão urbana*, no âmbito da regeneração urbana e sob o pretexto de “regresso ao centro da cidade”, sobrepondo-se aos anteriores momentos de expansão urbana;

b) o *PDM consiste num mecanismo legal de essencial no (re)desenvolvimento estratégico da cidade, do espaço urbano e da paisagem urbana é essencial*, focando-se na regeneração urbana;

c) o *plano é um processo*, em constante evolução, revisão e adaptação à realidade, ao invés de ser um documento estático e encerrado em si próprio.

Parte-se de um momento de carência habitacional e de expansão urbana, analisando-se casos de loteamentos (bairros camarários e ilegais) e exemplos de regeneração urbana desde as décadas de 1980-90 até à actualidade na cidade e na AML, relevando o papel histórico e estratégico da gestão urbanística. Neste estudo, o seu conceito corresponde à «(...) arte de operar os sistemas de planeamento urbanístico, (...) [como] suporte racional do desenvolvimento urbano e regional»¹. Na esteira do (re)ordenamento do território, os planos urbanos são instrumentalizados através de uma gestão com base na racionalização e concertação de objectivos, interesses e comunidades visando minimizar conflitos e promovendo a coesão social, através da discussão participada de soluções².

2 | Instrumentos de Gestão Territorial

«(...) o espaço é contínuo, não pode ser organizado com visão parcial.»³

¹ Correia (2002): 7.

² Alves (2001); Correia (2002).

³ Távora (1962): XIV.

Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) correntes, afectos ao espaço urbano e à governança, herdaram a sua estrutura de modelos internacionais urbanísticos, sobretudo a partir do período pós-II Guerra Mundial, onde o conceito de regeneração urbana se afirmava (Távora, 1962). A evolução do urbanismo ter-se-á afastado da Arquitectura, buscando mecanismos legais importados, com base científica e empírica. Contudo, a partir da década de 1960, as transformações profundas introduzidas pelos processos de globalização e de metropolização alteraram significativamente o espaço urbano, a cidade e a sua paisagem, colocando desafios ao planeamento e gestão urbanas assim como à intervenção arquitectónica e urbanística⁴, destacando a célere desactualização e efemeridade dos consecutivos planos urbanos em vigor. O planeamento e a gestão urbanística constituem competências relevantes das autarquias, na contemporaneidade, acentuando a importância da constante revisão dos IGT e dos PDM, em particular. Porém, o desenvolvimento urbano sustentável municipal não pode ser meramente orientado pela legislação geral, pois depende da acção da Arquitectura e do Arquitecto como técnico e agente do município intervindo sobre o território.

2.1 O caso de Lisboa

O crescimento demográfico de Lisboa terá começado com a expansão industrial (nos séculos XVIII-XIX), afirmando-se na década de 1920⁵. O processo prolongou-se até à década de 1990, em simultâneo com a progressiva terciarização de espaços centrais e, conseqüentemente, com o esvaziamento populacional em detrimento de áreas periféricas/suburbanas. Na sequência do intenso processo de ocupação territorial, surge a Área Metropolitana de Lisboa (AML), de onde se destacam dois momentos fundamentais:

O primeiro corresponde à transição das décadas de 1930-40⁶. O projecto de cidade configurado e proporcionado por uma conjuntura política e ideológica particular mas urbanisticamente convergente, inscrevia-se numa lógica radioconcêntrica. A crescente falta de ordem, descontinuidade e fragmentação advindas do processo de expansão urbana no final da década de 1950, exigiam controlo por via do desenho e da cartografia. Na década de 1950 a dualidade de escalas (local vs. global) na resolução de problemas urbanísticos gerava conflitos, pois o planeamento físico estava desfasado do económico e a desordem instaurada não podia ser superada pela imposição de planos urbanos. Era necessário um sistema de actuação mais abrangente, transversal e com autonomia propositiva que conjugasse políticas nacionais, regionais e locais com a arquitectura. Segundo Távora (1962), o modelo da «cascata dos planos» - um plano nacional, geral e de longo prazo, hierarquizado até à escala local, segundo uma lógica *top down* -, baseado em modelos importados (e.g.: «plano nacional holandês»⁷) começa a ser questionado. Era necessário compreender pragmaticamente as necessidades culturais e sociais e o modo como a arquitectura podia agir sobre determinada realidade. Inicia-se então um processo de planeamento científico através de políticas de solos (i.e. métodos, instrumentos e programas cristalizados em planos urbanos como ferramentas racionais para a Administração, sobretudo local), essenciais para a definição de linhas estratégicas de fomento da economia, a resolução de assimetrias urbanas e a urgência de controlo das

⁴ Ferreira (2005).

⁵ Rosa (2000). INE-AML (2001).

⁶ Nunes (2007): 13.

⁷ Távora (1962).

consequências dos processos de migração para áreas periféricas às grandes cidades. Visando a organização do espaço num sentido mais lato, a lógica de planeamento teria de ser *bottom up*, perante a necessidade de intervenções concretas, destacando a figura do arquitecto e a descentralização da tomada de decisões. O plano geral de cidade/região adquiriria então credibilidade, considerando e partindo de problemas locais, tipificando-os e generalizando soluções. A ineficácia das políticas públicas urbanas e as técnicas obedeciam à lógica da concentração do capital, já que os I.G.T. eram mecanismos estatais accionados em situações de conveniência de planeamento e/ou de conjugação de interesses.

O segundo momento inicia-se na década de 1960, numa conjuntura económica e política específica e significativa para a capital e para o país, prolongando-se até à década de 1980. A progressiva expansão urbana extravasava os próprios limites administrativos de Lisboa, estruturando um território metropolitano. Apesar dos conflitos advindos da colonização, a metrópole era o lugar privilegiado de mudança urbana, resultando de múltiplos vectores privados, alheios à natureza jurídica dos processos de ocupação e expansão territorial, desencadeando uma crescente desordem espacial. Esta nova conjuntura assente na colonização capital, predadora de recursos e de deseconomias crescentes, influenciaram a situação de crise do final da década de 1970/início de 1980. Perante as transformações da Revolução (25 de Abril de 1974) e consequente processo de descolonização, acentua-se o grave problema de carência habitacional e a proliferação de loteamentos ilegais nas áreas suburbanas da capital. A célere descaracterização da paisagem urbana requeria soluções favoráveis aos interesses colectivos e à defesa dos recursos naturais, salvaguardando a qualidade do ambiente urbano, pois o planeamento por si só não era a solução, intensificando a necessidade de regeneração urbana à semelhança de experiências internacionais.

3 | (Des)actualização e revisão dos Planos Urbanos: PDM de Lisboa

Face à evolução do território da AML, o fenómeno de metropolização, suburbanização e fragmentação do tecido urbano tornaram impreciso o território, levando-nos a questionar os IGT e as políticas de solos no que concerne ao ordenamento do território em torno da cidade metropolitana de vínculo municipal. Apesar da cultura de planeamento estar enraizada na Academia desde o processo de modernização urbanística de Lisboa, após o Terramoto de 1755, existiram diversas circunstâncias que nunca permitiram que os planos para a cidade se concretizassem em pleno, independentemente dos agentes envolvidos.

O modelo dos planos urbanos formal, estático, com longos horizontes temporais e uma elaboração alheia aos agentes de intervenção, encontrava-se obsoleto, sendo emergente a formulação de políticas e a disponibilização de recursos pela Administração. A rigidez associada aos planos é questionada ao longo da década de 1980, constatando-se a necessidade de uma base mais dinâmica e realista para adequar a urbanística à realidade. O plano serviria então como ferramenta para um planeamento adaptativo e evolutivo sob acompanhamento e revisão constantes, ultrapassando os limites dos aglomerados urbanos⁸.

⁸ Távara (1962): XXII.

Nesse sentido, e perante a necessidade de resolução e articulação de problemas à escala local, em 1977⁹ foi criado um IGT designado por Plano Director Municipal (PDM), o qual vinculava entidades públicas e privadas no planeamento e gestão do território municipal¹⁰, cujo modelo de organização espacial foi implementado pelo país. Os primeiros planos desenvolveram-se sob normas administrativas, estabelecendo uma estrutura espacial do território municipal, classificando os usos dos solos e índices urbanos, considerando os objectivos e as linhas estratégicas de desenvolvimento territorial. Previa a distribuição racional de actividades económicas e pretendia colmatar a escassez de habitação, equipamentos, redes de transporte e infra-estruturas na cidade, em articulação com a sua área metropolitana, subordinando-se, contudo, à escala nacional e regional¹¹.

Actualmente, as directrizes do PDM inserem-se no desenvolvimento estratégico nacional e regional. Este documento estratégico reflecte uma visão integrada sobre o território municipal e tem como objectivos principais aumentar a competitividade do concelho a que está afecto e assegurar a equidade territorial, com vista à coesão e integração territorial a várias escalas. Perante a rápida (des)actualização do plano, este requer uma actualização constante, articulando interesses políticos, económicos e sociais.

Metodologicamente analisamos a evolução dos PDML mediante planos urbanos consecutivos que constituem casos experimentalistas formais, científicos e ideológicos à escala municipal¹².

3.1 PGUEL (1938–1948): *Plano Director de Urbanização de Lisboa* (Étienne de Gröer)

Após um período de ascensão e de queda de um projecto urbano moderno para Lisboa na transição da década de 1930 para 1940 e uma acentuada afirmação ideológica do regime territorial e urbano instaurado nos anos anteriores pelo Estado Novo, a transição de 1940 para 1950, no âmbito da urbanística e do planeamento urbano em Portugal, e particularmente em Lisboa, terá constituído um período singular¹³. O vazio político e urbanístico, a dualidade e o debate entre Arquitectura Portuguesa e Moderna, o Congresso Nacional dos Arquitectos (CNA), em 1948, e a fase do pós-II Guerra Mundial, proporcionava tendências tradicionalistas e progressista em simultâneo. No campo urbanístico e arquitectónico assistimos a uma evolução, marcada sobretudo pelo regime das expropriações¹⁴, no âmbito da expansão urbana, (e.g.: Bairro de Alvalade; avenidas). A mudança significativa nos anos seguintes reflectiu-se também na elaboração dos PDM, de onde destacamos o PGUEL. O Plano é da autoria do Arquitecto-Urbanista Étienne de Gröer em parceria com os serviços municipais. Foi iniciado em 1938, durante a presidência do Eng.º Duarte Pacheco, e em 1948 seria concluído e aprovado pela CML, embora nunca tivesse obtido aprovação governamental. As grandes linhas de desenvolvimento da cidade, a proposta da sua expansão para Norte, o *zoning* – o seu principal e revolucionário instrumento herdado do planeamento racional, científico e internacional da época –, tornavam o plano pioneiro e progressista, salientando a importância dos bairros camarários municipais.

⁹ Lei n. 79/77 de 25 de Outubro.

¹⁰ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

¹¹ RJIGT - Artigo 84º. In Oliveira (2003).

¹² Camarinhas (2009): 459.

¹³ Nunes (2007): 11.

¹⁴ Correia (2002).

3.1.1 Bairros camarários

Os bairros económicos, de iniciativa camarária constituem testemunhos da expansão urbana e da necessidade de criação de alojamento, a partir da década de 1930, face à evolução demográfica e à migração para a capital¹⁵. Inseridos no âmbito do PDUL (1938), e, inicialmente situados em zonas limítrofes da cidade existente, actualmente integram-se na cidade, tendo sofrido diversas intervenções e sujeitando-se a planos de urbanização até à actualidade. Tal é o caso da importante operação urbanística do Bairro do Restelo (1938-1991), em Lisboa, a qual correspondeu à intervenção de múltiplos arquitectos e um arquitecto urbanista, sob a acção política de diversos presidentes da Câmara Municipal de Lisboa¹⁶. Outro dos exemplos é o Bairro de Madredeus (1938), no Beato, que, à semelhança do Restelo, se localiza numa zona ribeirinha e apresenta uma estrutura residencial de pequena escala e um carácter suburbano, de baixa densidade populacional. Finalmente, seleccionamos Bairro de Alvalade. Com a proposta do PDUL, começaram a surgir planos parciais para o desenvolvimento urbano da zona de Alvalade. Entre 1940 e 1945, o arquitecto municipal Faria da Costa, que trabalhara com De Gröer, projectou o Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (como então se chamava a Avenida do Brasil). Com uma extensão de 230ha e destinado a alojar 45 000 pessoas, a sua construção iniciou-se em 1947 e no ano seguinte já se alojavam os seus primeiros habitantes. Faria da Costa desenvolveu o projecto em oito células centradas em equipamentos escolares. A tipologia das habitações variava segundo oito modelos, em função do número do agregado familiar. A existência de edifícios uni e plurifamiliares, de renda limitada, e não limitada, conseguiu reunir nas suas fronteiras, de forma harmoniosa, população de vários estratos sociais.

3.2 PDUL (1959). *Plano Director de Urbanização de Lisboa* (GEU; Guimarães Lobato)

Em 1954, a CML criou o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) com o intuito de rever e actualizar o PGUEL. Desse processo resultou o PDUL, em 1959, o qual manteve a maioria das opções propostas do Plano anterior apesar de introduzir alterações importantes, tais como a construção da Ponte sobre o Tejo (1966), uma via rápida contornando o Parque de Monsanto (ligando Alcântara a zonas suburbanas como a Buraca, passando por Campolide) e a construção de duas autoestradas (uma para Norte e outra para Sul, na continuação da Ponte). Este Plano serviu de base para o entendimento de Lisboa não apenas como cidade, mas como área metropolitana, marcando uma viragem no planeamento urbano nacional¹⁷. A passagem da escala arquitectónica para a dimensão e «para os problemas da organização do espaço e do território»,¹⁸ ou seja, para um vasto plano onde as dimensões socioeconómicas são factores estratégicos, apesar das limitações da urbanística portuguesa na década de 1950. A falta de políticas, autonomia disciplinar, recursos, teorias que acompanhassem o *boom* urbanístico e o debate europeu, e perante a emergente necessidade de alojamento, os problemas do território e

¹⁵ Rosa (2000).

¹⁶ D'Almeida (2013).

¹⁷ Camarinhas (2009): 464.

¹⁸ Távora (1962): IX.

da organização urbana foram subjugados para segundo plano.¹⁹ As estratégias de desenvolvimento regiam-se pela expansão do capital e a promoção imobiliária (*new town*), sem cumprir as disposições do Plano Intercalar de Fomento de 1959 e as tentativas de planos directores para a Cidade e para a grande Lisboa. Consequentemente, a degradação do ambiente urbano e a proliferação das desigualdades do País denunciavam o futuro. A crença optimista no controlo do crescimento através dos instrumentos da planificação física da cidade e do campo (nascida nos CIAM e alimentada no pós-guerra) começa a declinar e a ser substituída por tentativas de formulação de políticas e de novas metodologias transversais a diversas áreas para além da arquitectura (como a sociologia, geografia e economia).

3.3 PDRL (1965): *Plano Director da Região de Lisboa* (MOP)

Na década de 1960 e perante as transformações territoriais, os modelos dos planos urbanísticos importados eram ineficazes. Apesar da limitação disciplinar da época no campo urbanístico, os planos racionalistas de 1940-50 foram continuados nos anos 1960 através de uma produção urbana de carácter científico e progressivo²⁰.

O PDRL (sob a figura de Antepiano) tem por base o PDUL e corresponde ao momento de definição efectiva da região de Lisboa (a actual AML), definindo os seus limites administrativos. A sua elaboração contou com a participação de equipas multidisciplinares, considerando o Plano urbano como um documento efémero, dinâmico, interactivo e progressista. Apesar de assumir uma figura de Antepiano, as suas linhas estratégicas serviram de base ao plano urbano seguinte – o PGUCL. A expansão urbana ao longo da década de 1960 destacava o (re)ordenamento do território, onde o (re)desenho da cidade pelos poderes político, económico e teórico/académico assumia importância²¹. As exigências internacionais, a expansão urbana e a opção governamental de deslocalização da actividade industrial para áreas periféricas de Lisboa (Margem Sul e Vila Franca de Xira) geraram a necessidade de se criarem e consolidarem acessibilidades, articulando escalas entre centros urbanos consolidados e áreas suburbanas. A concentração demográfica nas zonas de expansão industrial conduzia à necessidade de alojamento durante essa década e a seguinte, obrigando a uma construção rápida e nem sempre cumpridora dos dispostos legais. Deste modo, a proliferação de bairros clandestinos e/ou de iniciativa camarária nas periferias criaram fenómenos de loteamentos e construções (i)legais em ambas as margens do Tejo.

3.3.1 Bairros e loteamentos de génese ilegal

Os bairros e loteamentos de origem clandestina que proliferaram em áreas suburbanas surgiram, sobretudo em momentos de carência habitacional durante as décadas de 1960-70. Os conjuntos sem licença de loteamento (e.g.: Setúbal; Vila Franca de Xira; Montijo; Alcochete; Almada; Vale da Amoreira; Cova da Moura) representam casos de auto-construção com poucos recursos, acompanhando muitas vezes, a implantação

¹⁹ Apesar dos debates internacionais, as influências dos CIAM, os ecos do Congresso Nacional dos Arquitectos e os testemunhos internacionais em paralelo, não existia uma produção efectiva de planos urbanos levados a cabo por profissionais, já que a possibilidade de os executar era diminuta e, consequentemente, reduzida de fundamento teórico (Portas in Távora 1962, p. X).

²⁰ Portas in Távora (1962), pp. XI-XII.

²¹ Nunes (2007): 7.

industrial. A reconversão urbana destes bairros é hoje essencial. Estes importantes conjuntos de experiências práticas/laboratórios possibilitam novas pistas de intervenção no território, adaptando normas, conceitos e processos participativos adequados a cada realidade e que a regulem, criando confiança e coesão social. Na maioria dos casos, o tipo de aproximação das autarquias nestes processos traduz-se no fazer respeitar as medidas correctivas: definição das redes viárias, áreas de cedência e o apoio às infra-estruturas básicas. Na ausência de um modelo de planeamento integrado, o estatuto da propriedade privada mantém-se como um factor essencial na definição do tecido urbano²². Relevam a importância dos PDM, em articulação com os PU e PP, através da participação da população²³. Foram definidas as *Áreas Urbanas de Génese Ilegal* (AUGI) sujeitas a processos de reconversão urbanística integrados, por via da actuação do poder local.

3.4 PGUCL (1977): *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa* (GEU; Meyer-Heine)

Perante os problemas então diagnosticados na cidade consolidada e nas áreas suburbanas, consubstanciados, sobretudo, nas consequências da especulação imobiliária e fundiária que ameaçavam desqualificar a cidade, era necessário um instrumento actualizado e mais flexível para (re)pensar estratégias futuras. Foram realizados diversos estudos segundo metodologias científicas e técnicas sofisticadas de processamento e análise de dados, apesar da fragmentação global de planeamento devido ao *zoning*. Era necessário considerar a vasta e complexa realidade da região metropolitana, os movimentos populacionais e de mercadoria, sobretudo após a Revolução (1974) e o processo de descolonização. A elaboração do PGUCL surgiu, à semelhança dos estudos do PDRL, da necessidade de um instrumento legal que enquadrasse a nova realidade urbana (e.g.: o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede de metropolitano, a construção da Ponte sobre o Tejo e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade). Na sequência dessas consequências, a CML optou por encomendar uma revisão do PDUL ao Arquitecto-urbanista Meyer-Heine, de onde resultou um instrumento de ordenamento do território que abrangia a totalidade da área do concelho. Apesar de apenas ter sido aprovado e publicado em 1977²⁴, o PGUCL foi elaborado, numa primeira fase, entre 1963-67, e, num segundo momento, entre 1967-77. Cientes das rápidas transformações da cidade e da sua área metropolitana, que acarretaram implicações notórias na estrutura funcional da cidade e nas necessidades da sua gestão, foi necessário um processo de revisão constante do plano²⁵. As suas principais linhas orientadoras consubstanciavam-se: na criação de um eixo-distribuidor, apoiado a Norte e a Sul na autoestrada do Norte e na Ponte, passando pelo Aeroporto; no prolongamento da Avenida da Liberdade como grande eixo monumental mas com funções de autoestrada como no PDUL anterior, com o objectivo de descongestionar a Baixa e criar um novo pólo que atraía o tráfego para fora do centro; na divisão da Cidade em “unidades base de planeamento”, designadas por Unidades de Ordenamento do Território (UNOR); na construção da ponte sobre o Tejo (1966); acessibilidades.

²² <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper145.pdf>

²³ http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/LEI_091_95.htm

²⁴ Portaria n.º 274/77, de 19 de Maio.

²⁵ Relatório de Enquadramento, CML, 1993.

3.5 PEL (1992): *Plano Estratégico de Lisboa* (CML)

As céleres das transformações urbanas e as mutações socioeconómicas nas grandes metrópoles e cidades questionaram métodos e processos de planeamento utilizados ao longo das décadas de 1940-70. Em 1990, a CML aprovou as bases para a elaboração do PEL e do PDM, definindo princípios orientadores do processo de planeamento e objectivos prioritários para a cidade. O Plano foi aprovado em 1992 e constituiu um instrumento a longo prazo (dez anos), estabelecendo linhas orientadoras quer para a actuação municipal para o ordenamento e desenvolvimento da cidade, quer para a responsabilidade partilhada com entidades, agentes e organizações (públicas e privadas) que operam na cidade. Após o PGUCL, foram elaborados diversos estudos sem enquadramento jurídico durante a década de 1980. Constatava-se a existência de uma realidade urbana e socioeconómica mais ampla do que a própria cidade, cujo território era fragmentado e desqualificado, apesar de consagrado institucionalmente como AML²⁶. Perante as transformações urbanas da cidade e da sua área metropolitana, as consequências nefastas dos fenómenos de globalização e metropolização do território (e.g.: desordenamento e assimetrias urbanas; casos de especulação imobiliária de iniciativa privada; esvaziamento de áreas centrais; a progressão das infra-estruturas e acessibilidades graças ao financiamento externo facilitado pela adesão à CEE) e a inexistência de uma estratégia geral e de uma política urbanística coerente e actualizada para a cidade de Lisboa, foi proposto o PEL para tal foi criada a Direcção de Planeamento Estratégico (DPE) para a elaboração do plano, definindo objectivos estratégicos e abrangentes (e.g.: modernizar a Administração Pública, torná-la mais eficiente e participada; aumentar a competitividade internacional da capital enquanto cidade-metrópole e torná-la mais atractiva), segundo uma metodologia de planeamento estratégico e flexível²⁷, estabelecendo linhas de desenvolvimento social, económico e cultural, sob acompanhamento da vereação, serviços municipais e organismos externos à CML.

O objectivo principal do Plano almejava modernizar a cidade da Lisboa, através da concretização de um «projecto de cidade» levado a cabo pela gestão autárquica. O PEL cristalizava um modelo urbanístico inovador, estratégico, socioeconómico e à escala internacional. Foram definidas áreas ou unidades territoriais com problemas e potencialidades específicas. O desenvolvimento, concretização e revisão do Plano foram assegurados pelo Conselho do Plano e pela Agência de Desenvolvimento para a Modernização da Base Económica de Lisboa (AMBELIS), com um horizonte temporal de realização até 2000 e considerando as significativas transformações urbanas na cidade (e.g.: as importantes operações de requalificação da zona ribeirinha, executada pela Administração do Porto de Lisboa (APL), e da Zona Oriental da cidade, através da realização da Exposição Mundial 1998). Foi elaborado um diagnóstico rigoroso das debilidades da cidade, com vista a colmatar as carências existentes e incidindo na habitação, infraestruturas urbanas e na requalificação do espaço público, fomentando a melhoria da qualidade de vida dos residentes e atraindo população para áreas centrais na cidade.

A integração do país na CEE (1986) transformava Lisboa em capital europeia com relações comunitárias internacionais e globais, representando uma oportunidade de reposicioná-la no panorama político,

²⁶ Nunes (2007): 14.

²⁷ D.L. n.º 69/90, de 2 de Março.

económico e cultural internacional, em paralelo com a modernização e renovação das grandes cidades europeias, inserindo-se num quadro de competitividade e cooperação. Assim, à semelhança de modelos e experiências internacionais, o planeamento estratégico e prospectivo adquire importância no sistema nacional, destacando a reabilitação e regeneração de áreas urbanas em declínio, suportadas pelo movimento de regresso à cidade. Tal é o caso das zonas ribeirinhas e centrais (e.g.: Bairro Alto), com base na introdução de funções culturais e criativas, apesar da fomentação de fenómenos de *gentrification*. Neste plano, as frentes ribeirinhas passaram a ser consideradas como áreas estratégicas de intervenção urbanística (CML, 1990). Partindo da experiência do PEL, o município desenvolveu um sistema e uma metodologia para a revitalização do Planeamento no Município de Lisboa (1990). Recorreu-se a diversos instrumentos urbanísticos em articulação com o PDM, dotado de suporte técnico e normativo, mediante a regulamentação dos PDM (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março). Este plano serviu de base ao PDML (1994) e à posterior coordenação com o PROT-AML.

3.6 PDML (1994): *Plano Director Municipal de Lisboa* (CML)

De acordo com o Relatório de Enquadramento (1993), a proposta para o PDML foi elaborada pela CML (Deliberação n.º 291/90, de 14 de Agosto de 1990) entre 1990-94, estabelecendo as suas bases programáticas, o processo e os prazos de concretização. Inserido no âmbito do processo estabelecido pelos D.L. 69/90 e 211/92, o plano não se cinge somente à cidade, mas também abrange e relaciona a sua área metropolitana, considerando a cidade e o planeamento urbano num contexto de mudança, o novo sistema de planeamento para Lisboa e a renovação dos agentes urbanos. A inexistência de um instrumento actualizado e global obrigava a tomar decisões sem um enquadramento adequado. Devido aos inúmeros condicionalismos de natureza prática e legal. Este plano é particular, pois é o resultado de uma intensa e enriquecida experiência de diálogo, contactos e cooperação entre o município, os diversos organismos intervenientes e investidores. Para além de servir como instrumento operativo da gestão municipal, normalizando usos do solo, teria de ser complementado com o Plano Estratégico (PE) e com Projectos Urbanos (PU) e de Pormenor (PP).

O plano fundamentou-se num diagnóstico de análise profunda da cidade e do seu enquadramento regional metropolitano e prospectivo, fornecido pelo PEL, de acordo com exigências e condicionalismos à gestão urbanística municipal durante a década de 1990. Foi estritamente articulado com o PEL e o PROT-AML (1990-91) compatibilizando estratégias e metodologias sectoriais com municípios limítrofes, com 18 Planos de Pormenor para diferentes zonas da cidade, através da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística (DGMPGU). A proposta é da responsabilidade da DPE, tendo contado com o trabalho de diversos especialistas e equipas profissionais, no âmbito do urbanismo. Inserida nas lógicas de planeamento da cidade da década de 1990, com base na concertação e gestão de conflitos de crescimento urbano e na busca de consensos, e ainda com o modelo estabelecido pelo PEL de desenvolvimento urbano para Lisboa e as respectivas linhas estratégicas fundamentais, a elaboração do plano contou com uma coordenação processual e interactiva, sob acompanhamento permanente pela CCR-LVT, garantindo um adequado enquadramento regional e intermunicipal num território complexo, à escala urbana-metropolitana, que exigiu instrumentos e propostas urbanísticas de conjunto e municipais devidamente compatibilizados. Desse processo ressalta a disponibilidade

com vista a um melhor planeamento e ordenamento da cidade. Contudo, notaram-se insuficiências e desconexões dos sistemas de informação, decisão e coordenação (inter)institucional que se relacionam com o Ordenamento e a gestão do Território Municipal. O Plano caracteriza-se ainda pelas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOP), tendo sido iniciado o seu processo de revisão em 1998 sugerindo a ideia de continuidade com os planos anteriores²⁸.

3.7 PDML (2012): *Plano Director Municipal de Lisboa* (CML)

O novo PDML surge na continuidade do processo de revisão anterior, tendo a sua proposta final sido publicada em Agosto 2012 (Diário da República, 2.ª série – N.º 168 de 30 de Agosto de 2012). Graças ao consenso técnico e político entre entidades, este complexo e estratégico instrumento dá primazia à participação pública, interligando planeamento e gestão. O seu enfoque incide na regeneração e reabilitação urbanas do edificado e do espaço público visando a qualificação urbana, através da classificação de áreas consolidadas (centrais e periféricas) como áreas históricas, atribuição de incentivos fiscais e penalização por ruína de património. O plano pretende afirmar prioridades estratégicas com base na inserção da capital nas redes de competitividade global e nacional, na participação pública e na melhoria do modelo actual de governação. Os seus objectivos principais consistem em atrair e fixar população, empresas e empregos na cidade; incentivar a reabilitação do edificado, o seu aproveitamento e das infraestruturas existentes; melhorar o espaço público e aumentar as áreas pedonais; integrar a frente-rio existente; diminuir o número de carros a circular e melhorar os transportes públicos; aumentar os espaços verdes e a eficiência energética. Visa uma maior compactação na cidade e atribui prioridade e celeridade ao licenciamento, reduzindo custos. Salientamos aspectos de preconização da regeneração, gestão urbana e valorização do património municipal, mediante uma crescente simplificação e transparência do processo, associado à participação e discussão pública (e.g.: comunidades locais), a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), a preservação ambiental e da paisagem urbana. Por exemplo, o processo participativo em Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária (Programa BIP/ZIP), tais como os Programas de Regeneração de Bairros Municipais e novos programas para o apoio à conservação/reabilitação pelos seus proprietários, releva o papel de cada actor e responsabilizando os privados pela sua propriedade edificada e do município pelo espaço público e equipamentos colectivos municipais. Recentemente, o Plano foi distinguido ao nível internacional com o Prémio de Excelência (ISOCARP 2013).

4 | Revisão dos Planos Urbanos

«Ter planos estáticos ou desactualizados é quase tão mau como não ter planos. Em alguns casos pode mesmo ser pior porque impede os homens de pensar».²⁹

O processo de revisão do PDML é essencial e envolve a reconsideração das opções estratégicas do plano, os princípios e objectivos do modelo territorial definido ou um conjunto de protecção social e o reforço

²⁸ Camarinhas (2009): 471.

²⁹ Campos (1992): 6.

dos valores e recursos territoriais (e.g.: RJIGT), de acordo com as recentes alterações legislativas, perseguindo situações mutáveis de planeamento e considerando a regeneração urbana como prioridade da CML. Tal se reflecte no plano e nos programas de acção, através de objectivos e medidas estratégicas, a fim de potenciar a cidade competitiva e inclusivamente no panorama internacional.

4.1 Do urbanismo evolutivo ao planeamento estratégico

Através da cartografia analisada, partindo do Plano de De Groër (1948) até ao PDM actual (2012), constatamos que existiu uma continuidade nas linhas estratégicas de desenvolvimento da cidade através da acção municipal. O planeamento estratégico terá sido introduzido em Portugal durante a década de 1980 e afirmado ao longo das décadas seguintes (e.g.: PEL e PDML), à semelhança de experiências internacionais e na sequência da adesão à CEE (1986). Esse conceito tem sido desenvolvido mediante planos urbanos não só evolutivos, mas sobretudo como processos dinâmicos de (re)desenvolvimento urbano, gestão e monitorização a diversas escalas. O seu carácter transversal, contando com uma diversidade de agentes, releva o papel prioritário e essencial da gestão e regeneração urbana na actualidade por via do município e acentua a necessidade de revisão dos planos e da participação pública³⁰ como factores estratégicos da sua concretização.

4.2 Vertente estratégica dos PDM: revisão e participação pública

A evolução do modelo de PDM afirmou-o como instrumento de síntese da estratégia de (re)desenvolvimento e gestão territorial municipal de excelência pelas suas diversas vertentes. A gestão, execução, monitorização e participação pública enquanto partes integrantes do processo constituem uma nova abordagem metodológica com base no planeamento e gestão estratégicos. A garantia de concretização da estratégia de desenvolvimento passa, no entanto, pela revisão do plano para repensar o tipo e estrutura de planos e, sobretudo, o modelo de gestão mais adequado. Nesse processo, a participação pública é fundamental em prol da melhoria da sua qualidade de vida e de uma maior equidade social e territorial, assentando na concertação e articulação com os principais actores do território (dos agentes públicos e privados). Perante a crescente complexidade, incerteza, competitividade entre territórios e a debilidade financeira da Administração Pública, urge complementar a vertente estratégica do com a física, visando alcançar, por um lado, uma visão mais global do planeamento e uma implicação dos actores locais, e, por outro lado, uma maior flexibilidade na regulamentação do PDM. Porém, existem limitações, já que o PDM é ainda considerado um plano encerrado, com fraca ligação entre planeamento e gestão. A ausência de mecanismos de execução do Plano, a incipiente participação da comunidade na sua elaboração e o enfoque dirigido à sua elaboração ao invés da sua implementação devido à falta de mecanismos no âmbito do sistema de gestão e monitorização, acarretam dificuldades processo de revisão e à introdução de uma abordagem metodológica inovadora.

³⁰ Mourato (2011).

5 | Regeneração Urbana: casos de estudo em Lisboa

Perante a rapidez de transformação urbana, as mudanças de escala e de intenções, a questão da (des)atualização e a consequente revisão e articulação dos dispositivos legais insere-se no âmbito do planeamento urbano e da gestão estratégica, ultrapassando a própria escala municipal. Visando garantir a implementação das normas legais urbanísticas impressas no território e no edificado, a qualidade e rigor arquitectónico, assim como a intervenção no âmbito da regeneração urbana, pretende-se evitar a especulação fundiária e imobiliária, contribuindo para a valorização e crescente competitividade³¹, suportadas pelas intervenções de regeneração urbana nas áreas centrais da cidade. Foi seleccionado o caso da AML e da cidade (enquanto território municipal/administrativo), dada a sua peculiaridade e diversidade decorrente do seu processo de evolução urbana. Através da metodologia proposta – consubstanciada pela análise e confronto (teórico e empírico) dos PDM desde a década de 1950 até à actualidade (2013), compararam-se centros urbanos com dinâmicas distintas na cidade de Lisboa – zona ribeirinha (Alcântara, a Poente; eixo Santa Apolónia-Marvila, a Nascente), e uma área central (Bairro Alto) – considerando que a regeneração urbana de áreas consolidadas da cidade se insere em políticas estratégicas e abrangentes (e.g.: Política de Cidades – POLIS XXI) e é implementada pela acção municipal (e.g.: parcerias/PRU's).

5.1 Zona ribeirinha ocidental. Alcântara

A lógica de expansão industrial construiu a grande estrutura portuária da capital, tendo a sua escala aumentado significativamente a partir de meados do século XIX. Tal como demonstra a carta topográfica de Lisboa, da autoria de Filipe Folque (1856-1858), a morfologia urbana da cidade foi marcada pela expansão industrial e pela consequente ocupação ribeirinha. Enquanto o Bairro Alto se inseria na cidade, as áreas ribeirinhas eram então consideradas periféricas³², tendo os movimentos de expansão e as lógicas de desenvolvimento urbano ocorrido, maioritariamente, para Ocidente e coincidindo com as áreas mais nobres da cidade. A zona de Alcântara foi um dos importantes centros industriais da cidade, cuja infraestruturização se sobrepôs aos antigos lugares rurais, de quintas de recreio e estruturas religiosas, implantando estruturas que utilizavam os recursos naturais como matéria-prima e energia (e.g.: ribeiras). A construção da Circunvalação de 1852 e com a construção de sucessivos aterros por questões de acessibilidade marítima e ao Porto, gerou tensão entre a cidade e a actividade industrial. A regularização da frente ribeirinha promoveu a construção de eixos de acessibilidades importantes como a Av. 24 de Julho.

A posterior desafectação económica e o inevitável período de abandono em detrimento de áreas centrais da cidade assinalaram a importância da transformação de usos. Actualmente a zona ocidental (i.e.: Belém) possui um carácter cultural, por influência da exposição do Mundo Português. Os Planos de Urbanização e de Pormenor, em consonância com o PDML, para a regeneração desta área urbana, através de projectos de arquitectos de renome, como por exemplo Siza Vieira, Jean Nouvel e Frederico Valsassina.

³¹ Healey (1995).

³² Rosa (2000).

5.2 Zona central. Bairro Alto

O Bairro Alto foi uma área estabelecida entre os séculos XV e XVII, através da formação de um conjunto de aglomerados urbanos. «A primeira urbanização moderna de Lisboa»³³, localizada numa colina por questões de saúde pública e marcada por um traçado regular adaptado à topografia existente, constitui um exemplo relevante no campo da urbanística. A partir do século XIX, com o crescimento da cidade, os limites do Bairro foram renovados. O estabelecimento de aglomerados urbanos adjacentes levou a que o bairro se fechasse sobre si, afastado tanto das constantes renovações urbanísticas de que a cidade foi objecto ao longo dos séculos XIX e XX, como das transformações estilísticas ao nível da arquitectura. Desde então, as casas e antigos palacetes do Bairro Alto passaram a hospedar artistas, intelectuais, redacções de vários jornais e estruturas de apoio social e médico, tornando-se também o centro da vida nocturna da cidade, sobretudo a partir da década de 1980. O Bairro manteve intacta a estrutura urbana quinhentista, resistindo a quatro séculos de transformações urbanísticas da capital, e revelando na sua malha ortogonal ideais das cidades renascentistas, ao qual se adaptaram os edifícios construídos nos dois séculos seguintes. Os casos de reabilitação durante as décadas de 1980-1990 são suportados pelo movimento de regresso ao centro da cidade, promovendo, contudo, fenómenos de *gentrification*. Apesar do rápido crescimento das zonas periféricas, a fisionomia geral do bairro não sofreu alterações.

5.3 Zona ribeirinha oriental. eixo Santa Apolónia/Parque das Nações

A ocupação desta área remonta ao século XV, na periferia da cidade³⁴ cuja ocupação rural e de quintas de recreio foi sobreposta pela importante expansão industrial, ao longo do século XIX, centralizando a área na cidade. A morfologia e orografia existentes contribuíram para a progressiva desvalorização do território oriental, legitimando a tendência de localização industrial, albergando a transferência das antigas estruturas industriais ocidentais de Lisboa durante as décadas de 1930-40, para que a zona de Alcântara e Belém se pudesse desenvolver, incidindo em valências culturais. As políticas de localização monofuncional industrial e de bairros sociais na zona oriental provocariam efeitos negativos como a segregação. A desactivação da indústria na década de 1960 iniciou o processo de declínio urbano desta área, tornando-a periférica. Analisando a evolução do crescimento urbano da cidade através da cartografia, é notória a propensão para a ocupação urbana no pólo ocidente. Apesar da busca pelo equilíbrio e simetria (e.g.: através da ferramenta do *zoning* do PGUEL) e no projecto para a EXPO'98³⁵, o desenvolvimento da cidade para Norte distanciou-a do rio, promovendo um isolamento da área oriental. A falta de inclusão de outras actividades económicas, equipamentos urbanos, espaços públicos, acessibilidades ao centro da cidade e a construção de bairros operários e sociais acentuou a marginalização social num território polinuclear e uma malha urbana irregular e topográfica. Tal como o Plano de 1948 apresenta, a criação de uma zona industrial a oriente, associada ao Porto de Lisboa e a grandes vias de

³³ Teixeira e Valla (1999): 90.

³⁴ Custódio e Folgado (1999). Matos e Paulo (1999).

³⁵ Ferreira (1997).

circulação rodovias e ferroviárias ao longo da frente ribeirinha (e.g.: Avenida Infante D. Henrique), promoveram transformações e barreiras físicas profundas entre a cidade e o rio.

Actualmente situa-se entre dois importantes centros urbanos de Lisboa (Terreiro do Paço e Parque das Nações), apresentando um tecido urbano complexo, híbrido e pós-industrial, onde coexiste uma diversidade de paisagens urbanas, com áreas obsoletas e exemplos de arquitectura contemporânea. Apesar do declínio urbano, esta área caminha para um centro emergente, onde a regeneração urbana – inserida dentro do planeamento e da gestão urbana da cidade – desempenha um papel crucial através de programas de intervenção (e.g.: Viver Marvila; BIP-ZIP) que visam a (re)criação de centros e de identidade³⁶. Considerando que a periferia representa o espaço para novas oportunidades valorizando a sua identidade, destacamos algumas operações recentes ao longo do eixo Santa Apolónia-Parque das Nações:

- Santa Apolónia (e.g.: exemplos de reabilitação urbana, a construção da Estação de Metro como ligação a outros centros da cidade e intervenções pontuais de regeneração de espaço público e transformação/adaptação de estruturas industriais à beira-rio para restauração – Bica do Sapato);
- Marvila (e.g.: reabilitação de edifícios de habitação; Urbanização da Matinha);
- Braço de Prata (e.g.: projecto da Biblioteca dos Arquitectos Aires Mateus);
- Parque das Nações (e.g.: espaço público, infra-estruturas e equipamentos, após o mega evento e operação de regeneração urbana EXPO'98).

Através da análise deste estudo de caso, concluiu-se que não existe um plano estratégico (municipal) para a sua regeneração urbana. Apesar da proximidade do Parque das Nações, uma área cosmopolita decorrente do mega-evento internacional EXPO'98 com base na regeneração do território oriental de Lisboa, o seu projecto urbano foi específico e encerrado sobre si mesmo, sem existirem ligações directas a outros centros da cidade, além da escala inicialmente prevista. Se, por um lado, é notória a qualidade alcançada no âmbito do espaço público, infra-estruturas e equipamentos urbanos, os efeitos da operação de regeneração urbana não surtiram efeito nas áreas circundantes, tendo o projecto ficado encerrado em si próprio e fomentando fenómenos de *gentrification*. Considerando a situação actual e futura, os modelos internacionais de transformação urbana das frentes de água através de grandes eventos e projectos urbanos que têm sido desenvolvidos desde 1980 não é sustentável. É necessária maior iniciativa municipal local na regeneração urbana da frente ribeirinha oriental área de Lisboa, através de parcerias dinâmicas e estratégicas, conjugando escalas (local vs. global) e funções urbanas³⁷, para garantir sucesso, qualidade, e equilíbrio da vivência urbana.

6 | Considerações finais

Perante o contexto actual de mudança, incerteza, instabilidade política e escassez financeira, são necessários IGT e políticas públicas integradas e capazes de acompanhar a contemporaneidade. No âmbito do controlo e do planeamento urbano e através da análise da cartografia municipal da cidade de Lisboa desde 1948 até à actualidade, consideramos o PDML. um caso particular no contexto dos IGT. Neste estudo partiu-se de

³⁶ Cabral (1997).

³⁷ Nevado (2013): 19-20.

um momento de expansão e definição de grandes linhas de desenvolvimento (década de 1940) para a recentralização (1980-90), inserindo-se em conjunturas e lógicas de planeamento e crescimento urbanos muito distintos. Graças a esse legado na contemporaneidade e face aos conflitos entre a administração, território e poder político, verificámos e reforçamos a questão da transição do planeamento para a gestão urbana, pois as cidades e as suas áreas metropolitanas requerem novos olhares que ultrapassam hoje a dicotomia rural/urbano³⁸.

Os planos urbanos analisados representam a passagem do poder político centralizado para a administração local, atribuindo essa responsabilidade aos municípios. O PDM actual é uma ferramenta essencial de planeamento e gestão territorial. Através da sua análise evolutiva no caso de Lisboa, os momentos de maior produção urbana correspondem a períodos de estabilidade política, reflectindo-se nos PDM de 1948, 1959 e 1994. Constatámos a ineficácia do modelo inicial pois é necessária uma actuação de acordo com a especificidade do território e da sua relação com a cidade, adaptando estratégias e coordenando políticas, acções e escalas de intervenção. Os IGT assumem hoje uma vertente estratégica³⁹ e efémera. Deste modo, o Plano é um processo dinâmico, em constante evolução, revisão e adaptação à realidade em que se inserem, que requer articulação com outros instrumentos e escalas, considerando a participação pública. A administração do planeamento e gestão territorial visa o controlo, avaliação e monitorização, através de metodologias prospectivas de planeamento estratégico⁴⁰.

Os desafios provocados pela expansão urbana e a actual indisponibilidade financeira redireccionam esforços para a regeneração urbana de áreas consolidadas da cidade. Perante essa emergência e no âmbito da política de cidades, são fundamentais processos contínuos, multi-escalares e transversais de (re)organização e gestão do espaço urbano contemporâneo. Nesse processo, salientamos o papel dos municípios e o PDM como mecanismo legal e prático para o (re)desenvolvimento estratégico de áreas urbanas (centrais ou periféricas), interligando estrategicamente legislação, arquitectura, urbanismo e sob o pretexto de regressar ao *centro* da cidade. A acção municipal é crucial para alcançar uma melhor qualidade de vida, articulando programas, estratégias e instrumentos de planeamento e gestão urbanas, assim como intervenções específicas. Ao passo que o Bairro Alto continua a ser uma área central na cidade, as zonas ribeirinhas sofreram sucessivos momentos de transformação e de importância na cidade. Apesar de partilharem géneses idênticas, de carácter industrial, constatamos um padrão de desequilíbrio entre a zona oriental e a ocidental de Lisboa através da análise da cartografia. Enquanto a oriental continua associada ao declínio urbano, a ocidental beneficiou de projectos e lógicas de desenvolvimento suportadas na frente ribeirinha. Contudo, perante os desafios desencadeados, existem oportunidades no âmbito da regeneração urbana e da (re)criação de acessibilidades entre áreas centrais e periféricas. Para tal, arquitectos e urbanistas devem continuar a procurar modos de transformar o território por via do desenho urbano e do estudo do passado como base teórica para intervir e perpetuá-lo, considerando as especificidades de lugares e populações.

³⁸ André (2012).

³⁹ Rodrigues (2005).

⁴⁰ Perestrelo (2002).

BIBLIOGRAFIA

- AML; INE (2001), *Área Metropolitana de Lisboa em números*, Lisboa, AML.
- ALVES, S. (2001), *Planeamento Colaborativo em contextos de Regeneração Urbana. Porto: Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano*. Dissertação de Mestrado.
- ANDRÉ, Paula (2012), «Reabilitação Participada do Território Urbano: Centro e Periferia. *PLURIS 2012*», *Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável. Reabilitar o Urbano*, Brasília, Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
- BOURDIN, A. (2011), *O urbanismo depois da crise*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CABRAL, Natércia (1997), «Uma estratégia para a gestão das Frentes Ribeirinhas do Porto de Lisboa», *Mediterrâneo: cidades, Portos e Frentes de Água*, 10/11, pp. 69-87.
- CAMARINHAS, Catarina (2009), *L'urbanisme de Lisbonne: éléments de théorie urbaine appliquée*, Paris, Université Paris IV - Sorbonne, Tese de Doutoramento.
- CAMPOS, Vítor (1992), *Estratégias de Intervenção Urbanística num contexto de recursos muito escassos*, Lisboa, LNEC.
- CARVALHO, Jorge (2012), *Dos Planos à Execução Urbanística*, Coimbra, Almedina.
- CORREIA, Paulo V. D. (2002), *Políticas de solos no planeamento municipal*, 2ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CUSTÓDIO, Jorge; FOLGADO, Deolinda (1999), *Caminho do Oriente: guia do património industrial*, Lisboa, Livros Horizonte.
- D'ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento (2013), *Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico*, Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- FERRÃO, João (1994), «Plano Director Municipal de Lisboa – Contornos e condicionantes de uma filosofia inovadora de gestão e planeamento em grandes cidades», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 15, pp. 9-20.
- FERREIRA, António Fonseca (2005), *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, Vítor Matias, et al. (1997), *Lisboa: a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Bizâncio.
- FIDALGO, A.V. (2012), *As Parcerias para a Regeneração Urbana – Uma análise comparativa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente (Perfil de Ordenamento do Território e Avaliação de Impactes Ambientais).
- HEALEY, P., et al. (1995), *Managing cities: the new urban concept*, Chichester, John Wiley.
- (2013) *Lei de Bases da Política de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo*, Lisboa
- MAOTDR (2013), *Política de Cidades – POLIS XXI (2007-2013)*, Lisboa. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>
- MATOS, J. PAULO, J. (1999), *Caminho do Oriente: guia histórico I e II*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MOP (1960), *Plano Director do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa*, Lisboa.
- MOP (1965) *Plano Director da Região de Lisboa (Anteplano)*, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.
- MOURATO, João Morais (2011), O Problema 21, *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 43, pp. 43-54.
- NEVADO, Ana (2013), «Planear, gerir, regenerar: um olhar crítico sobre a evolução das políticas urbanas em Lisboa», *Boletim Arquitectos*, 231, pp. 19-20.
- NUNES, João P.S. (2007), *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Património Cultural.
- OLIVEIRA, F. P. (2003), *Direito do Urbanismo*, Lisboa, Almedina.
- PERESTRELO, M. (2002), «Planeamento Estratégico e Avaliação. Metodologias de Análise Prospectiva», *Cidades e Territórios*, 4, pp. 33-43.
- (1993) *Plano Director Municipal. Relatório de Enquadramento*, Lisboa, CML.
- (1994) *Plano Director Municipal de Lisboa: Regulamento*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico.
- (2012) *Plano Director Municipal de Lisboa: Regulamento*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://P.D.M.cm-lisboa.pt/>
- (1990) *Plano Estratégico – Plano Director Municipal: Proposta de objectivos, bases, metodologia e calendários*, Lisboa, CML.
- PORTAS, Nuno (1995), «Os Planos Directores como instrumentos de regulação», *Sociedade e Território*, 22, pp. 22-32.
- PORTAS, et al. (2003), *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, J. A. (2005), *Vertente Estratégica na Revisão dos Planos Directores Municipais*, Lisboa, IST.
- ROSA, M. (2000), «Notas sobre a população – Lisboa: Área Metropolitana e cidade», *Análise Social*, 153, pp. 1045-1055.
- SANTOS, Á. (2010), «Papel dos municípios na regeneração urbana», *Concreto*, 220, 34-35.
- TÁVORA, Fernando (1962), *Da Organização do Espaço*, Porto, Sousa & Almeida.
- TEIXEIRA, Manuel Correia, VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte.

Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual

[Teresa Madeira da Silva](#)

[Marianna Monte](#)

1 | Introdução

Atualmente a agricultura urbana está integrada em programas políticos, solicitações comunitárias e discursos de ativistas das mais variadas vertentes. Há, em várias cidades tal como em Lisboa, uma grande divulgação de iniciativas relacionados com a agricultura urbana, seja ela em forma de hortas urbanas, jardins comunitários, hortas verticais e micro-hortas domésticas. As motivações para tais iniciativas são variadas, podendo ser associadas à inclusão social de emigrantes ou minorias étnicas, a medidas como complemento dos rendimentos de famílias desfavorecidas, à sustentabilidade e resiliência urbana e, até a novos estilos de vida. Os locais de implementação de atividades de agricultura urbana também são diversos, desde terrenos privados a áreas marginais de auto estradas, passando por terrenos públicos ou privados expectantes ou pequenos quintais privados. Muitas vezes a agricultura urbana é desenvolvida em espaços apropriados, sem a permissão dos donos ou em espaços públicos. Assim, esta actividade pode caracterizar-se por ilegal ou não.



Hortas urbanas de génese ilegal. Bairro da Liberdade e CRIL, Lisboa, 2012

Fotografias: TMS.

2 | Agricultura Urbana – definição

Para nos referirmos às hortas urbanas considera-se fundamental rever o conceito de agricultura urbana

explorado por diferentes autores. Segundo Veenhuizen (2006)¹, entende-se por agricultura urbana o cultivo de plantas e a criação de animais para alimentação dentro dos limites ou nos arredores das cidades. Para este autor a agricultura urbana completa a componente rural dos sistemas nacionais de alimentos contribuindo para a sua eficiência, utilizando recursos em contexto urbano (terra, mão-de-obra, lixo orgânico urbano, água), produzindo para os cidadãos urbanos. Esta actividade é fortemente influenciada pelas condições urbanas (políticas públicas, disputa de terras, leis de mercado urbano e preços) e tem impacto no sistema urbano (afetando a segurança alimentar urbana, os níveis de pobreza, a ecologia e a saúde).²

Já Mougeot (2000)³, afirma que a agricultura urbana é complementar à rural, porque está integrada nos sistemas económico e ecológico urbanos, que podem ser designados como ecossistemas urbanos. Da investigação desenvolvida, Mougeot refere que não há uma definição consensual sobre a agricultura urbana e defende que isto dificulta os seus estudos. O autor relaciona as diversas características que devem ser incluídas na definição da agricultura urbana, que são: atividades económicas envolvidas, localização, tipos de área onde são implementadas, escala, sistemas de produção, tipos de produtos e destino destes. Um dos aspectos considerados por estes dois autores recai sobre as atividades económicas envolvidas, valorizando as características particulares da relação entre produção, distribuição, processamento e venda dos produtos. Mougeot refere que a produção, consumo e um possível processamento do produto, ocorrem próximos no espaço e no tempo, e portanto, a agricultura urbana viabiliza menor custos em relação ao transporte sendo, no entanto, uma economia que não se baseia na escala de produção a nível nacional, mas antes na produção de pequena escala. No que diz respeito a localização, Veenhuizen diz que a agricultura urbana localiza-se dentro ou nas franjas das cidades. Mougeot coloca a importância de definir tais termos acrescentando conceitos complementares tais como: espaço urbano, espaços peri-urbanos e intra-urbanos. Viljoen, Bohn e Howe⁴ referem que a agricultura urbana pode ter lugar em qualquer espaço, como por exemplo espaços verdes, parques ou taludes junto aos sistemas viários, sejam eles grandes ou pequenos e das mais variadas topografias. Sobre a agricultura peri-urbana, os autores dizem que esta em geral ocupa maiores dimensões e que ocorre nas franjas das cidades, entre o rural e o urbano, ou em áreas suburbanas de baixa densidade.

¹ Para explorar o conceito de agricultura urbana usamos como referência vários autores, entre eles René van Veenhuizen. Veenhuizen, membro da RUAF Foundation (International Network of Resource Centres on Urban Agriculture and Food security), tem vários trabalhos publicados sobre agricultura urbana, entre eles o livro *Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities* (2006).

² Tradução nossa (In Veenhuizen, 2006: 2).

³ Mougeot é membro do *International Development Research Centre – Canadá*, é especialista em agricultura urbana, liderou programas sobre agricultura urbana e gestão do meio ambiente urbano e publicou vários trabalhos, entre eles destaca-se o artigo *Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks* (2000) e o livro *AGROPOLIS, the social, political, and environmental dimensions of urban agriculture* (2005).

⁴ Outra referência usada foi o livro *CPULs, Continuous Productive Urban Landscape - Design Urban Agriculture for Sustainable Cities* de André Viljoen, Katrin Bohn e Joe Howe. O livro é transdisciplinar e, tendo contributos de investigadores de diversas áreas, faz a ligação entre a agricultura urbana e o desenho urbano sustentável.



Hortas urbanas de génese ilegal. IC17, CRIL, Lisboa, 2012

Fotografias: TMS.

Sobre os tipos de áreas Mougeot (2000), refere que existe uma grande variedade de definições, já que cada autor usa diferentes critérios como referência, como por exemplo a proximidade da residência do produtor ou hortelão, a categoria do uso do solo, a área e o tipo de propriedade do terreno. A escala e os sistemas de produção são fatores que Mougeot descreve como componentes da agricultura urbana, enfatizando o auto-consumo e a venda. Assim, desde as atividades exercidas por uma família para consumo próprio, até às exercidas pelas multinacionais podem ser incluídas neste conceito. Também Veenhuizen (2006) admite que a agricultura urbana apresenta uma variedade de sistemas de produção, que podem ir, desde a produção para subsistência, até à produção feita totalmente para comercialização. Porém acrescenta que de uma maneira geral a agricultura urbana apresenta um baixo grau de organização, usando os recursos urbanos que estão próximos, como por exemplo resíduos orgânicos para compostagem e águas residuais para irrigação.

3 | Agricultura Urbana: contexto histórico

É aceite que a cidade nasceu da agricultura. A alimentação é uma necessidade básica dos seres humanos que ao longo da história foi garantida pela agricultura que se devolvia dentro das cidades ou na sua envolvente. Com a revolução industrial, o crescimento das cidades e o desenvolvimento dos meios de transporte substituiu, em certa medida, a agricultura de proximidade pelos mercados de alimentos. A agricultura só permanece ao longo da evolução urbana nas cidades, porque sofreu adaptações feitas pelos cidadãos de acordo com a mudança das cidades e as suas regras (Veenhuizen, 2006).

De um ponto de vista histórico, a agricultura urbana sempre foi vista como uma solução em momentos de crise, sejam elas crises económicas, ou crises temporárias decorrentes de desastres naturais, guerras ou epidemias (Veenhuizen, 2006). Em contexto de crise económica a produção agrícola para auto-consumo pode ajudar a economia familiar. Nalguns casos de desastres naturais, pode garantir parte da alimentação da população. Antes da revolução industrial com a falta de um sistema de transporte e de preservação do alimento eficientes, a produção de alimentos tinha que ser feita nas adjacências dos espaços habitados. A coexistência entre espaços habitados e de produção de alimentos deu-se até que as consequências da revolução industrial

empurrou a agricultura para fora das cidades. A garantia de emprego nas indústrias, a maior ocupação do solo urbano, as melhorias nos meios de transporte e na conservação de alimentos diminuí o interesse pelas práticas agrícolas dentro das cidades. Posteriormente a poluição dos rios pelos resíduos industriais e dos aglomerados urbanos influenciou no abandono das atividades agrícolas nas cidades (Matos, 2010).



Antigas quintas em Lisboa. Quinta da Charca. Planta Topográfica, Silva Pinto, Lisboa, 1910

In: http://bairroscolonias.blogspot.pt/2013/01/cartografia-da-quinta-da-charca-no_6.html

Contudo, em períodos de crise (guerras, depressões económicas, ondas de desemprego) observa-se uma volta à produção de alimento dentro das cidades. (Matos, 2010) Nestes momentos as hortas urbanas revelam o seu valor estratégico na garantia de alimento, necessidade básica dos seres humanos. Na Europa, durante a segunda guerra mundial, jardins privados e parques transformam-se em hortas urbanas para garantir alimentos (Sierra, 2003). Porém, no pós-guerra com a crescente prosperidade económica e a garantia de empregos, a produção de alimentos dentro das cidades deixa de ter uma importância estratégica (Viljoen, Bohn & Howe, 2005).

Nas palavras do Arquiteto Ribeiro Telles (defensor das hortas urbanas em Lisboa), o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural e, deste modo, a integração da ruralidade no interior da cidade deve-se sobretudo por razões históricas e culturais. Na linha da escola de arquitetura paisagista de Francisco Caldeira Cabral / Ribeiro Telles e, mais recentemente, João Gomes da Silva, a ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. Segundo Sandra Xavier, Ribeiro Telles defende a integração da ruralidade no interior da cidade sobretudo por razões históricas e culturais. Segundo a mesma

autora, e seguindo o pensamento de Ribeiro Telles,

o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural. A ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. A identidade ou, se quisermos, o *genius loci* de cidades como Lisboa assenta nas suas características rurais. Para Ribeiro Telles, a base da portugalidade encontra-se no mundo rural. E por isso a ruralidade deve continuar presente no espaço urbano. Esta preocupação em manter a identidade e a cultura de cada lugar e, em particular, do território português é herdada de Francisco Caldeira Cabral, fundador da arquitectura paisagista em Portugal. [Xavier. 2007: 170]

3 | Agricultura Urbana. Motivações

Os motivos que levam a implantação e a prática da agricultura urbana podem ser vários, estando relacionados com aspectos de ordem social, ou com a questão da saúde, lazer, economia ou a ecologia.

No que diz respeito às motivações sociais, a agricultura urbana pode ser responsável pela inclusão social de minorias étnicas ou de grupos desfavorecidos, no sentido da integração comunitária e diminuição da pobreza urbana. Do ponto de vista socioeconómico, a agricultura urbana pode significar a diminuição da pobreza urbana e desenvolvimento da economia local (Veenhuizen, 2006). Quando a agricultura urbana é praticada por famílias menos favorecidas, estas podem aumentar o rendimento familiar, através da alimentação ou da diminuição dos gastos com esta ou através do incremento de rendimentos com a venda dos alimentos produzidos. Segundo Veenhuizen, as políticas públicas podem apostar na agricultura urbana como promotor da diminuição da pobreza urbana. Em muitos países não há oferta de trabalho formal para toda a população e, nestes casos, as práticas agrícolas dentro do espaço urbano podem contribuir para gerar rendimentos. Por outro lado, a agricultura urbana também pode contribuir para a renovação da cidade e oferecer espaços de lazer e recreação para os cidadãos.

No que se refere às motivações económicas, podemos referir várias vantagens. Tal atividade pode ajudar a auto-sustentabilidade e resiliência urbana, já que através da agricultura urbana os alimentos são produzidos na cidade pelos cidadãos e para cidadãos (Gonzales Novo e Murphy, 2000). A agricultura urbana pode beneficiar da sua localização pelo facto de se encontrar próximo dos consumidores diminuindo os seus custos. Por outro lado, o uso de lixo orgânico urbano para a compostagem e consequente produção de adubo para o solo pode constituir uma vantagem. A utilização de águas residuais para a irrigação e a diminuição dos custos de transporte são outros factores que decorrem da proximidade entre produtor e consumidor (Veenhuizen, 2006).

A agricultura urbana pode também ser motivada pelo seu carácter ecológico, uma vez que, por um lado, pode contribuir para a biodiversidade da paisagem urbana e, por outro, como base para a educação ambiental da população urbana (Veenhuizen, 2006). Smit (2001) diz que a agricultura urbana contribui para a biodiversidade, uma vez que numa pequena área cultiva-se diferentes alimentos utilizando poucos elementos tóxicos para a agricultura. No mesmo sentido, afirma que a agricultura urbana diminui o circuito nutrientes-energia, porque utiliza dejetos orgânicos locais para ajudar a produção de alimentos para a população local. O autor coloca ainda a agricultura urbana como grande agente para a sustentabilidade urbana, pois pode colaborar com esta de várias maneiras: ou viabilizando a devolução do carbono ao solo, ou auxiliando na conservação dos recursos hídricos, uma vez que garante a permeabilidade do solo. Por outro lado, a reciclagem do lixo orgânico através do uso do adubo, tanto através da alimentação de animais, como pela proximidade entre o local de produção e o de consumo, contribuem para a diminuição da poluição no transporte dos alimentos e reduz o número de embalagens utilizadas no transporte e armazenamento.

Veenhuizen e Smit concordam que as políticas públicas podem promover a agricultura urbana como auxiliar no manejo dos recursos e resíduos urbanos. Veenhuizen defende que a agricultura urbana pode diminuir o problema do lixo através da sua conversão num recurso produtivo, como seja a compostagem, a vermicultura e a irrigação com água residual. O autor também alerta para o impacto da agricultura urbana na paisagem da cidade, tornando-a mais verde, o que contribui para o melhoramento do micro-clima urbano, já que pode promover a quebra de correntes de vento e o sombreamento. Por outro lado, ainda segundo Veenhuizen, a agricultura urbana pode ser implementada no planeamento urbano a fim de limitar a expansão urbana. Podem ser criadas áreas de transição entre o espaço urbano e o rural através da agricultura urbana e peri-urbana, criando obstáculos para a expansão das cidades. Neste sentido Viljoen, Bohn & Howe (2005) defendem o conceito de agricultura urbana e peri-urbana com o conceito de paisagem urbana contínua e produtiva (*Continuous Productive Urban Landscape – CPULs*). O principal ponto dentro do conceito de CPULs é a criação de uma rede de espaços abertos multi-funcionais, onde a agricultura urbana complementa e dá suporte ao espaço construído.

4 | Polivalência da Agricultura Urbana

Os objetivos da agricultura urbana diferem consoante ao interesse dos atores envolvidos. Se, por um lado, alguns membros das famílias de hortelãos estão interessados em garantir a produção de alimentos para consumo próprio, outros podem sentir-se mais incentivados à prática agrícola pelo rendimento que esta pode gerar. Também o poder público pode estar interessado no contributo que a agricultura urbana pode significar na sustentabilidade e resiliência urbana, no sentido de contribuir para a alimentação da população urbana, ou para programas de lazer ou ligados à inserção social das populações mais segregadas.



Hortas urbanas. IC17, CRIL, Lisboa, 2012

Fotografias: TMS.

As diversas vantagens da agricultura urbana têm sido amplamente divulgadas por investigadores e activistas de diversos movimentos, contribuindo para o interesse de políticos e urbanistas ligados ao poder local. A agricultura urbana é uma atividade que muitas vezes se dá de maneira espontânea com um carácter temporário, em terrenos vazios, motivada pela necessidade de alimentação, de gerar rendimento ou, simplesmente, com fins

ligados a actividades de lazer. Neste sentido, acaba por se tornar intermediária para o alcance de vários objetivos no espaço urbano, como por exemplo o uso do meio ambiente urbano e a diminuição da pobreza urbana e da insegurança, uma vez que envolve diferentes actores (Veenhuizen, 2006).

Devido ao rápido crescimento urbano e a falta de ofertas de trabalho, o sector informal cresce nas cidades e, entre as atividades que fazem parte deste setor, encontram-se algumas formas de agricultura urbana. Estas dinâmicas, dadas as suas potencialidades e funções múltiplas, acabam por despertar o interesse dos investigadores, de certas organizações e do poder público. Assim, organizações não governamentais, poderes públicos e hortelões passam a colaborar para promover a agricultura urbana e aumentar seus benefícios e reduzir riscos (Veenhuizen, 2006).

Zeeuw, Gründel & Waibel (2000) alertam para o facto de as políticas públicas de promoção ou de intervenção na agricultura urbana deverem ser feitas através de um planeamento urbano específico para cada contexto, levando em consideração os objetivos que querem ser atingidos e analisando as condições locais e possíveis impactos sobre o ambiente e comunidade. Os autores sugerem que os projetos de implantação de agricultura urbana ou intervenção sejam feitos através de um processo de planeamento participativo com o conjunto de interessados desde o diagnóstico. Tais projetos necessitam do total apoio e interesse da população local, uma vez que essa será a responsável pela manutenção das hortas. Desta forma, os processos participativos são essenciais para o sucesso do projeto. Ribeiro Telles também reconhece as vantagens oferecidas pela agricultura urbana e defende que estas devem fazer parte de um sistema de espaços verdes nas cidades: «A presença da natureza na cidade torna-se absolutamente necessária e pensa-se concretizá-la através de corredores verdes, construídos por diferentes ocorrências: jardins públicos, hortas, relvados e prados, árvores, flores, matas e ribeiros.» (Ribeiro Telles, 1996). O mesmo autor defende a agricultura urbana com o intuito de recriar a ruralidade dentro das cidades. Afirma que os cidadãos não querem apenas espaços verdes urbanos para contemplação, mas sim espaços onde tenham a possibilidade de trabalhar com a terra (Ribeiro Telles, 1996).

5 | Hortas Urbanas

Dentro da variedade tipológica e espacial, apresentada pela agricultura urbana, estão as hortas urbanas, que podem ser vistas como principal tipologia de agricultura urbana e que se destacam pela importância em aspectos económicos, ecológicos, social e de lazer (Matos, 2010). As hortas urbanas são definidas pelo cultivo de alimentos dentro do espaço urbano. Em geral os hortelões procuram nas hortas urbanas um complemento para o rendimento familiar ou lazer. Os alimentos cultivados são produzidos para o consumo familiar, comunitário ou a venda e as mesmas são implantadas em pequenas parcelas privadas, em espaço público ou em terrenos privados e livres de edificações.

Segundo Cook, Lee e Perez-Vasques (2005), as hortas urbanas podem trazer benefícios sociais, ambientais, humanos, económicos e emocionais. Matos (2010) completa o raciocínio sobre os benefícios das hortas quando aponta que as hortas urbanas apresentam flexibilidade e capacidade de adaptar-se as mudanças de exigências da comunidade. A autora acrescenta que as hortas urbanas podem contribuir para o desenvolvimento comunitário gerando participação social e regeneração urbana. Se as hortas urbanas podem

gerar uma série de benefícios e se são flexíveis e adaptáveis às necessidades comunitárias, podem sempre influenciar na melhoria da qualidade de vida. As hortas podem começar como auxílio económico para famílias desfavorecidas numa fase de desemprego. Com o passar do tempo, quando o mercado volte a absorver a população inativa, as hortas podem se transformar em área de lazer comunitária e fonte de educação ambiental. As hortas urbanas podem ser vistas como uma herança que resiste ao mercado imobiliário, apresentam-se como enclaves de paisagem residuais do ponto de vista funcional e morfológico, que podem garantir espaços de convivência, auxílio económico e alimentação para os cidadãos (Pinto, 2007).

6 | Movimentos pró Hortas Urbanas

As motivações para a implantação das hortas urbanas podem ser várias, mas algumas acabam por formar movimentos urbanos pró-hortas urbanas. Estes movimentos podem ter diferentes caracteres, como por exemplo social (inclusão de minorias étnicas), ecológico (desenvolvimento sustentável), para a saúde (consumo de alimentos frescos) e económicos (gerar rendimentos para desempregados). Destacam-se aqui alguns desses movimentos, como o *Farm to Table* e *Green Guerrilla*. O *Farm to Table* promove laços comerciais entre agricultores e consumidores locais, incentivando a manutenção e a criação de espaços de produção agrícola e contribuindo para a redução dos custos ambientais do transporte de alimentos e para o consumo de alimentos frescos (Matos, 2010). *Green Guerrilla* foi um movimento que nasceu em Nova Iorque na década de 70 como consequência da falta de investimento do governo no espaço público urbano e nos problemas sociais. Assim, grupos comunitários apropriaram-se de terrenos vazios e ocupados pelo tráfico e consumo de drogas ou usados como depósito de lixo, promovendo a limpeza dos terrenos e reconversão em jardins ou hortas comunitárias. Esses grupos que reivindicavam espaços verdes comunitários e protestavam contra a negligência política acabam por ser fortalecidos pelo apoio de grupos de ativistas. Juntos, ativistas e grupos comunitários, promovem ações para transformar áreas abandonadas ou terrenos vazios em áreas verdes, usando, para esse efeito, o que chamam de “bombas de sementes” ou “curativos-verdes”⁵. Estas bolas, compostas de argila, sementes e água, eram atiradas nos terrenos vazios, que se encontravam isolados, com o objetivo de fazer brotar plantas e transformar os espaços em jardins ou hortas (Zukin, 2010). Tais iniciativas melhoram a imagem dos bairros, criam espaços verdes que podem ser usados pela comunidade, diminuem a insegurança no espaço público, fazendo diminuir o vandalismo nesses mesmos espaços. Actualmente, vários grupos ainda continuam a usar as técnicas do Green Guerrilha para criar áreas verdes, hortas comunitárias ou jardins em várias partes do mundo.

7 | Tipologia das Hortas Urbanas

De uma forma geral, e com base nos benefícios que se espera alcançar através das hortas urbanas, estas podem ser divididas de acordo com uma tipologia em hortas sociais, hortas de recreio e hortas pedagógicas. Hortas sociais atendem as necessidades alimentares de famílias de poucos recursos, a produção é consumida pela família, podendo eventualmente ser vendida para complementar o rendimento familiar (Lobato Simões,

⁵ Em inglês *seed bombs* e *green-aids*, são uma mistura de argila, sementes e água, que formam uma pequena bola.

2011). Esta tipologia de horta também pode ser empregada para motivar o convívio e a interação social (Pinto, 2007). Como exemplo desta categoria pode ressaltar-se dois casos, um da cidade de Nova Iorque e outro de Lisboa. Zukin (2010) diz que os jardins e hortas urbanas em Nova Iorque entre as décadas de 70 e 90 foram essenciais para imigrantes da América Latina e Ásia criarem raízes no novo local e sentir que faziam parte da nova comunidade. Na cidade de Lisboa, no final da década de 80, Ribeiro Telles (1996) verificou que 3000 famílias lisboetas passariam fome se não fosse a produção das suas hortas. Estas famílias abasteciam-se de alimentos e garantiam algum rendimento, sobretudo com a venda de crisântemos no dia de finados e manjericos no mês dos santos populares. As hortas de recreio são para o lazer dos utentes, podendo também ser fonte alternativa de alimentos para as famílias envolvidas e para comunidade (Lobato Simões, 2011). Já as hortas pedagógicas são um instrumento de educação ambiental (Saraiva, 2005). Tais hortas podem promover o contacto com a terra, plantas e o cultivo, assim como o contacto com as técnicas agrícolas e o conhecimento das espécies vegetais e seus potenciais para a nutrição.



Horta pedagógica, Escola Beiral, Lisboa, 2012

Fotografias: TMS.

8 | Hortas Urbanas em Lisboa

Em Lisboa a agricultura urbana é praticada de forma legal em áreas privadas, porém também de forma ilegal pela apropriação irregular de terrenos expectantes, vazios e sem usos. As hortas urbanas são observadas em várias partes de Lisboa, mas cada uma apresenta diferentes especificidades e objetivos. Dentre os casos existentes, quatro são dados como exemplos. No Alto da Cova da Moura as hortas sociais e comunitárias auxiliam as famílias carentes a garantir a alimentação diária. Tais hortas estão localizadas no interior de quarteirões, em quintais particulares e em espaços não edificadas nos limites do bairro. Além de melhorar a situação económica local, as hortas melhoram a imagem do bairro e a qualidade de vida de seus habitantes. (Carvalinho Batalha, 2010) Na Quinta da Granja encontram-se hortas de recreio, onde o que é produzido é para o consumo próprio. Os vegetais são cultivados por hortelões que já se encontram reformados, mas que já vinham trabalhando nas hortas bastante tempo antes da reforma. Em Telheiras as hortas também são potencialmente

para fins recreativos mas, diferente dos reformados da Quita da Granja, os hortelões de Telheiras fazem parte de uma população qualificada e economicamente ativa (Matos, 2010). Já na zona de Chelas observam-se hortas que têm como principal objetivo completar o rendimento familiar. Os hortelões, que na maioria têm entre 30 e 70 anos, são maioritariamente desempregados e vendem parte da produção. Porém, a rega é feita com água imprópria, o que pode significar a produção de alimentos contaminados (Matos, 2010). Há diferentes tipologias de hortas em Lisboa, mas destaca-se que, em todas elas, os utilizadores são os responsáveis pela sua criação e manutenção. Contudo, recentemente essa situação começou a mudar, pois em Lisboa, como em muitas outras cidades, as hortas passaram a fazer parte das políticas públicas. Uma atividade que era feita sobretudo de maneira espontânea e por necessidade económica, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade e em espaços entre a infraestrutura viária, passou a ser uma atividade organizada e regulada pela Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Em 2009 a CML deu início a um projeto para criar infraestrutura e reordenar 40 hectares de hortas, entre eles o parque hortícola de Chelas, as hortas na Quinta da Granja e no Jardim da Graça, projetos de dois terrenos de hortas e flores em Telheiras e os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira (*Diário de Notícias*, 22/08/2010). Juntamente com o projeto, uma comissão para legalizar as hortas urbanas foi responsável por desenvolver o Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: 210).

Após a remodelação dos terrenos, a CML tem vindo a abrir concursos para atribuição de espaços aos interessados. O regulamento, de uma maneira geral, procura contribuir para a sustentabilidade ambiental, saúde pública, valorização paisagística e valorização cultural dos sistemas de produção artesanais, assim como demonstrar as vantagens nutricionais do consumo de alimentos frescos e económicas da agricultura ecológica. Porém, define quatro tipos de hortas para Lisboa: hortas sociais ou comunitárias, hortas de recreio, hortas dispersas e hortas pedagógicas, cada uma delas com objetivos específicos. Para cada tipo de hortas, o documento também define as áreas de implementação, como deve ser feita a utilização, que tipo de cidadãos poderá cultivar e o destino dos produtos cultivados.

Tipos de hortas

HORTAS	FINALIDADE	POPULAÇÃO ALVO	ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRODUTOS CULTIVADOS
Hortas sociais e comunitárias	. terapia ocupacional . interação social	. população desfavorecida . faixas etárias inativas	. espaços verdes e parques urbanos (PDM – áreas de hortas)	. consumo próprio . comercialização
Hortas de recreio	. contacto com natureza . lazer	. população inativa (faixa etária ou incapacidades físicas/mentais)	. terrenos municipais com aptidão agrícola	. consumo próprio
Hortas pedagógicas	. educação ambiental	. população e entidades com interesse na ligação homem-terra		
Hortas dispersas	. legitimar ocupação até acordo de ocupação temporária . valorização ambiental, ecológica e paisagística	. população desfavorecida	. terreno expectante público	. consumo próprio . comercialização

Fonte: Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: anexo II).

A revisão do PDM em 2011 reforça as políticas públicas a favor das hortas urbanas quando refere que a agricultura urbana deve ser incentivada nos espaços verdes da cidade, com o objetivo de aumentar a produção local de alimentos e, conseqüentemente, a auto-suficiência e resiliência da cidade e a coesão das comunidades urbanas (Revisão do PDM, 2011: Artigo 50).



Hortas urbanas, Campolide, Lisboa, 2012

Fotografias: TMS.

Em 2011 são também abertos os primeiros concursos para atribuição de talhões nos parques hortícolas da Quinta da Granja e nos Jardins de Campolide (CML, 2011a). Na Quinta da Granja foram atribuídos talhões para hortas sociais a 20 selecionados entre 326 candidatos (CML, 2011b), e outros foram garantidos a pessoas que já praticavam atividade agrícola na área. Os hortelões terão de contribuir com uma taxa anual de 55 euros para além do pagamento à CML pelos custos de manutenção do parque, e contarão com acesso a água e local para guardar ferramentas (CML, 2011a). Já para os talhões dos Jardins do Campolide, foram selecionados 21 entre 169 candidatos; para o cultivo de hortas de recreio, os hortelões deverão pagar taxas entre 55 e 100 euros assim como os custos de manutenção (CML, 2011a). Visto que o número de candidatos foi muito maior que o número de talhões disponíveis, a proximidade entre residência e o parque hortícola e a ordem de inscrição foram fatores determinante para a seleção (CML, 2011b). Observa-se que, para uma melhor inclusão social, outros fatores poderiam ser levados em consideração para atribuição dos talhões, como por exemplo rendimento e agregado familiar. Estes fatores poderiam privilegiar as famílias com menores rendimentos e com dificuldades de acesso a uma boa alimentação e também a famílias com maior agregado familiar. A CML, com o intuito de disponibilizar meios de educação ambiental, tem vindo a organizar junto com a Escola de Jardinagem (CML, 2011c) e nos Jardins de Campolide (CML, 2012) cursos para promover a agricultura urbana, cujos temas vão desde a organização da horta até técnicas de agricultura orgânica. Nota-se que as ofertas de informação sobre o cultivo e técnicas agrícolas sustentáveis podem diminuir os riscos de alimentos contaminados assim como o desgaste ou a poluição do meio ambiente.

9 | Conclusão

Como pudemos constatar, a existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história. Desde 2009 podemos observar uma actuação da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. São exemplos disso o parque hortícola de Chelas, as hortas na Quinta da Granja, no Jardim da Graça e em Campolide, assim como os projetos de dois terrenos de hortas e flores em Telheiras, os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira. Tais iniciativas vêm dar respostas a situações de cultivo já existentes, mas em condições precárias e desordenadas, em zonas periféricas e de difícil acesso. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infraestruturas de apoio aos cidadãos, tanto em Lisboa como em muitas outras cidades. Assim, esta atividade que é feita sobretudo de maneira espontânea por necessidades económicas, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade ou em espaços entre as infraestruturas viárias, tem vindo a ser organizada e regulada pela CML, embora ainda se reconheça que muitas permanecem em condições precárias.

Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da atividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse da sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiências das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. As políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo *top-down*, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano sejam realidades apontadas pela própria população.

BIBLIOGRAFIA

- CAVALINHO BATALHA, Ana Elizabete (2010), *Arte na Minha Rua: Estratégia de Reabilitação Urbana para o Bairro da Cova da Moura* (Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Territorial). Lisboa, Faculdade de Arquitectura/ Universidade Técnica de Lisboa.
- CML (2011a), «Artigo 50º: Espaços verdes de recreio e produção», *Regulamento: Revisão do PDM*, Julho de 2011: Versão Final, 55-56, consultado em 09.06.2012, disponível em http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/elementos_constituintes/01_regulamento/01_Regulamento_com_Anexos.pdf
- CML (2011b), *Concursos abertos para atribuição de talhões hortícolas na Quinta da Granja e Jardins de Campolide*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58523>
- CML (2011c), *Classificações - Candidaturas ao Parque Hortícola da Quinta da Granja*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58691>
- CML (2011d), *Curso de hortas urbanas*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://atendimentovirtual.cm-lisboa.pt/Paginas/novidades.aspx>
- CML (2012), *Câmara de Lisboa oferece ações de formação em horticultura*, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=88&idi=59108>
- COOK, Hadrian F.; LEE, Howard; PEREZ-VASQUES, Arturo (2005), «Allotments, Plots and Crops in Britain», in VILJOEN, *CPULs, Continuous productive Urban Landscape. Design Urban Agriculture for Sustainable Cities*. Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Diário de Notícias* (2010), «Reordenamento dos 40 hectares das hortas de Lisboa custa três milhões de euros», consultado em 09.06.2012, disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1646070&seccao=Sul&page=2
- GONZALEZ NOVO, Mario; MURPHY, Catherine (2000), «Urban agriculture in the city of Havana: a popular response to crisis», in: BAKKER et al., *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing:

- German Foudation for International Development.
- LOBATO SIMÕES, Inês (2011), *A Construção da Cidade Pós-Quito: Um Projecto Urbano para Sete Rios, Lisboa: Mobilidade, Intensidade e Verde*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Lisboa: Faculdade de Arquitectura/ Universidade Técnica de Lisboa.
- MATOS, Rute Sousa (2010), *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano: Reflexões*, Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, Évora: Universidade de Évora.
- MOUGEOT, Luc (2000), «Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks», in: BAKKER et al., *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing: German Foudation for International Development.
- MOUGEOT, Luc (2005), *AGROPOLIS, the Social, Political and Environmental of Urban Agriculture*. London: AA Publications.
- OLIVEIRA, Sandrina (2008), *Avaliação de Poluentes em Produtos Vegetais Cultivados Próximos das Vias de Tráfego*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Química, Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.
- PINTO, Rute Sofia (2007), *Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga*, Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbanístico, Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- RIBEIRO TELLES, Gonçalo (1996), *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global*, Matosinhos: Editora Contemporânea, Conferências de Matosinhos – Câmara Municipal de Matosinhos.
- SARAIVA, António Paula (2005), *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território*, Mirandela: João Azevedo Editor.
- SIERRA, Pablo Arias (2003), *Periferias e Nueva Ciudad. El Problema del Paisaje en los procesos de Dispersión Urbana*, Sevilla: Universidad de Sevilla, Departamento de Urbanística y Ordenación del Território.
- SMIT, Jac (2001) «Agricultura Urbana e Biodiversidade», *Revista Agricultura Urbana*, nº 1, Abril 2001. Disponível em <http://www.ruaf.org/sites/default/files/UA%20and%20biodiversity.pdf>
- VEENHUIZEN, René Van (2006), *Cities Farming for the Future. Urban Agriculture for Green and Productive Cities*. Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction and ECT Urban Agriculture.
- VILJOEN, Andre; BOHN, Katrin; HOWE, Joe (2005). *CPULs, Continuous Productive Urban Landscape. Design Urban Agriculture for Sustainable Cities*. Oxford: Architecture Press. Elsevier.
- XAVIER, Sandra (2007), «Usos da ruralidade na arquitectura paisagista», *Etnográfica*, Maio, 11 (1): 165-18.
- ZEEUW, Henk de; GRÜNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann (2000), «The Integration of agriculture in Urban Policies», in: BAKKER et al., *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing: German Foudation for International Development.
- ZUCKIN, Sharon (2010), «The Billbord and the Garden: A Struggle for Roots», in ZUCKIN, *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*, New York: Oxford University Press.

Parte 3

Rituais, Simbologias e Celebrações no Espaço Urbano

City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС **City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС,** City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, CITY AND SPACE, CIDAD

И KOСMOС **City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС,** City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, CITY AND SPACE, CIDAD

CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, CITY AND SPACE, CIDAD

CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, CITY AND SPACE, CIDAD

CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, City and Space, Cidade e Espaço, Ville et Espace, ciudad y espacio, CIDADE E ESPAÇO, CITY AND SPACE, ΜΙCΤO I KOСMOС, CIUTAT I ESPAİ, והלל עיר, CIDADE E ESPAZO, ΠOΛΗ ΚΑΙ ΔΙΑCΤΗΜΑ, CITY JA TILA, CITTA 'E SPAZIO, ГOPOД И KOСMOС, CITY AND SPACE, CIDAD

CITY AND SPACE, Cidade e Espaço, City and Space, CIDADE E ESPAÇO

Uma nova semiologia urbana: a indústria portuguesa na Avenida da Liberdade em 1888 e a representação de Portugal na Exposição Universal de 1889

[Maria Helena Souto](#)

Em 1879, o desejo de modernizar e desenvolver a cidade de Lisboa significou o derrube do *Passeio Público*¹, para dar à capital uma nova artéria, uma grande *avenue-promenade* que simbolizasse, através do seu desenho urbano de uma axialidade perfeita, a aspiração a um ideal de civilização moderna associado ao modelo de renovação urbana realizado em Paris pelo barão Haussmann durante o Segundo Império.

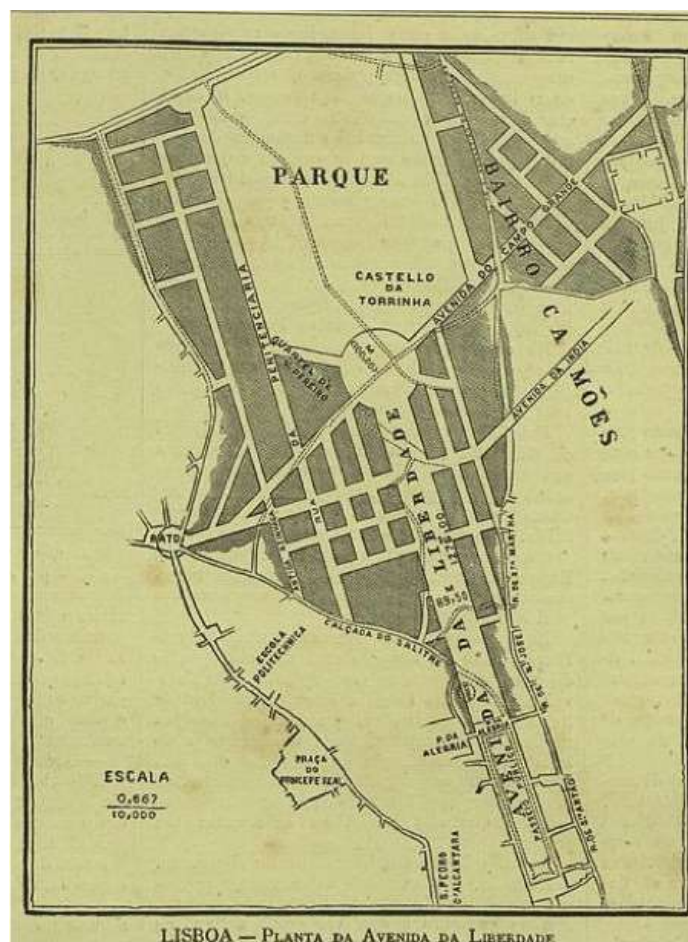


Fig. 1. «Plano da Avenida da Liberdade»

O Occidente, Nº 99, 21 de Setembro (1881), p. 216.

Este artigo tem por base a investigação da autora sobre as representações portuguesas nas exposições universais, publicado em 2011 sob o título *Portugal nas Exposições Universais. 1851-1900*, Lisboa: Ed. Colibri / IHA-FCSHUNL.

¹ Integrado no plano de reconstrução Pombalino para a baixa de Lisboa, este parque público arborizado implantado entre 1764 a 1771, teve projecto do engenheiro-militar e arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos (?-1790). Sobre o Passeio Público, vd. Françoise Le Cunff (2000), *Parques e jardins de Lisboa, 1764-1932: do Passeio Público ao Parque Eduardo VII*. Lisboa: [s.n.], 2 vols., dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A personagem principal deste processo foi o engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911)², diplomado pela Escola Politécnica de Lisboa em 1865 e, em 1869, pela *Ecole Impériale des Ponts et Chaussées* de Paris, onde foi um observador atento dos *grands travaux* Haussmannianos, em particular das obras do chamado "Second Réseau".

De regresso a Portugal, Ressano Garcia passou a dirigir o Departamento Técnico da Câmara Municipal de Lisboa a partir de 1874 e, sob a presidência de José Gregório da Rosa Araújo (1840-1893), em Julho de 1879 viu aprovada a proposta de abertura do grande eixo central que marcou a expansão de Lisboa para norte, criando essa avenida principal que adoptou o topónimo de *Liberdade*.

A clareza e o compromisso com que o projeto foi defendido por Ressano Garcia, a sua acção na concepção e condução do desenvolvimento projectual, permitem atribuir a paternidade da Avenida a Ressano, cujo planeamento mudou a escala da cidade e foi guiado por um espírito de racionalização associado a exigências de circulação e de instalação de infraestruturas higienistas, que garantiram um ambiente urbano dinâmico, que continua a acolher as iniciativas individuais e coletivas dos cidadãos, fazendo jus ao topónimo *Liberdade*.



Fig. 2. «Plano de Lisboa com as novas avenidas construídas e projectadas»
Lisboa, oferta do jornal *O Século*, 1906.

² Sobre Frederico Ressano Garcia e a sua acção vd. Raquel Henriques da Silva (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

O primeiro momento de consagração popular, como nova e moderna artéria da capital «com uma aglomeração de povo na Avenida verdadeiramente extraordinária, como nunca se vira em Lisboa»³, a primeira de muitas metamorfoses que tem conhecido, ocorreu a 25 de Maio de 1886 com as festividades do casamento do príncipe herdeiro D. Carlos com a princesa Maria Amélia de Orleães, celebrado na igreja de São Domingos.



Fig. 3. «Casamento de D. Carlos I, a multidão reunida para a passagem do cortejo real»

Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico (fotógrafo não identificado), 1886 [A12932].

O *Jornal do Commercio* enumerou na altura as funções a desempenhar pela Avenida da Liberdade: «1º É um grande ventilador da cidade baixa, cujo clima foi notavelmente modificado depois de haver-se rasgado aquela grande artéria; 2º É um passeio público e um grande embellesamento para a cidade; 3º E este é o principal - é a grande artéria de comunicação para o norte da cidade»⁴. Estava em causa muito mais do que o rasgamento de uma nova avenida, pretendia-se que fosse a tão esperada «alavanca do progresso, a aurora da civilização»⁵, que enquadrasse os novos hábitos pautados pelos valores da cultura burguesa, que fosse o «condigno salão de acesso a toda a Europa moderna, civilisada, artística, recheiada de atractivos»⁶.

³ *O Occidente*. Vol. IX - Nº 268, 1 de Junho (1886), p. 122.

⁴ «A Avenida da Liberdade». *Jornal do Commercio*, 2 Junho (1886).

⁵ Mariano Pina, «Chronica: notas de Lisboa». *A Ilustração*, vol. III, Nº 18 (1886), p. 274.

⁶ Gomes de Brito (1911), *Lisboa do passado: Lisboa dos nossos dias*. Lisboa: Livraria Ferin, p.14 (artigo publicado em Novembro de 1890 no *Diário de Notícias*, com o título «Lisboa rustica»).

1 | A Avenida da Liberdade e a Exposição Industrial Portuguesa de 1888

Uma das primeiras iniciativas a ter lugar na nova artéria com o fito de chamar a si os visitantes e estimular o público a contactar com esta nova semiologia urbanística, foi a realização da *Exposição Industrial Portuguesa com uma secção Agrícola* em 1888, nessa «Avenida que é hoje sem dúvida a parte mais formosa da cidade, aquella que lhe dá um verdadeiro tom de capital, e é também, como a exposição que n'ella se inaugura, uma conquista do progresso»⁷, para citar as palavras com que o *Correio da Manhã* anunciou a inauguração do certame a 7 de Junho desse ano.

O diapasão para toda a imprensa da época foi este: o de estabelecer e enfatizar o paralelismo entre a nova Avenida e a exposição industrial que aí se realizava, numa visão que exaltava o caminho do *Progresso* simbolizado naquele sítio específico e naquele evento.

O projecto da exposição correspondeu a uma ideia acalentada por António Augusto de Aguiar (1838-1887), na qualidade de presidente da Associação Industrial Portuguesa, entidade cuja direcção, no fecho do ano de 1886, apresentou ao governo uma solicitação⁸ com vista a um certame industrial a realizar no ano de 1888 e que obteve parecer governamental favorável a 23 de Fevereiro de 1887⁹.

Aguiar veio a falecer a 4 de Setembro de 1887, ainda no decorrer das negociações preparatórias para o certame, tendo sido substituído na presidência por João Crisóstomo Melício (1837-1899), na altura primeiro secretário da Associação. A Melício ficou ligado o alargamento da exposição a uma *Secção Agrícola* e com ele ficaram encerradas as negociações que levaram à implantação da exposição já não na Real Tapada de Ajuda¹⁰ – para onde inicialmente chegou a ser pensada –, mas na Avenida da Liberdade por contra-proposta da Câmara Municipal de Lisboa que colocou à disposição «outro terreno mais próprio; aquelle onde a camara pretende fazer o parque no extremo da Avenida da Liberdade»¹¹, tendo precisamente em linha de conta as vantagens que a realização desta grande exposição acarretariam para a divulgação dos projectos em curso e para os quais a vereação necessitava de arregimentar mais apoios.

O recinto da exposição acabou por prolongar-se para além dos terrenos do parque em projecto, descendo a meio da Avenida e no referido extremo, a norte, ficou instalada a exposição pecuária, em complemento da *Secção agrícola*. O responsável pelo projecto da exposição foi o architecto José Luís Monteiro (1848-1942)¹²,

⁷ *Correio da Manhã*, Lisboa, Nº 1:079, 7 de Junho (1888), p. 1.

⁸ *Representação da direcção da Associação Industrial sollicitando o apoio do Governo de Sua Magestade para a exposição industrial de 1888*. Lisboa, 31 de Dezembro de 1886.

⁹ *Resposta do Governo á Representação da Associação Industrial Portuguesa*. Lisboa, 23 de Fevereiro de 1887.

¹⁰ *Regulamento geral e programma da exposição industrial portugueza na Real Tapada da Ajuda que será inaugurada no 1º de Maio de 1888 sob a protecção de Sua Magestade o Rei Senhor D. Luiz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

¹¹ *Actas das Sessões da C.M.L. no Anno de 1887*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1887, p. 191.

¹² Aluno da Real Academia de Belas-Artes de Lisboa entre 1860 e 1868. Em 1873 ingressou no Curso de Architectura Civil da *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts* de Paris, como pensionista premiado no Concurso na Academia de 1871. Concluído o curso em 1878, regressou a Portugal em 1880 e tomou posse do lugar de *Arquitecto-Chefe da 1ª Secção da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa*. No ano seguinte foi nomeado Professor da cadeira de *Arquitectura Civil* da Academia de Belas-Artes de Lisboa, de que veio a ser Director entre 1912 e 1929. Foi, também, o primeiro Presidente da *Associação Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses* (fundada em 1902). FERREIRA, Fátima Cordeiro; MAIA, Maria Augusta Adrego (1990), *Mestre José Luiz Monteiro na architectura da transição do século. Monografia*. Lisboa: A.A.P.

à frente de uma equipa de construtores, empreiteiros e condutores de obras públicas, que levantaram em materiais efémeros (onde predominava o uso da madeira) o corpo central da exposição, os diferentes pavilhões e galerias, e os diversos anexos que constituíram no seu conjunto o corpo do certame de 1888.



Fig. 4. Lisboa, Avenida da Liberdade, 1888. Pavilhões da Exposição Industrial e Agrícola
Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico (fotógrafo não identificado), 1888 [A12931].

A entrada principal da exposição, situada a meio da Avenida, fazia-se pelo pavilhão projectado por José Luís Monteiro. A marcar o início do percurso desenhava a forma de um arco de triunfo, onde se inscrevia no arco de volta inteira o nome da entidade promotora, *Associação Industrial Portuguesa* e, no remate superior, o lema da Associação, *Laurea Donandus Labor*.

O evento despertou interesse na iniciativa privada, de modo que muitas empresas se apresentaram com autonomia expositiva como foi o caso paradigmático da *Empresa Industrial Portuguesa*¹³, que apresentou um pavilhão com uma estrutura pré-fabricada de ferro e vidro com uma entrada em chapa de ferro, com colunas e decoração também em ferro fundido e forjado, portal mais tarde transferido para Braço de Prata, onde passou a servir de fachada principal à Empresa Tabaqueira¹⁴.

¹³ Saliente-se como foi à *Empresa Industrial Portuguesa* e ao arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (1832-1904) que Lisboa ficou a dever o seu Palácio de Cristal, edificado quatro anos antes para a *III Exposição Agrícola de Lisboa* na Real Tapada de Ajuda (inaugurada a 4 de Maio de 1884).

¹⁴ Cf. Jorge Custódio (1994), «Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade». *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 440.



Fig. 5. Lisboa, Avenida da Liberdade, 1888.

Pavilhão da Empresa Industrial Portuguesa na *Exposição Industrial Portuguesa com uma secção Agrícola*.

Fotografia, Estúdio Mário Novais. Arquivo Fotográfico da C.M.L. [A76340].

Para o sucesso da exposição contribuiu o facto de esta ter beneficiado de uma instalação elétrica da responsabilidade de Francisco Baerlein da empresa Baerlein & Ca¹⁵, que permitiu iluminar várias salas e também uma parte da exposição ao ar livre, contribuindo para a apropriação do espaço da Avenida pelos visitantes.

Devido a esta experiência, no ano seguinte, em 1889, Lisboa conheceu a primeira iluminação elétrica regular usando um primeiro conceito de uso da rede, com a iluminação da Avenida da Liberdade a partir de uma pequena Central Elétrica que se situava nessa mesma Avenida e que pertencia à Companhia Gás de Lisboa, o que tornou este lugar no símbolo da modernidade em Portugal, tanto em termos de planeamento urbano, como na associação ao desenvolvimento da nova revolução provocada pela eletricidade, justamente celebrada com pompa na Exposição Universal em Paris desse mesmo ano de 89.

¹⁵ Cf. Bruno Cordovil da Silva Cordeiro (2006), *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas*. Lisboa: [s.n.], dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, p. 133.

2 | A representação portuguesa na Exposição Universal de Paris em 1889.

De forma grandiloquente a França realizou entre 6 de Maio a 6 de Novembro, a quarta das cinco exposições universais parisienses realizadas na segunda metade de Oitocentos (em que a última viria a selar o século em 1900) e, simultaneamente, celebrou o Centenário da Revolução Francesa.

Precisamente devido a essa celebração, as monarquias que tinham conseguido sobreviver aos ventos mais radicais da Revolução distanciaram-se ao não se fazerem oficialmente representar o que, todavia, não impediu a apresentação da maioria das nações, já que o fizeram através de iniciativas particulares, como foi exactamente o caso de Portugal e da maior parte dos países europeus¹⁶. O mundo dos negócios mostrava assim a sua indiferença para com as implicações políticas do Centenário da Revolução...

A Torre do engenheiro Gustave Eiffel tornou-se no símbolo da Exposição Universal de 1889 e também símbolo do triunfo da engenharia, o coroar de toda uma nova tecnologia de fabrico e construção. Dos 300 metros de altura da *Tour Eiffel*, o visitante conseguia desprender-se da realidade para melhor poder formar um '*mapa mental*' não só da exposição, como também da cidade de Paris. A Torre como que consubstancia uma homenagem ao olhar panorâmico do europeu, um olhar que reflectia a sua pretensão numa posição superior e centralizada, dominadora.

A comprová-lo, encontravam-se nos terrenos da *Esplanade des Invalides* e do *Quai d'Orsay* os “bairros” coloniais e a exposição etnográfica *Histoire de l'habitat humain* em quarenta e quatro reconstituições, da autoria de Charles Garnier (1825-1898), arquitecto da célebre *Opéra* de Paris. Nesta gigantesca *Histoire de l'habitat humain*, o espectador deixava de ver a casa como um simples símbolo de valores familiares para a apreciar no seu contexto tecnológico, o qual se foi sofisticando ao longo do tempo. A *Histoire de l'habitat humain* oferecia uma representação de tempos cronologicamente distantes e, assim, anulava a *paisagem dos séculos*, do mesmo modo que a simultânea representação de lugares geograficamente distintos eliminava a noção de espaço, oferecendo um panorama do mundo e do tempo.

Quanto à *Exposition Coloniale* era como um grande *tableaux vivant*, meticulosamente fabricado por uma mão europeia. Instalada na *Esplanade des Invalides*, estava dividida em quatro zonas – árabe, oceânica, africana e asiática; a maior sensação foram os nativos trazidos das colónias asiáticas e africanas: o espectador europeu podia ver várias raças africanas distintas, assim como javaneses, chineses e japoneses. Estes 'manequins vivos' trajavam as vestes próprias das suas diferentes culturas, fabricavam e vendiam produtos de artesanato, cozinhavam, comiam e praticavam rituais diante de um público *civilizado*, e ainda realizavam espectáculos especiais a certas horas do dia.

Ao entrar na “cidade” colonial o público não só era transportado a lugares remotos, como também a tempos longínquos e, para tal, qualquer índice de modernidade foi sistematicamente extirpado de uma representação do Oriente, para melhor o diferenciar da Europa. Na obra *Orientalism*, Edward Said adapta a noção de *poética do espaço* à noção de tempo – criamos, segundo este autor, uma geografia e história

¹⁶ Joy H. Hall (1990), «Paris 1889. Exposition Universelle», *Historical Dictionary of World's Fairs and Expositions, 1851-1988*. New York: Greenwood Press, p. 110.

imaginárias¹⁷ que levam o europeu a sempre ter tido do Oriente uma visão regida dessa forma; assim a Europa sempre pretendeu “orientalizar” o oriente, exagerando e, inclusive, mitificando as suas diferenças.

Por entre estas “viagens imaginárias”, no caso de Portugal, em primeiro lugar, «não se fez representar o governo da nação, mas fez-se representar a própria nação. Singular contraste. (...) E o paiz representou-se pela Real Associação d'Agricultura Portugueza (...) e pela Associação Industrial Portugueza. Representando o governo como fiscal junto das duas associações, ficou o sr conselheiro Marianno de Carvalho»¹⁸. Em suma, a representação portuguesa assumiu a vários níveis uma continuidade em relação à exposição da Avenida da Liberdade do ano anterior.

Como responsáveis da nossa apresentação as mesmas duas Associações, personificadas nas mesmas duas figuras fundamentais, Gerardo Pery, pela Real Associação de Agricultura, e João Crisóstomo, visconde de Melício, pela Associação Industrial Portuguesa, cabendo a este último um papel crucial¹⁹, desde logo porque a ele competiu tratar da construção do pavilhão de Portugal e da escolha do architecto responsável pelo projecto.

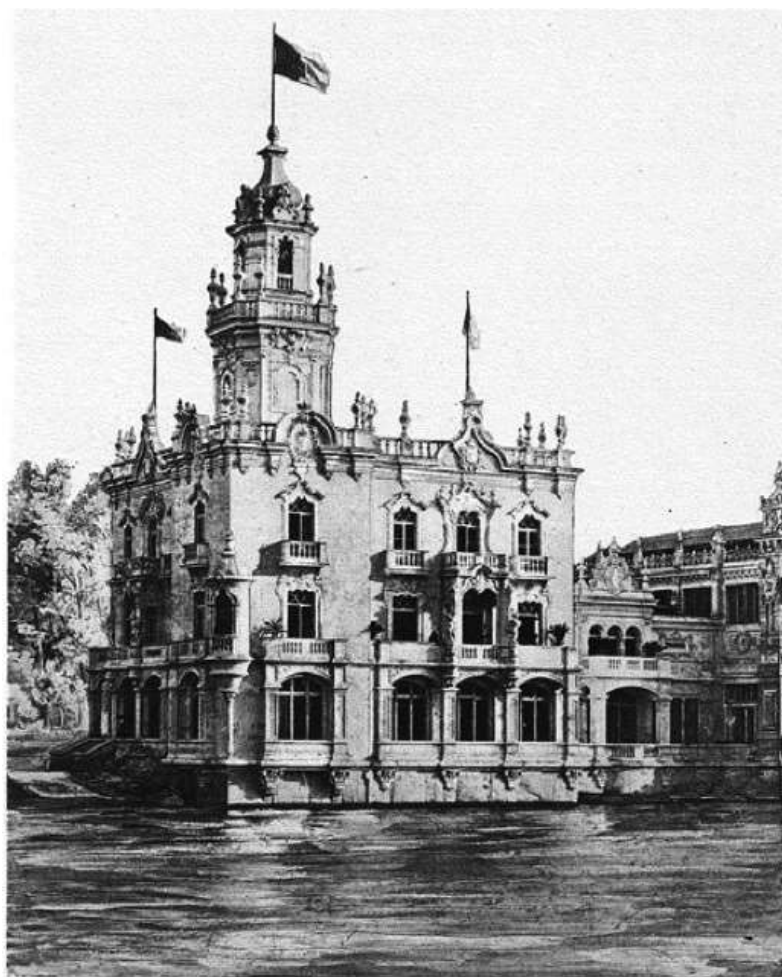


Fig. 6. 1889. Paris. Exposição Universal. Pavilhão de Portugal, architecto Jacques-René Hermant
[Alfred Picard, *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris. Rapport général*, Paris:
Imprimerie Nationale, Tome Deuxième, MDCCCXCI, p. 236].

¹⁷ Edward Said, *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979, p. 55.

¹⁸ *O Occidente*. Vol. XII - Nº 386, 11 de Setembro (1889), p. 203.

¹⁹ «Póde afirmar-se mesmo que, se a nossa exposição em sentido absoluto foi pouco, no relativo foi muito; não devendo negar-se os esforços do sr. Visconde de Melício, chefe da comissão portuguesa, uma grande parte do resultado obtido». A. E. de Cavaleiro e Sousa (1893), *Uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889*. Lisboa: Lucas & Filho, p. 311.

A encomenda foi entregue ao francês Jacques-René Hermant²⁰ e a sua execução a Jules Allard a quem Melício encarregou igualmente da construção de um anexo ao pavilhão. Construído com materiais totalmente efémeros (madeira, lona e gesso), a estrutura de madeira foi coberta por lona pintada a branco, a sugerir ao longe uma edificação de pedra: dada a sua localização junto ao rio Sena, percebe-se a intenção de Jacques-René Hermant em procurar remeter para a Lisboa ribeirinha, através da referência a vários elementos que evocavam a Torre de Belém.

Em especial no desenho das fachadas, o arquitecto francês procurou marcar essa ligação: no ângulo da fachada virada ao Sena, uma abertura citava as conhecidas aberturas da Torre de Francisco de Arruda, apresentando a característica cúpula em gomos no remate. A própria escolha da cor branca e a fórmula da escadaria virada à água são outros elementos que iluminam esta referência e ofereceram o mais interessante do pavilhão, conquanto se diluíssem devido ao carácter ecléctico do conjunto.

Aliás, a referência que mais se impôs era a do remate do pavilhão, uma clara alusão à Torre dos Clérigos no Porto, de Nicolau Nasoni. O predomínio de elementos da gramática neo-barroca (e alguns já neo-rococó) provocou que o edifício, logo na altura, fosse visto e descrito como «amostra dos edifícios da época faustosa do reinado de D. João V»²¹ ou, na mesma linha, «um edifício feito expressamente e que representa um palácio no estylo D. João V, um tanto alterado, mas que à primeira impressão se aceita, sendo o seu aspecto geral agradável»²².

Apesar do carácter ecléctico do conjunto, inaugurava-se aqui uma nova genealogia nos estilos revivalistas portugueses, um modelo que teria descendência ao longo do século seguinte: o “estilo D. João V” seria adoptado na representação portuguesa à Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922, que celebrou o 1º Centenário da independência do Brasil, tanto no Pavilhão de Honra de Portugal (arquitectos Cottinelli Telmo, Luís Cunha e Carlos Ramos), como no Pavilhão das Indústrias (arquitectos Carlos e Guilherme Rebello de Andrade). Desmontado este último, foi transferido para Lisboa e, com obras entre 1929 e 1932, reconstruído no Parque Eduardo VII como *Palácio das Exposições*²³.

A exposição distribuiu-se por um total de 16 salas mas apenas 5 eram destinadas à exposição continental. As restantes 11 eram dedicadas à exposição colonial, organizada por Luís de Andrade Corvo e «largamente fornecidas pela mui benemerita Sociedade de Geographia de Lisboa»²⁴.

Quanto à decoração interior do pavilhão da responsabilidade de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), mereceu aplauso unânime. O seu programa para essa decoração visou fundamentalmente, que a «*exposição sahisse do vulgar e tivesse um character absolutamente portuguez*», para tanto ele contava com os «recursos pittorescos [que] o paiz dispõe, para se collocar dignamente ao lado dos paizes que teem um character seu e uma

²⁰ Jacques-René Hermant (1855-1930). Filho do arquitecto Pierre-Antoine Achille Hermant (1823-1903) com quem trabalhou em várias obras, nomeadamente, em 1884 na construção da Caserna da Guarda Republicana de Paris (*Place Monge*) ou, em 1888, no edifício de arrendamento com o nº 116 do *Boulevard Saint Germain* (Cf. Jean-François Pinchon (1996), “Jacques Hermant”, *The Dictionaire of Art*. London: Grove, Vol. 14, p. 458).

²¹ A. E. de Cavaleiro e Sousa (1893), *Ob. cit.*, p. 316.

²² *O Occidente*. Nº 386, 11 de Setembro (1889), p. 203.

²³ Hoje, Pavilhão Carlos Lopes, em homenagem ao atleta português.

²⁴ A. E. de Cavaleiro e Sousa (1893), *Ob. cit.*, p. 308.

vigorosa tradição nacional»²⁵. Para conseguir «alcançar muitos d'estes attributos rusticos»²⁶, Rafael Bordalo Pinheiro²⁷ contou com as «auctorizadas indicações do sr. Joaquim de Vasconcellos»²⁸ e como *leitmotiv* de impacto visual, as parras e os cachos de uvas realizados na sua Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha ou, no caso do *anexo* onde se encontrava a exposição de *vinhos e azeites* organizada pela Real Associação da Agricultura Portuguesa, os azulejos com padrões de inspiração hispano-mourisca “Granada”, que actualmente fazem parte do acervo do Museu Rafael Bordalo Pinheiro (Lisboa).



Fig. 7. Paris, 1889. Pavilhão de Portugal, «Rez-do-chão do Anexo. – Centro e “Bar” para provas de vinhos portugueses». *Pontos nos ii* (Álbum), Dezembro de 1889, p. 17.

3 | Considerações finais: Exposições Universais e arquitectura

Com o aparecimento dos pavilhões nacionais, edificados a partir da Exposição Universal de Paris em 1867, a indústria foi perdendo protagonismo nestas grandes exposições em favor da arquitectura e estes certames

²⁵ *Pontos nos ii. Exposição Universal de Paris*. (Álbum). Dezembro (1889), p. 9.

²⁶ IDEM, p. 23.

²⁷ Rafael Bordalo Pinheiro conheceu nesta Exposição Universal de 1889 um momento internacional na sua carreira, confirmado pelas duas *Medalhas de Ouro* com que foi premiado pelo júri desta Exposição Universal, uma pela direcção da decoração interior do pavilhão português e a outra pelas cerâmicas da Fábrica das Caldas da Rainha (*Grupo III, Classe 20ª Cerâmica*), peças que representam no panorama Oitocentista português um caso raro de uma tentativa concreta de ligação entre arte e indústria.

²⁸ *Pontos nos ii. Exposição Universal de Paris*. (Álbum). Dezembro (1889), p. 23.

experimentaram e desenvolveram a noção Hegeliana em que a arquitectura se apresenta como a *archè* – origem e lei – das outras artes.

Ao longo da segunda metade de Oitocentos, as diversas culturas mundiais presentes nas várias exposições optaram maioritariamente por 'cenografias' historicistas, reveladoras das suas *essências* respectivas, arquétipos de imagens facilmente reconhecíveis no exterior, exactamente na perspectiva enunciada por Luciano Patetta quando refere que «os estilos do passado se reinterpretem com base nos seus efeitos psicológicos, por uma simbologia elementar e explícita (...), de valores emblemáticos e didácticos»²⁹.

A construção dos pavilhões nacionais a partir de 1867 tornou-se num motivo de atracção e entusiasmo para os visitantes, a quem se oferecia a ideia do 'museu do mundo', convertendo as reconstituições histórico-artísticas num terreno dos mais complexos em toda a história das Exposições Universais, situado simultaneamente entre a cultura profissional e a vulgarização, ou entre a pesquisa científica e o espectacular.

Um museu vivo que colocava ao alcance de todos uma visão panorâmica de várias arquitecturas do globo, assim como abria novos horizontes aos arquitectos do ecletismo, para quem as exposições foram lugares de manipulação e de experimentação, ou seja, campo de experiência em termos tecnológicos (novos materiais, novas formas de construir), e de manipulação de linguagens formais que permitiam reviver o passado: lugares do futuro, as exposições foram simultaneamente, espaços de revisitação do passado.

²⁹ «gli stili del passato vengono reinterpretati in base ai loro effetti psicologici, ad una simbologia elementar ed esplicita [ad esempio, nella cosiddetta “architecture parlante”], a valori emblematici e didascalici [sottolineati da tutti i “revivals”]». Luciano Patetta (1975), *L'architettura dell' Eclettismo. Fonti, teorie, modelli. 1750-1900*. Milão: Gabriele Mazzotta Editore, p. 9 [trad. nossa].

A toponímia em Santarém na transição da monarquia para a 1.^a República

Maria Manuel Santos

Este artigo surge após o trabalho de investigação desenvolvido com o objetivo de estudar o desenrolar de todo o processo toponímico, das artérias da cidade de Santarém, desde os finais da Monarquia até aos primeiros anos da República. Para que possamos apreender e expandir a nossa temática, numa primeira parte considerada introdutória, fomos à origem onomástica da palavra e fizemos uma breve síntese historiográfica, até entrarmos concretamente no objeto de estudo: as opções tomadas pelos edis scalabitanos no período delineado.

A palavra toponímia deriva do grego *topos* que significa lugar, e *onyma* que significa nome¹; para sermos mais precisos, designa o nome de um lugar, povoado ou não. Para Lorenzo Partillo,² para além do nome significa também o «estudo da origem e significação dos nomes próprios de lugar». A inventariação dos nomes dos sítios e das suas substituições contribuiu, através dos tempos, para a preservação, identidade e memória de um povo. Devido à sua importância, a toponímia foi classificada pelos franceses Auguste Longnon³ e d'Arbois de Jubainville⁴ como uma ciência auxiliar da história. É uma das áreas do conhecimento com extrema importância para o estudo da história local e que não pode dissociar-se da geografia.

O vocábulo toponímia começou por ser o resultado de um trabalho incipiente, desenvolvido pelos residentes em determinado lugar por sentirem necessidade de uma orientação nos espaços que frequentavam. Imaginação não faltou aos moradores coordenando a atribuição de nomes às ruas de acordo com as funções, os factos, as tradições ou mitos. Para além das designações atribuídas serem bastante intuitivas, procuraram, sobretudo, a objetividade. Isto é: se a rua era a via de ligação para o forno, logo a designação seria «Rua do Forno» ou «a Rua que dá para o forno». Situação muito comum era a denominação atribuída à artéria que estabelecia a ligação com a parte central da localidade que passava por «Rua da Igreja», «Rua do Paço» ou «Calçada do Chafariz». Não menos frequentes eram os casos em que numa artéria predominava determinada profissão, razão para atribuição de topónimos profissionais, como por exemplo «Rua dos Sapateiros», «Travessa dos Ferreiros», «Largo dos Surradores», ou ainda quando um habitante da comunidade se destacava dos restantes por ter existido algo díspar numa circunstância da sua vida. Neste caso, o seu nome seria associado ao local que necessitava de ser nominalizado com a adjetivação que lhe estava adstrita. Surgiram então os nomes, como por exemplo, «Travessa do Moleiro», «Rua do Conde» ou «Rua do Canteiro». Estas conjunturas sentiam-

¹ Cf. *Nova Enciclopédia Larousse*, Vol. XXI, p.6728.

² Cf. *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, tomo 17, p. 6045.

³ Auguste Longnon (1844-1911), historiador e arquivista, trabalhou nos arquivos nacionais de França. Escreveu obras sobre toponímia, consideradas pioneiras, e foi convidado para ensiná-la no colégio de França onde também dirigiu os estudos da Escola Prática dos Altos Estudos.

⁴ O francês Henri d'Arbois de Jubainville (1827-1910), historiador e filólogo, trabalhou como paleógrafo arquivista nos departamentos governamentais, onde permaneceu até à sua aposentação.

se um pouco por toda a parte porque transmitiam o que era salutar para a gente daquele lugar. A maioria dos topónimos atribuídos era *sui generis* e o seu significado só fez sentido durante as primeiras gerações, pois só para elas as designações atribuídas faziam sentido. A razão explica-se com o sentido de homenagear a uma personalidade local por atos relevantes que praticou em prol daquele lugar, como por exemplo contribuindo com donativos ou benfeitorias. Durante aquela geração foi muito valorizada a atitude dos proponentes e muito gratificante para o homenageado mas, em algumas situações, com o passar das gerações, tanto uma como outra posição desvaneceram. A origem de tais atribuições deixou de fazer sentido. Mais tarde a substituição do topónimo viria a ter um significado mais consensual.

Sem qualquer tipo de registo escrito perderam-se no tempo, por isso não fazem parte da história local nem nacional. Em sua substituição houve lugar a outras designações já com um outro propósito.

Situação um pouco diferente da anterior, na generalidade comum às terras do país e familiares ao povo, originou atribuições dos topónimos que encontramos nas ruas, nas praças, nos largos ou nas avenidas, que se repetem com nomes de heróis e notáveis da nação ou com datas comuns que assinalam momentos distintos na história. Com o passar dos anos, o uso da toponímia tornou-se indispensável e assumiu um papel preponderante na sociedade, em particular nos últimos dois séculos, com a distribuição do correio a processar-se a um ritmo cada vez mais acelerado, graças à entrada em funcionamento do caminho-de-ferro.

Até ao século XIX assistiu-se ao crescimento dos aglomerados populacionais e a acontecimentos de factos salientes da história, a um ritmo mais lento, situações que suscitavam menos registos toponímicos. Esta realidade permitiu que os nomes permanecessem inalteráveis durante mais tempo. Só nesse século começaram a ser colocados, oficialmente, letreiros identificáveis nas artérias da então vila de Santarém, oficializados pelo Governo Civil, através da publicação de editais. Mais tarde, com a entrada em vigor do código administrativo de 1878, ficou estipulado no n.º 28 do artigo 103.º que cabia à Câmara Municipal, como promotora dos interesses municipais, «determinar a denominação das ruas e lugares públicos e a numeração dos prédios». Apesar das alterações em termos dos poderes e atribuições à administração local, esta competência permaneceu para lá da 1.ª República. Podemos dizer que no século XIX a história da toponímia entrou numa segunda fase.

A partir das revoluções liberais surgiu no seio da sociedade portuguesa um maior número de figuras políticas entendidas como meritórias de homenagem. Com a Regeneração dá-se um rápido crescimento populacional e o conseqüente crescimento das vilas e cidades, nas quais havia lugar a novos espaços que careciam de ser identificados. Da conjugação destes fatores surgiu a necessidade de efetuar mudanças, com a obrigatoriedade, se assim ousarmos chamar, de ajustar determinados topónimos às realidades por variadas razões. Entre elas encontramos as mudanças de regime político, o registo de uma ação relevante para determinada localidade, as homenagens que são feitas a personalidades das mais diversas áreas do saber, e mais uma vez os antropónimos que expõem o nome de um notável local, como forma de homenagem e carinho por parte dos seus conterrâneos. Esta última situação parece-nos ser uma constante ao longo dos tempos.

Como este tema é inevitável e ao mesmo tempo imprescindível para a identificação e estudo de um lugar, como já foi referido, escolhemos a cidade de Santarém para fazer um roteiro pelas várias artérias públicas, cujo conteúdo das placas toponímicas foram objeto de alteração. Santarém não foi exceção, manteve a mesma

área geográfica mas não a mesma a área urbanizada. Esta cresceu à medida que a população aumentava, originando a abertura de novos arruamentos fora de portas para fazer a ligação às novas construções.

Para termos uma visão mais alargada em termos da gestão toponímica exercida pela edilidade deste concelho, e atendendo à limitação que este trabalho requer, optámos por transmitir as decisões tomadas nas últimas décadas que antecederam a transição do regime político ocorrido em 5 de outubro de 1910 e as primeiras que lhe sucederam. Recuando à década de 80 do século XIX, denotou-se uma preocupação por parte da Câmara Municipal em evitar malefícios das placas de identificação com o nome das ruas e o número das portas mas tomou medidas para evitar que tal situação acontecesse e se penalizassem os infratores. Entre elas constava a elaboração de uma postura onde se estabelecia a multa de 1\$000 réis a quem danificasse no todo ou em parte os letreiros das ruas e os números das portas. Sabemos que a câmara gastou cerca de 9\$200 réis com vários letreiros e a sua colocação pela cidade, porque em 1879 o fornecedor Joaquim Augusto Ferreira reclamou à câmara o pagamento do mencionado valor que lhe era devido.

A cidade estava em franco crescimento e ao mesmo tempo a modernizar-se. Era imperativo a abertura de novas vias e a alteração do traçado de outras. Perante tal situação houve propostas no sentido de adequar as denominações existentes em determinados locais, para fazer face às novas construções e à modificação da fisionomia da cidade. Foi o caso da construção da biblioteca municipal que deu origem ao nome de Rua da Biblioteca indicando a função do novo edifício ali construído. Passado poucos meses no dia 10 de junho de 1880, aquele espaço dedicado à cultura foi inaugurado e os edis decidiram atribuir-lhe uma nova designação Rua Luís de Camões, data das comemorações do tricentenário da morte do poeta. No lado oposto da cidade, foi rasgada uma avenida seguindo o traçado da Azinhaga do Livreiro, para fazer a ligação desde a saída da Porta de Mansos até ao cemitério dos Capuchos. Conotada como uma grande obra municipal de grande necessidade e de utilidade naquela zona, a edilidade escalabitana atribuiu-lhe o nome do cidadão António dos Santos, entretanto já falecido, pelos bons ofícios prestados ao município de Santarém, quando integrou a vereação entre 1862 e 1865. Segundo Laurentino Veríssimo, este ato foi uma forma de reconhecimento devido aos bons trabalhos que mandou executar no cemitério da cidade, entre eles a colocação da rosácea na ermida do cemitério dos capuchos, proveniente do convento de S. Francisco.

Em agosto de 1883, o vereador José Joaquim Nunes apresentou muitas propostas mas nem todas aceites: o Largo da Praça dos Mercadores ou apenas o Largo da Praça, assim designado por ali se realizar o mercado diário há mais de um século, deixou de ser largo e passou a Praça Visconde da Serra do Pilar⁵ em homenagem a este nobre natural de Santarém. A Rua de Marvila com início no Largo de S. Martinho junto ao Terreirinho das Flores continuaria com a mesma designação mas numa extensão maior, em direção ao Canto da Cruz (cruzamento onde convergiam também as ruas João Afonso, S. Nicolau e do Milagre). A Rua de S. Martinho que partia do Largo com o mesmo nome manter-se-ia com a mesma designação igualmente com maior extensão até à esquina da praça ao novo teatro, devido às obras do prolongamento daquela rua. Da mesma proposta também fazia parte alterar o nome do Largo do Colégio para Largo Passos Manuel e a Explanada da Alcáçova para Passeio de Pedro Álvares Cabral. Este último local há muito que alimentava controvérsia, tanto por parte

⁵ José António da Silva Torres Ponces Leão nasceu em 16 de março de 1872. Militar de carreira atingiu o posto de general e a quem foi atribuído o título de Visconde da Serra do Pilar.

do município como pelas notícias publicadas nos periódicos, no entanto a denominação escolhida não chegou a ser colocada em prática. Dos documentos que consultamos, encontramos informação contraditória quando o autor⁶ afirma que em 1883 ao Largo do Seminário fora dado o nome de Largo Passos Manuel em vigor até 1914. Mais adiante, volta a referir a atribuição da mesma denominação após as obras decorridas no dito largo, em 1904. Após confrontação com as fontes, estas dizem-nos que a substituição do antropónimo Passos Manuel pelo de Sá da Bandeira ocorreu em 1904.

Numa das últimas sessões ocorridas em 1889, o presidente da câmara referenciou um dileto filho de Santarém⁷ a exercer funções eclesiásticas em terras portuguesas no Ultramar, reconhecidas pelo Governo de Sua Majestade. Como testemunho de consideração e reconhecimento pelos seus conterrâneos, e tendo em vista as atribuições conferidas às câmaras pelo n.º 17 do artigo 117 do código administrativo de 1886 «Sobre denominação das ruas e lugares públicos e numeração dos prédios», a edilidade deliberou a alteração toponímica da Travessa da Mouraria e ao Largo do Barão ou de José Palha para Travessa e Largo do Bispo de Damão. Após ter tomado conhecimento desta decisão, Sua Reverência agradeceu a honra e a consideração demonstradas. No entanto, na sua comunicação existe uma contradição quando se refere à alteração do nome da Rua dos Surradores⁸ em vez de Travessa da Mouraria. Fica-nos dúvidas sobre a efetivação destas alterações porque ainda hoje os nomes das travessas da Mouraria e dos Surradores prevalecem. O mesmo se verificou com a aprovação da alteração do Largo do Barão ou de José Palha pela denominação de Largo do Bispo de Damão.

A rua entre o Cemitério dos Capuchos e o Largo do Pereiro deixou de ser designada por Rua do Pereiro, nome que advém do facto de, em tempos, ter existido ali um convento com o mesmo nome, para passar a ser Rua Tenente Valadim. O pai daquele benemérito pediu que fosse dado a uma rua da cidade o nome do seu filho⁹ como forma de reconhecimento pelo trabalho que prestou ao país, pedido com o qual a câmara pactuou.

Duas das artérias mais importantes da cidade, ambas com início junto à Igreja da Piedade, seguiam, uma em direção ao cemitério e a outra, com o famigerado topónimo de Rua Direita, cuja denominação era comum a quase todas as localidades, cumpria com o nome que lhe era dado e conduzia até ao Largo onde estava instalado o edifício dos Paços do Concelho. Em 1890, a primeira deixou de ser a Rua de S. Nicolau para receber o nome de Capelo e Ivens, e a segunda passou desde então a ter o antropónimo de Rua Serpa Pinto.

A antiga estrada de S. Lázaro, assim designada por passar junto do hospital dos lazarentos, estabelecia a ligação entre a Porta de Mansos e a Calçada da Junqueira. Devido ao novo arruamento prolongado até à nova construção, onde passaria a funcionar o matadouro municipal em 1890 foi atribuído àquele arruamento a designação de Avenida do Matadouro. Junto à parte nova da avenida, por iniciativa de um particular, Laurentino Veríssimo, surgiu a construção de um bairro de casas económicas, reconhecido com o nome do proprietário, o mesmo que em 1893 deu origem a que a mesma artéria surgisse como Avenida Laurentino.

⁶ Cf. José Campos Brás, *Santarém Raízes e Memórias*, Santarém, pp. 219, 246.

⁷ D. António Pedro da Costa foi Arcebispo de Congranor e o primeiro Bispo de Damão. Permaneceu nas Índias durante 5 anos, onde elevou o prestígio português e terminou com os abusos encontrados na Sé a que deu o nome da padroeira de Santarém, em sinal do afeto que possuía pela sua terra.

⁸ Não foram encontradas referências sobre alguma alteração ocorrida nestes dois topónimos. No entanto, no século XXI continua a existir a Travessa da Mouraria e a Rua dos Surradores.

⁹ Atendendo ao pedido do pai daquele benemérito que foi assassinado pelo régulo de Mataka, próximo do Lago de Niassa nos sertões de África Oriental quando tentava impedir que a bandeira portuguesa por ele arvorada fosse arreada e vilipendiada.

No final de 1914, a câmara determinou que a Travessa do Postigo, conhecida há muito por Travessa do Postigo de D. Margarida, adquirisse o nome de Rua Pedro Canavarro¹⁰, em sua homenagem, o que veio a acontecer em agosto do ano seguinte, na presença de alguns edis¹¹, curiosamente poucos meses antes do falecimento do homenageado.

Em 1892 ainda decorriam as obras para o prolongamento da rua¹² que iria atravessar a cidade e estabelecer a ligação entre o Campo Sá da Bandeira e a Rua das Figueiras. A câmara decidiu que aquela tomasse em toda a sua extensão a designação de Rua Guilherme de Azevedo, deixando de existir a então Travessa do Sequeira, onde estava situada a casa onde nasceu o poeta Guilherme de Azevedo mas que faleceu em Paris, em 1882, onde ficou sepultado. A edilidade entendeu atribuir o seu nome à nova rua como forma de homenagear este ilustre escalabitano. Durante a década que mediou entre o seu falecimento e aquela decisão vários topónimos foram alterados ou substituídos. Por parte dos presidentes ou das vereações não encontramos qualquer alusão ao seu falecimento. Foi Bernardino Santos, redator e proprietário do *Jornal de Santarém*, quem desencadeou todo o processo¹³. O seu principal objetivo era tentar trazer as cinzas do poeta e ao mesmo tempo solicitar o patriotismo por parte da municipalidade para que Santarém tivesse uma rua com o seu nome já que ele continuava longe dos que infamaram a sua glória. Razão que levou à criação de um abaixo-assinado para mostrar à municipalidade todo o respeito que sentiam por tão ilustre figura e mostrar às gerações seguintes que este poeta não tinha sido esquecido.

Em julho de 1896 a vereação propôs a alteração do nome da Travessa dos Sete Cantos para Rua Glauco de Oliveira, como forma de reconhecimento pelo trabalho do então vice-presidente da câmara municipal em funções na data da proposta, (relacionado com a expropriação de terrenos na cidade). Desta forma o município ficaria ligado à primeira obra de vulto emanada por aquela vereação. O vice-presidente não aceitou a proposta porque, em seu entender não possuía atos humanitários nem sacrifícios a bem da sociedade e, para além disso, só prestou ao município o que devia como eleito e não possuía historial político porque, segundo afirmou, «a vida pública há dois dias que a encetei». Na opinião de Glauco de Oliveira deveria ser dado à Travessa dos Sete Cantos, logo após as obras de alargamento, a designação de Rua 18 de Fevereiro como forma de homenagear as vítimas e lembrar o dia do incêndio do clube.¹⁴ Sobre o assunto argumentou ainda o edil o elevado custo de uma gravação com o nome das vítimas no mármore ou alabastro, comparando-o ao valor de um tesouro, podendo apenas mandar esmaltar umas letras numa lâmina metálica, como tributo devido, no local onde ocorreu o incêndio e onde efetivamente deveria estar. Os vereadores recusaram a ideia e o topónimo não foi alterado, mantendo-se como Travessa dos Sete Cantos.

¹⁰ Pedro Canavarro tinha ocupado os cargos de Governador Civil e Presidente da Câmara Municipal de Santarém.

¹¹ Esta mudança foi assinalada de uma forma, quanto a nós original, porque tinha ficado decidido e registado em ata que a câmara deveria trajar de preto e ir assistir à colocação das placas com o nome de Pedro Canavarro. Foi a única vez que encontramos um registo com este tipo de procedimento por parte da Câmara Municipal.

¹² As obras prolongaram-se por vários anos devido às expropriações e à situação financeira do município. A rua rasgou o tecido da malha urbana com uma nova abertura até ao cruzamento com a Rua do Conde. A Travessa do Sequeira que partia deste lugar até à Rua Luís de Camões também foi alvo de alargamento para que a rua se tornasse mais comprida e com igual largura.

¹³ Pretendia evidenciar o unânime respeito que os habitantes desta cidade tinham por Guilherme de Azevedo.

¹⁴ O incêndio ocorrido em dia 18 de fevereiro de 1896, no edifício onde estava instalado o Clube Artístico de Santarém provocou 39 mortos. Foi considerado um dos maiores incêndios ocorridos nesta cidade. Em homenagem às vítimas foi erguido um monumento no cemitério dos Capuchos.

Também a Rua de Mansos, com início na porta que lhe deu o nome, entretanto demolida, viu a sua denominação alterada para Rua João Afonso. Este nome foi escolhido porque nela existiu um hospital, fundado por João Afonso, para onde convergiram todos os que existiram em Santarém. Aquando desta junção, a sua designação foi alterada para Hospital de Jesus Cristo. Funcionou naquele local até 1835, ano em que foi transferido para o extinto convento de Santa Teresa de Jesus.

No ano de 1891 o cidadão José Augusto de Aguiar sugeriu à câmara municipal o calcetamento da travessa onde se situava a sua residência e também as casas de João Lúcio de Faria Mendes Costa, situada entre as travessas de José Paulo e Gaspar de Freitas. Junto à sugestão apresentada seguiu também o pedido para a atribuição de uma denominação para a dita travessa. O seu pedido foi prontamente atendido, pois passadas duas semanas já a câmara tinha decidido que aquela artéria ficaria com apelido do requerente. Desde então passou a identificar-se como Travessa do Aguiar.

O vereador José Sérgio sugeriu o nome de Alexandre Herculano para atribuir a uma das principais calçadas de acesso à cidade. Foi escolhida a via que seguia em direção a uma localidade próxima, onde o escritor viveu até 1877, ano da sua morte. A Calçada do Monte, assim identificada por passar muito próximo da capela em honra de Nossa Senhora do Monte, passou a ser designada por Rua Alexandre Herculano.

Durante o mês de maio de 1897 a câmara procedeu a alterações em mais duas artérias da cidade. Com o assassinato do estadista e conselheiro Mariano de Carvalho, ocorrido em 6 de maio do mesmo ano, foi escolhido o seu nome para substituir a designação da Rua do Conde¹⁵, onde tinha nascido a sua esposa. Suscita-nos algumas dúvidas sobre a implementação daquela alteração, sendo certo que em 1909 a própria câmara identificava o mesmo arruamento como Rua do Conde.

No mesmo ano, a Travessa de S. Nicolau passou a ter o antropónimo Rua Doutor Mendes Pedroso porque a frontaria da casa onde nasceu estava voltada para a dita travessa. O ilustre médico e benemérito cidadão, que assistiu a esta tomada de decisão em sua homenagem, foi também Comendador, presidente e vereador da Câmara Municipal de Santarém.

A Avenida da Alcáçova que passava junto ao solar de Passos Manuel era a única via que estabelecia ligação direta até à Alcáçova. Foi substituído o nome associado à sua função pelo de Conde do Alto Mearim.¹⁶

O município foi reparando e adquirindo letreiros ao longo dos anos, uns em pedra mármore e outros em esmalte. Em 1901, para além da reparação de várias placas nas ruas da cidade foi colocada uma chapa em esmalte em cada uma das ruas Serpa Pinto e Guilherme de Azevedo, no valor de 7\$000 réis. Passados oito anos voltamos a encontrar referência aos reparos dos letreiros danificados e também a um debate sobre o material de que eram feitas as placas com as indicações toponímicas, no qual concluíram que os letreiros pintados a óleo e envernizados seriam considerados os melhores por oferecerem maior segurança e nitidez, para além de a sua ser muito maior. Apesar de ser uma competência municipal, denota-se que os autarcas mantinham uma preocupação com estes assuntos.

¹⁵ Esta rua passava por detrás do palácio dos Condes de Unhão, cuja filha veio a casar com o dito estadista. Daí a razão para que fosse atribuído o seu nome à rua.

¹⁶ José João Martins de Pinho, comendador, conselheiro, 1.º Barão, 1.º Conde do Alto Mearim e deputado pelo círculo n.º 77 de Santarém. O facto de ter constituído considerável riqueza durante os anos que permaneceu no Brasil pesou na decisão da Câmara Municipal de Santarém. Outro dado que consideramos relevante era a amizade que o ligava a Passos Manuel.

Em 1909 a Rua de S. Martinho¹⁷, já referida anteriormente, voltou de novo a ser citada não só pelo decorrer das obras para o seu alargamento mas também para lhe ser atribuída outra denominação. Para aquela vereação o hagiotopónimo tinha deixado de fazer sentido, já que a igreja em honra daquele Santo deixara de existir. Com a morte do conselheiro Joaquim José de Figueiredo Leal¹⁸ foi aprovada por unanimidade em sessão de câmara a substituição do hagiotopónimo atual pelo antropónimo então votado.¹⁹ Ainda no mesmo ano, foi proposto e unanimemente aprovado o nome do Padre Francisco Nunes da Silva para substituição do nome da Rua Passos Manuel.²⁰ Esta nomenclatura foi proposta pelo dever de homenagear mais um benemérito desta terra.

As transições entre os séculos XIX e XX e os dois regimes políticos, monárquico e Republicano, ocorrido a 5 de outubro de 1910, causaram por todo o país uma verdadeira “revolução toponímica”. A vitória dos republicanos provocou um movimento de agitação na sociedade portuguesa, de tal ordem, que alguns espaços públicos das vilas e cidades portuguesas no dia seguinte já tinham uma atribuição toponímica completamente diferente ou já não tinham qualquer placa identificativa, aguardando por um nome que ainda estava por decidir. Neste contexto e continuando o estudo do caso concreto de Santarém, analisamos as alterações ocorridas no período pós implantação da governação republicana, resultado das preferências dos novos governantes. Ficámos a saber quais os topónimos que prevaleceram e os que foram substituídos, pelo que podemos desde já adiantar que os hagiotopónimos deram lugar aos antropónimos, sobretudo de figuras da vida política nacional.

Logo no dia 8 de outubro de 1910 o presidente da câmara mandou retirar imediatamente a placa onde estava inscrito o nome de Pimentel Pinto, sita no Largo das Amoreiras, como sempre foi conhecido. A razão evocada para esta retirada estava no facto do nome não merecer uma boa opinião da população, devendo o largo ter oportunamente outra denominação.

A Avenida Conde do Alto Mearim, antes Avenida da Alcáçova, conheceu uma nova designação – Avenida 5 de Outubro. Outra proposta foi no sentido de alterar o nome da Rua Hintze Ribeiro para Rua Machado dos Santos. Sobre a intenção desta alteração o presidente da câmara enfatizou o papel das misericórdias ao longo dos séculos, considerando-as como mães de todas as instituições de caridade. Na sua opinião esta era a razão pela qual todas as ruas onde estavam situadas as misericórdias detinham o seu nome parecendo-lhe, por isso, que aquela artéria deveria permanecer com o nome de Rua da Misericórdia. Todos os vogais se manifestaram contrários aquela opinião porque quem retirou o nome primitivo foi uma vereação monárquica e há já alguns anos que a denominam Hintze Ribeiro. Por isso ficou aprovado pela vereação que deveria manter o mesmo nome. O comentário sobre esta alteração deixa-nos algumas dúvidas porque em agosto de 1883, a Rua de

¹⁷ Assim chamada por ali ter existido uma igreja em honra de S. Martinho. Sobre os seus escombros foram erguidos os edifícios onde viriam a funcionar o teatro Rosa Damasceno e a agência do Banco de Portugal.

¹⁸ Falecido em 10 de julho de 1909 foi-lhe reconhecido o trabalho realizado em prol desta cidade. Para além de proprietário, deputado da nação e governador civil deste distrito, legou ao Hospital de Jesus Cristo, em Santarém, grande parte dos seus haveres. Estes passaram a ser património dos enfermos pobres que se acolhiam naquele estabelecimento de caridade.

¹⁹ Ficou exarado em ata um voto de profundo sentimento pela morte de tão ilustre cidadão, ocorrida a 10 de julho de 1909, e proposto pelo vereador João Arruda que o seu nome fosse atribuído a uma das ruas da cidade, em homenagem e reconhecimento pela dedicação e serviços prestados. Proposta aprovada por unanimidade.

²⁰ «Considerando que deve hoje o operariado escalabitano o seu bem estar na decrepitude porque aos trabalhadores que completam 65 anos filhos de Santarém ele deixou em testamento o subsidio de \$240 réis diários [...] que o nome deste assinado vulto, se perpetue, dando-se à rua do Carmo o nome [...] do Padre Francisco Nunes da Silva.» cf. Ata da CMS de 21 de outubro de 1909.

Marvila seria extensível para além da igreja do mesmo nome até ao Canto da Cruz, ou seja, passaria para além da Igreja da Misericórdia e as instalações contíguas da Santa Casa. Fica-nos a incerteza quanto a esta alteração. Manteve o nome de Rua da Misericórdia só porque era indubitável? Há aqui um intervalo de tempo entre 1883, com o prolongamento da Rua de Marvila, e junho de 1896 ano em que o próprio município menciona o nome das ruas da Misericórdia e João Afonso num pagamento por conta das obras de reconstrução, a decorrer naquela via. Fica-nos a certeza de que no final de 1910 a artéria era identificada como Rua Hintze Ribeiro. Ainda no mesmo ano, o executivo decidiu não atribuir às ruas da cidade o nome de cidadãos vivos. Cumprindo esta decisão e atendo ao proposto pela comissão nomeada para este efeito, foram alteradas as nomenclaturas das seguintes ruas. Rua do Milagre para Rua Miguel Bombarda, Largo Pimentel Pinto para Largo Cândido dos Reis, Passeio da Rainha para Jardim da República, Rua de Santa Clara para Rua 31 de Janeiro, Rua Mariano de Carvalho para Rua Elias Garcia e Rua Hintze Ribeiro para Rua 1.º de Dezembro. Decidiu também que as placas para as nomenclaturas da Avenida 5 de Outubro e Jardim da República seriam de mármore e as restantes de chapa de ferro zincado e pintadas. A sua colocação seria no dia 31 de janeiro de 1911 acompanhada por uma manifestação nesse sentido. Os condicionalismos históricos repercutiram-se no descerramento de novas lápides, umas colocadas pela primeira vez, outras em substituição das anteriores, motivo para organizar um momento festivo, como o que aconteceu na cidade, conforme podemos provar pela descrição do dia 27 de janeiro de 1911 e não do dia 31 conforme havia sido previsto. Do programa constava a realização de um cortejo cívico, com o objetivo de descerrar as placas comemorativas, com discursos de abertura e de encerramento. O evento teve início às 13 horas nos Paços do Concelho, seguiu pela Rua Serpa Pinto até à Igreja de Santa Clara, onde seria descerrada uma placa que substituiria o hagiotopónimo Santa Clara por uma data, Rua 31 de Janeiro. O cortejo seguiu em direção ao Passeio da Rainha²¹, que pouco depois do gesto programado conheceu o novo nome designado por Jardim da República. A cerimónia terminou com a atribuição do nome Cândido dos Reis ao Largo que anteriormente se denominava Pimentel Pinto. A placa com este nome tinha sido retirada logo após a implantação da República, como já tivemos oportunidade de referir, pelo que esteve alguns meses sem designação oficial.

Em abril de 1912 a Associação dos Regentes Agrícolas decidiu fazer uma romaria até ao cemitério dos Capuchos local onde estava o jazigo de Augusto Gagliardini. Esta manifestação surgiu na sequência da proposta apresentada pelo vogal Figueiredo para que a Rua de S. Lázaro se designasse Avenida Gagliardini²². No decorrer do mesmo mês a câmara aprovou por unanimidade que o Largo do Espírito Santo mudasse a designação para Largo dos Regentes Agrícolas. Estas duas propostas só ao fim de dois anos obtiveram um parecer desfavorável, mantendo-se as nomenclaturas Largo Espírito Santo e Rua de S. Lázaro.

A intenção da câmara mandar edificar uma estátua ao general, estadista e marquês de Sá da Bandeira, foi mencionada por várias vezes, duas delas em 1908 e 1910. Neste último, o assunto voltou a ser adiado porque era necessário reunir com a Associação Comercial e outras entidades locais, mas por condições que extravasam o âmbito deste texto e por esse motivo não serão aqui referidas. O intuito daquela obra continuava presente mas, em maio de 1914, o topónimo do grande estadista Passos Manuel deixaria de identificar o largo onde se situava

²¹ Inaugurado em 16 de outubro de 1861, data do aniversário da Rainha D. Maria Pia e da sua visita a Santarém.

²² Gualdino Augusto Gagliardini foi um grande vulto da lavoura nacional, honrando o país com o préstimo dos seus serviços.

a casa onde nasceu Sá da Bandeira e transitou para um outro largo, muito próximo do primeiro. O hagiotopónimo designado Largo do Salvador foi substituído pelo topónimo Largo Passos Manuel, com a condição de que as celebrações e a colocação das placas,²³ com as respetivas designações, só aconteceriam depois da Praça de Sá da Bandeira estar regularizada e ajardinada. A demora dos trabalhos foi provocada pelo encontro inesperado de ossadas durante as escavações. Em 1917 ainda se aguardava pela colocação das placas toponímicas.

As várias vereações que se sucederam não esqueceram um dos autores do decreto que aboliu a escravatura em Portugal e grande impulsionador da elevação de Santarém a cidade. As condições económicas do município não eram desafogadas, por isso, procuraram a solução que acarretava menos custos para o município, para imortalizar o nome de Sá da Bandeira na sua cidade. A diligência efetuada foi a atribuição de nomes a este e outros espaços públicos por ser a menos dispendiosa e de fácil resolução.²⁴

Em 1916 procedeu-se, mais uma vez, a várias alterações na toponímia da cidade. Uma delas foi a colocação de uma placa em chapa esmaltada, com o valor de 4\$10 réis, mandada fazer para indicar a entrada do palácio que fora de D. Afonso Henriques no Jardim das Portas do Sol. Por sugestão da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém, a comissão executiva procedeu à substituição dos nomes do Jardim das Portas do Sol por Parque D. Afonso Henriques; a Calçada da Atamarma foi dividida em duas partes, ficando como Calçada de Atamarma apenas entre a Rua Conselheiro Figueiredo Leal e as escadas da Rua do Carmo, e a restante entre estas e o Pinho recebeu o nome de Calçada de Mem Ramires. O Largo da Graça foi substituído pelo nome de Largo Pedro Álvares Cabral. A última proposta²⁵ daquele ano foi direcionada para homenagear o então presidente da câmara, substituindo o nome Largo das Capuchas, atribuído ao largo em frente da igreja daquele convento e das escolas do sexo feminino, pelo de Largo Pedro António Monteiro. A aquisição da nova placa toponímica para esta alteração custou à câmara 96\$50 réis. Fica-nos uma dúvida em relação à data certa da alteração citada já que em maio de 1925 encontramos uma diretriz no sentido de «encarregar o vice-presidente de mandar fazer as lápides “Largo Pedro António Monteiro” para ser colocada no largo antigamente denominado Largo das Capuchas, juntamente com a lápide “Largo Emílio Infante da Câmara” para também ser colocado no largo antigamente denominado Largo de Marecos.»

Em 1915 a Comissão dos Bombeiros do País sugeriu à Câmara Municipal de Santarém que fosse atribuído a uma artéria da cidade o nome de Guilherme Gomes Fernandes, com base na homenagem a prestar aquele grande bombeiro da cidade do Porto. Apesar do pedido ser atendido, e posteriormente ser escolhido um local destinado a esta pretensão, não temos conhecimento de que algo mais se realizasse nesse sentido.

Aquando do falecimento de Manuel de Arriaga, o primeiro presidente da República Portuguesa, grande e honrado republicano, como não podia deixar de ser, esta câmara municipal apenas emitiu um voto de sentimento pela sua morte.

²³ As placas toponímicas custaram 5\$90 escudos, desconhecendo-se qual a quantidade e o tipo de material usado no seu fabrico.

²⁴ O largo de fora da vila foi substituído pelo topónimo Campo de Sá da Bandeira. A colocação de uma lápide na frontaria da casa onde nasceu e a atribuição ao Largo Passos Manuel o nome de Largo Sá da Bandeira. Ficou ainda o desejo de erguer uma estátua àquele distinto militar, a expensas municipais.

²⁵ O vereador Alexandre de Carvalho propôs um voto de louvor pelos relevantes serviços que tinha prestado ao município, salientando os que se referem à conservação da avenida, aos vários subsídios conseguidos do governo e à instrução primária do concelho.

Em analogia com a decisão da Câmara Municipal de Lisboa, em 1918 o Visconde de Faria transmitiu a sua vontade em colocar o nome de D. António Prior do Crato numa das ruas da cidade no sentido desta ser homenageado pelo município. O assunto mereceu a maior consideração atribuindo-se desde logo o topónimo à Rua de S. Lázaro. Pouco dias depois, foi feita uma retificação alertando para o facto de já lhe ter sido conferido numa das vereações transatas o antropónimo Avenida Glagliardini. Pelo que apurámos, e já expusemos anteriormente, este nome não chegou a ser aprovado. Depois de aguardar uma resolução ficou sem efeito a deliberação tomada. Ainda houve mais tentativas, a de substituir os hagiótónimos Rua de S. Lázaro pela data de 31 de janeiro e Largo Espírito Santo pelo Largo de Artilharia 3, ambas sem sucesso. Recordemos que a data de 31 de janeiro já havia sido atribuída em 1911 e que após esta data várias vezes foi referido o nome daquela rua.

No decorrer de 1918, sem explicações ou propostas, a vereação entendeu alterar de travessa para rua, a artéria com o nome de José Paulo.

Em março do ano seguinte, foi aprovada unanimemente a proposta para a colocação da data de 10 de janeiro de 1919 a uma das ruas da cidade, perpetuando assim o movimento revolucionário acontecido nesta cidade, com o grito de alerta contra a insurreição monárquica. Mais uma vez, não voltamos a encontrar qualquer registo sobre esta aprovação.

Encontrava-se em construção a Avenida da Rafôa, no decorrer do ano de 1921 para a qual foi aprovado substituir-lhe o nome pelo do Coronel António Maria Batista.

Passados pouco mais de três meses após a morte, ocorrida em julho de 1923, Guerra Junqueiro, político, diplomata, jornalista e poeta, profissão a que estava associado, foi proposta a atribuição do seu nome para qualquer uma das artérias, pelo delegado das juntas de freguesia desta cidade, mas não foi aceite. Desconhecemos qual o motivo desta decisão. Sabemos no entanto que não teve qualquer tipo de ligação a esta cidade.

No ano seguinte foi feita uma sugestão para complementar a placa com o antropónimo da Rua Braamcamp Freire com «eminente historiador e amigo de Santarém», mas não foi aceite.

Poucas vezes citamos nomes de sumidades, atribuídos em Santarém, cujos nomes estão espalhados por todo o país. Congratulou-se esta câmara com o feito dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral enviando-lhes um telegrama de saudação pela feliz viagem aérea que fizeram atribuindo, desde logo, os seus nomes a uma avenida que deixou de ser de Santa Clara para ter o nome daqueles dois aviadores.

Também como forma de homenagem, a comissão executiva após ter conhecimento do falecimento de Emílio Infante da Câmara²⁶, decidiu deixar registado um voto de sentimento e atribuir o seu nome a um dos largos desta cidade. A lápide com epitáfio «Largo Emílio Infante da Câmara» só viria a ser concluída e colocada em 1925, no espaço ainda designado por Largo de Marecos.

Ainda nesse ano, a autarquia tomou conhecimento que tinha falecido em Faro o senhor Doutor Ernesto Adolfo Teixeira Guedes, professor do liceu desta cidade, e presidente da Câmara Municipal de Santarém entre 30 de novembro de 1908 e 4 de outubro de 1910, período no qual a sua prestação de serviços foi considerada

²⁶ Possuía uma quinta em Vale de Figueira onde se criavam os melhores touros enviar para as praças. Era uma figura muito conhecida devido à sua famosa ganadaria. Faleceu em 1923.

relevante. Promoveu a efetivação de melhoramentos nesta esta cidade, entre os quais está a obra de vulto do seguimento da Rua Guilherme de Azevedo desde a Rua de S. Nicolau ao Campo Sá da Bandeira, incontestavelmente uma das melhores e mais belas artérias da cidade de Santarém naquela época. Apesar de se ter deparado com imensas contrariedades para esse efeito arrostado, conseguiu vencer. Em nome da cidade, a câmara entendeu prestar-lhe homenagem, aprovando um voto de profundo sentimento pela perda de tão ilustre cidadão e atribuir o seu nome aquele troço da via.

Durante os anos vinte, com o aproximar do fim da 1.^a República, constatámos que a câmara municipal continuava a atender alguns pedidos ou a dar sugestões para que a memória daqueles que estavam ligados a esta terra fosse perpetuada, pois não julgava bastante só os epitáfios junto das suas sepulturas ou jazigos, onde só os mais próximos costumam aceder com alguma regularidade. Era necessário colocá-los em locais públicos para que diariamente esses cidadãos fossem recordados, independentemente do tipo de obra que deixaram feita.

Depois de compulsar fontes que serviram de base para elaborar este texto podemos chegar a várias conclusões em termos históricos e estatísticos. Assim sendo, os períodos pré e pós-republicano apresentam-nos os seguintes dados: Contabilizámos cerca de 40 alterações toponímicas durante aproximadamente quatro décadas, imperando os antropónimos, com especial incidência para nomes atribuídos em homenagem a conterrâneos ou aqueles que, por motivos diversos, estabeleceram fortes ligações com Santarém. Através desses nomes podemos afirmar que estão em maioria os de pessoas que ocuparam cargos políticos, como por exemplo, Passos Manuel, Pedro Canavarro, Mendes Pedroso, Figueiredo Leal, Teixeira Guedes, António dos Santos, Alexandre Herculano; seguidos por militares, Conde do Alto Mearim, Visconde da Serra do Pilar ou Tenente Valadim. Em detrimento destes perderam-se muitos dos hagiotoponímicos existentes, ou não tivesse sido esta vila terra de igrejas e conventos.

Estranhámos que nomes de portugueses e estrangeiros que enalteceram esta terra, não só no país mas também além-fronteiras, não tenham sido louvados através desta forma de tributo. Recordemos alguns dos nomes, a título de exemplo: Conde de Valbom,²⁷ Fernão Telles de Menezes,²⁸ ou Zeferino Brandão.²⁹ Só com o Estado Novo e a Democracia, alguns dos nomes passaram a fazer parte da memória, registada na toponímia de Santarém.

Os nomes de pessoas ligadas à vida política, sobretudo nacional, prevalecem sobre os restantes. Não foi apontada qualquer atribuição para os subgrupos dos fitotopónimos, zootopónimos e hidrotopónimos. O mesmo aconteceu com a arqueotoponímia e geotoponímia, aqui sim com atribuições que poderiam ter cabimento nestas duas últimas classificações.

Da curta história efetuada sobre a toponímia, podemos afirmar que as alterações ocorridas nesta cidade não divergiram muito daquilo que se passou noutras terras portuguesas. Verificamos que o essencial, ou seja, quase tudo o que evocava a monarquia foi retirado, tal como o que estava relacionado com a igreja. Este facto

²⁷ Título atribuído a Joaquim Tomás Lobo d'Ávila que nasceu em Santarém em 1819, no seio de uma família com tradição nesta terra. Faleceu em Lisboa em 1902. Político, militar e engenheiro, publicou uma obra importante relacionada com questões ferroviárias.

²⁸ Governador da Índia no Séc. XVI, nascido em Santarém.

²⁹ Faleceu em Lisboa a 2 de julho de 1910. Viveu em Santarém durante muitos anos onde foi oficial de Artilharia 3 e onde escreveu uma das obras mais conhecidas da história desta cidade que mereceu grande aceitação pública: *Monumentos e Lendas de Santarém*. Foi um trabalho muito considerado pela sua conscienciosa investigação histórica e arqueológica

é denotado devido ao número de substituições consumadas ou de tentativas para as realizar, as quais já tivemos oportunidade de deixar registado. São frequentes as pesquisas efetuadas para perceber a origem de muitos nomes que hoje estão atribuídos, por isso é uma linha de investigação que tem um caminho longo a percorrer e onde ainda existe muito para explorar, sobretudo na história oral e local. A importância da toponímia está bem definida numa frase de Jacques le Goff quando afirma que «A memória, onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro»³⁰, citada por João Medina em 1993 nas primeiras Jornadas de História Local e Regional.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. *Nova Enciclopédia Larousse*, Vol. XXI, Círculo de Leitores, s/l, 1999.
- Biblos* (2010), VIII, 2.ª série, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra
- BRAZ, José Campos (2000), *Raízes e Memórias*, s/e, Santarém.
- BRIGOLA, João Carlos (1989), “O Padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869) nas origens do Movimento Operário de Santarém”, *Cadernos Culturais*, 2, Santarém, Câmara Municipal de Santarém.
- MACHADO, José Pedro (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5.º V, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- MEDINA, João (1993), “A Toponímia – Local de Memória”, *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, Lisboa, Colibri.
- Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia (2009), *II Jornadas de Toponímia do Sul*, Município de Albufeira.
- PARTILLO, Lorenzo (DIR.) (S/D), *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, 17, Alfragide, Edição e Promoção do Livro, Lda.
- TRINDADE, António, Teresa Pereira (coord.) (1994), *I Jornadas sobre Toponímia de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

FONTES IMPRESSAS

- Código Administrativo Aprovado Por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878* (1878), 2.ª ed., Coimbra, Livraria de José Diogo Pires.
- Código Administrativo Português por Decreto de 17 de Julho de 1886* (1892), 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Correio da Extremadura*, 22 de abril de 1893.

FONTES MANUSCRITAS

- Livros de Actas da Câmara Municipal de Santarém*, Acessível no Arquivo Municipal de Santarém, Santarém.
- VERÍSIMO Laurentino, *Assuntos de Santarém*, 10 [manuscrito]. 1927. Acessível no Arquivo Municipal de Santarém, Santarém.
- VERÍSIMO, Laurentino, *Caderno de Apontamentos. Factos Notáveis*, 6 [manuscrito]. 1922. Acessível no Arquivo Municipal de Santarém, Santarém.

³⁰ João Medina, «A Toponímia – Local de Memória», *Memórias de História Local e Regional*, Lisboa, 1993, p. 43.

Arte pública e comemoração nos espaços públicos de Lisboa: Modalidades de encomenda entre a Primeira República e o Estado Novo (1910-1970)

[Helena Elias](#)

Introdução

Neste artigo procura-se enquadrar os momentos principais que formataram as modalidades de encomenda de arte pública entre a Primeira República e o Estado Novo, apontando os intervenientes, procedimentos e cerimónias associadas bem como os objectos de tributo.

Começaremos por abordar as iniciativas, promotores e rituais associados aos projectos de monumentos, para depois nos centrarmos na polémica instalada sobre as modalidades de encomenda existentes, e por fim, apresentarmos os factos que levaram à configuração do modelo de encomenda de iniciativa estatal, vigente durante o Estado Novo - sem alteração até ao fim da década de 60 do século XX¹.

Focaremos em particular, o período da ditadura militar, em que as opiniões penderam para a restrição às encomendas de monumentos, homenageados e seus promotores, prognosticando o efeito do fenómeno da *Estatuomania*, que tinha ocorrido já em Paris². Embora caracterizado como um momento em que nos espaços públicos se confrontavam várias modalidades de encomenda e seus promotores, foi também um período em que se configurou progressivamente um modelo único de encomenda, que entrou em vigor durante o Estado Novo. Esta nova modalidade estabelece-se em marcada oposição aos modelos vigentes durante a Primeira República e ditadura militar. Embora dando continuidade à pedagogia do exemplo dos grandes feitos nacionais e homens esculpidos nos espaços públicos, o novo regime político veio alterar as modalidades de encomenda, respectivos promotores e entidades envolvidas bem como as figuras a designar como objecto do tributo. Em Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério das Obras Públicas vieram a ser os principais intervenientes, dotando-se de uma verba anual no seu orçamento, facto que lhes permitiu dispor de sistemas próprios de encomenda de arte pública, com actividade regular até à década de 1960³.

¹ O modelo continua regular até ao final dos anos sessenta, altura em que algumas encomendas já não eram seguidas por todos os organismos competentes. Ver: Helena Elias e Inês Marques (2012), *The latest public art commissions by the New State (1965-1985)*, OntheWaterfronts, pp.5-29. Ver: http://www.ub.edu/escult/Water/w-23/onthewaterfront_23.pdf

² A banalização deste género de consagração em França, que se estendeu do século XIX até o século XX, especialmente no período associado à consolidação dos republicanos no poder, recebeu o nome de Statuomanie. Ver: Maurice Agulhon (1978) *La "statuomanie" et l'histoire*, *Ethnologie Française anc Arts et Traditions Populaires Paris*, vol. 8, n.º2-3, pp. 145-172.

³ Helena Elias (2007), *Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Barcelona, Faculdade de Belas Artes, Departamento de Escultura. Ver: <http://hdl.handle.net/2445/35438>

Encomendas de monumentos e práticas comemorativas associadas

Durante a Monarquia Constitucional, Primeira República e ditadura militar, os eventos comemorativos eram concebidos como ocasiões pedagógicas e cívicas para educar os cidadãos no conhecimento de figuras e feitos relevantes⁴, reforçando também a representação de determinados grupos sociais e seus poderes nos espaços públicos. A Primeira República Portuguesa deu valor às festas cívicas, procurando seguir a tradição europeia oitocentista do culto regular dos “grandes homens” e dos grandes acontecimentos. O desejo de preservar na memória personalidades relevantes ou feitos históricos mobilizou não só organismos oficiais como grupos de cidadãos organizados em comissões que empreendiam esforços na construção de monumentos. Esta prática comemorativa e a sua modalidade de encomenda mantiveram-se ainda vivas até ao fim da ditadura militar, conjuntura que se manifestou-se pela existência de encomendas de monumentos conduzidas por diversos promotores movidos por diferentes sensibilidades políticas, que competiam por fazer-se representar nos espaços públicos da capital⁵. Embora os monumentos programados e em execução fossem mais do que os concretizados, estas eram ocasiões públicas oportunas para divulgar a vida e a obra das figuras homenageadas. A estatuária e o busto eram as tipologias de intervenção mais acessíveis às comissões promotoras, que quase sempre pretendiam homenagear uma figura histórica, política ou cultural.



Imagem 1. Cerimónia de lançamento das primeiras pedras.

a e b) monumento a José António da Silva, o Judeu, na Avenida 5 de Outubro (1913)

c) primeira pedra do monumento a Antero de Quental no jardim da Estrela (1926).

Fonte: AML, AF. JBN000812 (a); JN000500 (b); EFC001561 (c)

Os projectos dos monumentos eram divulgados através de uma cerimónia no local de implantação, envolvendo a apresentação das maquetes e colocação das pedras inaugurais (ver imagem 1). O lançamento da primeira pedra estava inscrito num protocolo mais amplo de encomenda que não se centrava somente na feitura e inauguração de um monumento. Dependendo da dimensão da homenagem⁶, esta prática comemorativa poderia comportar diversas formas de divulgação do projecto e de angariação de fundos, como programas e regulamentos, opúsculos sobre o objecto da comemoração, edições de livros associadas à homenagem, cerimónias públicas para divulgação da maquete, lançamento de eventos que promoviam a recolha de fundos para a subscrição pública, e por fim a divulgação da conclusão do monumento e o convite feito à população

⁴ Ver Isabel João (2002), *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 90-95.

⁵ Monumentos dedicados aos presidentes António José de Almeida ou Teófilo Braga estavam em execução.

⁶ A dimensão da homenagem e a escala do monumento estava dependente muitas das vezes da soma angariada através da subscrição pública, como era a justificação dada pela Comissão do monumento a Teófilo Braga. Ver: *Contas da Comissão Teófilo Braga*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cia, 1927, p. 4.

para a inauguração. Homenagens a Teófilo Braga ou António José de Almeida foram acompanhados por iniciativas deste género. A homenagem a Teófilo Braga, organizada por uma comissão de amigos e admiradores, homologada pelo Estado em 1924, previa a tumulização definitiva dos restos mortais de Teófilo Braga, bem como a organização de um livro in memoriam, com depoimentos literários e iconográficos do autor, que contribuisse para estudos futuros sobre esta individualidade⁷. Mais tarde, as notícias publicadas nos jornais pedindo a angariação de fundos para o custeio de um monumento originaram um aumento significativo da subscrição pública permitindo assim a encomenda de materiais para esculpir um busto, que fora encomendado a Teixeira Lopes (imagem 2).



Imagem 2. Monumento a Teófilo Braga, instalado no jardim da Estrela

Fonte: revista *ABC*, 1927

Para a execução do pedestal foi aberto um concurso público, tendo a maquete do monumento sido exposta publicamente durante o tempo estipulado para a recolha de propostas. Com os trabalhos concluídos, a Comissão divulgou nos jornais a data de 16 Outubro de 1927 para a inauguração do monumento no Jardim da Estrela, fazendo um convite à população⁸. Durante a cerimónia de inauguração foi distribuído um opusculo, intitulado *Quem é Teófilo Braga*, com contributos de vários autores⁹.

⁷ *Diário do Governo*, n.º 276, II série, 24 de Novembro de 1924.

⁸ *Diário de Notícias* e *O século* de 25 de Setembro de 1927, e mais tarde, a 13 de Outubro, a notícia estende-se a todos os jornais.

⁹ *Monumento ao Doutor Teófilo Braga, apontamentos para a sua História. Contas da Comissão Teófilo Braga*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cia, 1927, p. 15.

Em 1928, uma comissão organizada pelo Ginásio Clube Português, a fim de construir o monumento a Luís da Costa Monteiro¹⁰, solicitou à CML a cedência de terreno na Avenida da Liberdade e custeio das suas fundações. A proposta da respectiva comissão foi apresentada à Comissão Administrativa da CML, que a aprovou. O Conselho de Arte e de Arquitectura foi encarregue de examinar a maquete e a proposta do escultor. O mesmo Conselho foi incumbido de estudar a localização do monumento na Avenida da Liberdade. O projecto foi aprovado e levado à presença da Comissão do Ginásio Clube Português, que também concordou¹¹. O monumento, realizado em bronze, por Anjos Teixeira, representava um rapaz de calções, envergando um disco com o relevo do benfeitor¹² (ver imagem 3). Foi inaugurado em 15 de Maio de 1932, na Av. da Liberdade, em frente da Rua Manuel Jesus Coelho¹³.



Imagem 3. Monumento a António Luís Monteiro, Av. da Liberdade

Fonte: AML, AF. FEC00145

O projecto do monumento a António José de Almeida partiu também de uma iniciativa particular, mas teve um percurso mais extenso, tendo sido inaugurado já durante o Estado Novo.

A ideia da homenagem ao antigo Presidente da República surgiu depois da sua morte, onde vários partidários da causa republicana, simpatizantes ou amigos, se juntaram para formar uma Comissão. Bastante

¹⁰ Luís da Costa Monteiro foi o iniciador da prática da educação física em Portugal.

¹¹ Ver Helena Elias (2007), *Op cit.* O projecto concluído foi depois enviado pelo vice-presidente da Comissão Administrativa, ao Presidente do Ginásio Clube Português, para aprovação definitiva.

¹² AML-AC – processos da Secretaria-geral, 1ª repartição, proc.10480, 21 de Outubro de 1928, carta do escultor Anjos Teixeira com a descrição da Maquete.

¹³ *Diário de Notícias*, 15 de Maio de 1932.

crítico em relação ao papel dos organismos oficiais nestas iniciativas, o presidente da comissão executiva do monumento achava o Estado «incapaz pelo seu carácter pessoal e abstracto de participar dos motivos sentimentais e emocionais que hão - de, necessariamente, inspirar-se consagrações deste género, que por isso mesmo surgem no momento de grande comoção».

Foram sugeridos vários locais como a Praça do Chile ou a Praça José Fontana. Entretanto, a comissão recebeu a oferta da cedência gratuita do terreno para construção do monumento, no cruzamento da Av. da República e Miguel Bombarda¹⁴. A primeira pedra foi lançada no local designado ficando estabelecido que na próxima sessão camarária seriam dadas a conhecer as bases do concurso público. A cerimónia de lançamento da primeira pedra foi noticiada nos jornais tendo a comissão executiva feito um apelo à população da capital para participar no evento¹⁵. Acompanhando as notícias sobre o avanço da homenagem, era publicada a lista de subscritores e o anúncio de venda de livros sobre a história de Portugal, com o objectivo de aumentar o valor resultante da subscrição pública.

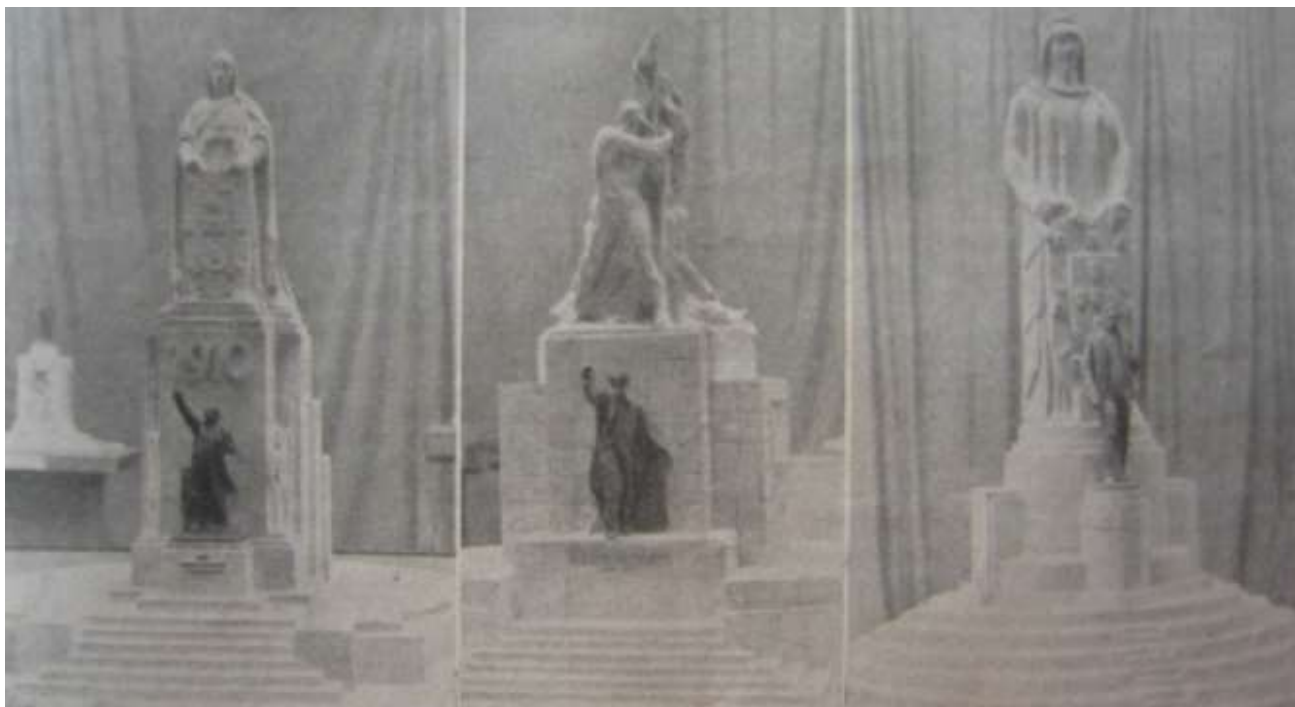


Imagem 4. Monumento em homenagem a António José de Almeida

Trabalhos seleccionados: Simões de Almeida – Tertúliano Marques; Diogo Macedo – Álvaro Varela; Leopoldo de Almeida – Pardal Monteiro.

A Comissão encarregue resolveu abrir concurso público entre artistas portugueses solicitando ao Conselho de Arte e de Arquitectura da CML a colaboração na organização e formação do júri do concurso¹⁶. O concurso público foi lançado a 2 de Dezembro de 1933 tendo sido apresentados 23 projectos. Foram seleccionados três trabalhos: Diogo Macedo – Álvaro Varela, Simões de Almeida – Tertuliano Marques, e Leopoldo de Almeida – Pardal Monteiro. O trabalho de Leopoldo de Almeida e Pardal Monteiro foi o escolhido

¹⁴ Boletim da CML, Sessão da Comissão Administrativa, realizada a 6 de Novembro de 1930, p.8.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 29 e 30 de Janeiro de 1932.

¹⁶ AML-AC, Secretaria, processo 190/32 “Diversos”, datado de 17 de Fevereiro de 1932, e dirigido ao Conselho de Arte e de Arquitectura, para nomeação de um delegado do município no júri do concurso.

para a homenagem (imagem 4). A maquete exibia uma nova proposta estética, representando a figura da República de forma hierática, contrariando as figuras dinâmicas, que caracterizavam o gosto republicano em matéria de monumentos¹⁷.

O monumento foi inaugurado em 31 de Dezembro de 1937. No entanto, o monumento acabou por não ser implantado na Avenida da República mas sim numa praça periférica a esta artéria. Pouco entusiasmada com o resultado do concurso, a Comissão, conformando-se com a opinião dos Vogais técnicos do júri, para a classificação das maquetas a quem recorreu, resolveu, em sua sessão de 25 de Abril último, solicitar de preferência, para substituição do local já escolhido na Av. da República, a praça situada entre o Instituto Superior Técnico e o Bairro Social do Arco Cego.

O prognóstico da Estatuomania e a necessidade de uma arte pública nacional

Outros projectos que estavam em curso, como eram o caso do monumento a Vasco da Gama, Camilo Castelo Branco, ou José António da Silva, o Judeu, proposto pela Junta Liberal, continuavam ainda por serem implantados. Com o tempo, a vontade, por parte de diversas entidades, em prestar homenagem nos espaços públicos da cidade às memórias dos seus heróis e benfeitores nacionais, saldou-se numa série de espaços reservados para instalação de monumentos ainda por concluir. Com efeito, entre 1925 e 1930, encontravam-se vários monumentos em execução na capital, porém ainda entaipados ou apenas assinalados no local¹⁸.

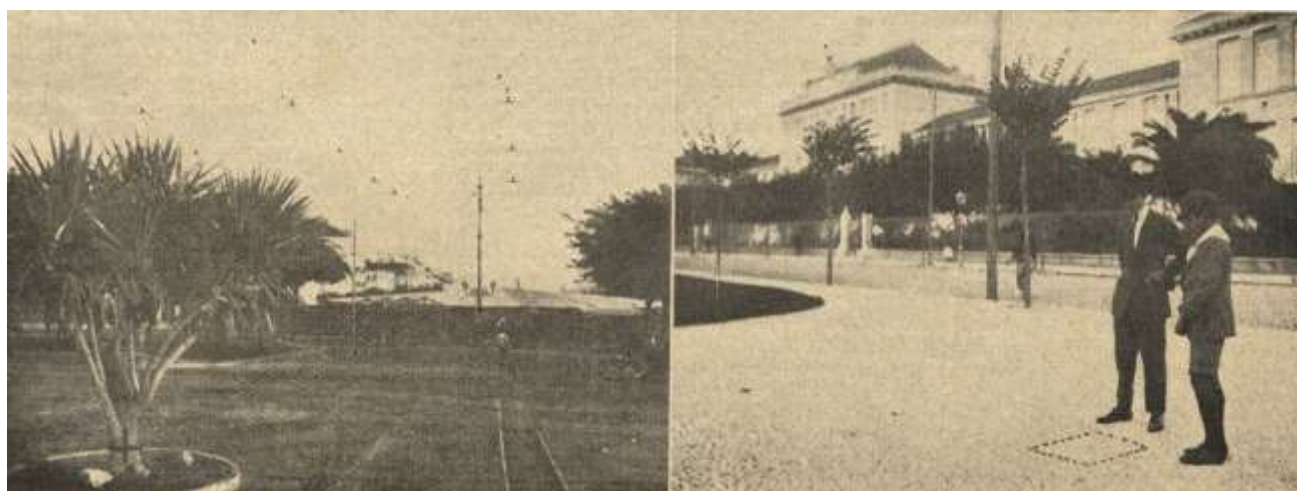


Imagem 5. Local assinalado para o monumento a José Fontana e ainda um monumento desconhecido

Segundo a revista *ABC*, 1925.

¹⁷ Segundo alguns autores da época, era necessário criar antídotos aos «barroquismos românticos», à «retórica torpe da escultura declamatória», ao «mundo de fantoches» e às formas-chapa de catálogo» que caracterizavam as realizações escultóricas anteriormente colocadas nos espaços públicos. Ver: Helena Elias (2007), *Op. cit.* p.59.

¹⁸ Actas das Sessões da CML dão conta de diversos monumentos ainda por concluir.

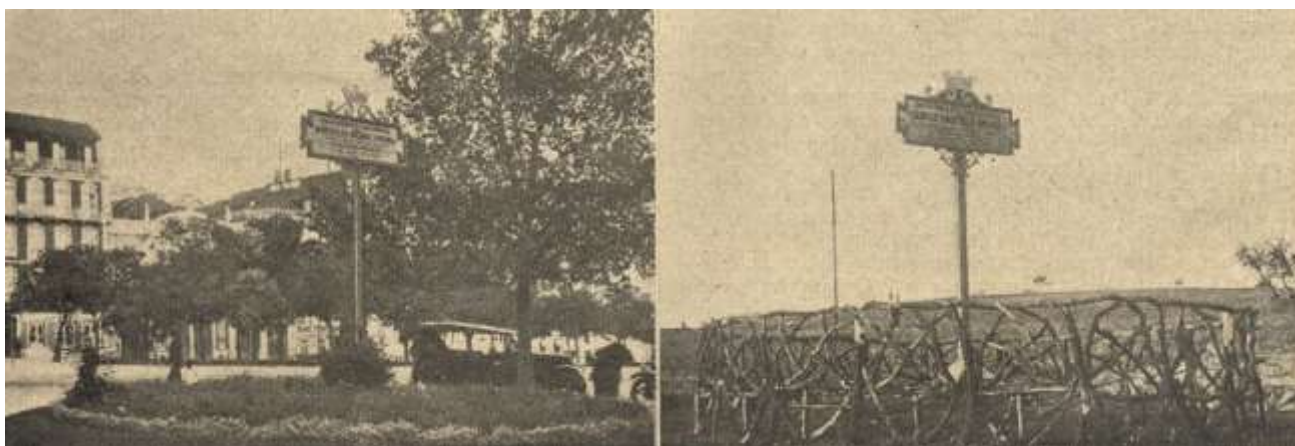


Imagem 6. Locais assinalados para os Monumentos aos Mortos da Grande Guerra e a Camilo Castelo Branco

Fonte: revista *ABC*

Em 1929, um roteiro turístico da cidade de Lisboa dava significado a esta prática comemorativa, nomeando um considerável número de locais distinguidos por monumentos e estátuas ainda em construção, sinalizados através das suas pedras fundamentais (imagens 5 e 6). Era também costume a CML assinalar os locais com uma placa informativa contendo o nome da figura escolhida, data de nascimento e morte e motivo da homenagem (imagem 7).

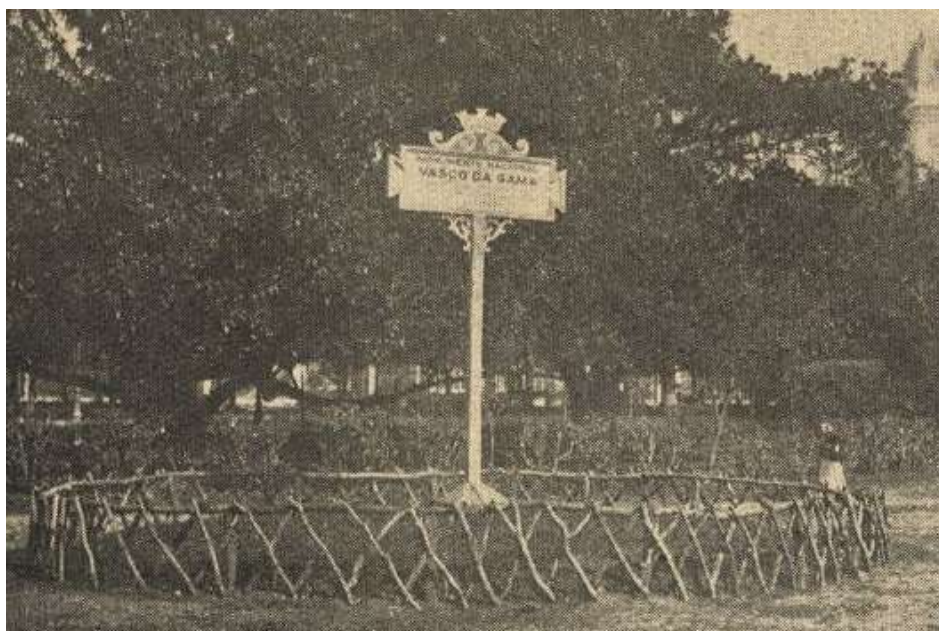


Imagem 7. Placa camarária com informação sobre o monumento a Vasco da Gama (em execução)

Fonte: revista *ABC*

Estes procedimentos, inscritos na prática comemorativa republicana, simbolizavam o compromisso estabelecido entre entidades estatais, particulares ou colectivas envolvidas na encomenda. No entanto, estas homenagens não se encontravam isentas de polémica. O assunto foi até discutido nas sessões municipais, tendo a vereação sugerido pedir às entidades encarregues da erecção de monumentos que concluíssem os seus trabalhos por forma a abolir o carácter provisório e o «péssimo aspecto» de alguns dos locais reservados¹⁹.

¹⁹ Assunto levantado por Alfredo Guisado na Sessão de 18 de Fevereiro de 1926, p. 101.

As modalidades de encomenda e procedimentos associados foram então criticados na imprensa da época²⁰ e comparados ao fenómeno da *estatuomania* ocorrido em Paris, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX. Contra o fenómeno, que se dizia poder ameaçar os espaços da capital, reclamava-se a emergência de uma «Arte Pública Nacional»²¹. A arte pública deveria surgir com um estilo renovado e que contrariasse o regime de encomendas ainda vigente. Em sintonia, uma outra publicação intitulada «Uma cidade de monumentos...em Projecto»²² mostrava imagens dos locais lisboetas onde se encontravam as pedras fundamentais, criticando também as mudanças sucessivas de local de algumas pedras por falta de consenso encontrado, entre as entidades envolvidas nas referidas homenagens, sobre a localização dos monumentos em construção. Outra notícia, mais consensual, apontava que apesar das disparidades de escala dos monumentos existentes em Lisboa, a cidade contava já com exemplares dignos de referência²³.

As vozes que se levantavam na imprensa da época teciam um prognóstico pouco favorável à manutenção destas modalidades de encomenda e prática comemorativa associada. Com efeito, a viragem político-administrativa camarária, encetada a partir de 1933 com a institucionalização do Estado Novo, representou uma série de transformações municipais com impacto nas encomendas de arte pública para a cidade. Num primeiro momento, as comissões administrativas municipais pretenderam travar a pretensa *estatuomania*, que se prognosticava nos espaços públicos da capital. Num segundo momento, a presidência camarária tratou de viabilizar sistemas de arte pública²⁴, apenas assentes na iniciativa do Estado, regulados por entidades consultivas reunidas para o efeito.

Modalidades de encomenda. das comissões promotoras à iniciativa estatal

Até 1934, as propostas de arte pública eram formalizadas por organismos do estado ou entidades particulares ou colectivas. As encomendas municipais poderiam partir do convite feito ao artista, com a celebração posterior de um contrato, ou então por concurso, produzindo-se para o efeito um programa e respectivo regulamento. Em ambos os casos, a Comissão de Estética²⁵ e o Conselho de Arte e de Arquitectura, asseguravam o acompanhamento dos trabalhos até serem concluídos, terminando com a inauguração da obra no local. O local de implantação dos monumentos era também sugerido por estes órgãos consultivos. Igualmente eram estes organismos faziam a indicação para a aquisição de alguns elementos quando se deslocavam aos ateliers dos escultores ou aos salões de exposições de arte. No caso das encomendas extramunicipais, grupos de admiradores organizavam-se numa comissão promotora, que poderia contar com organismos do estado ou apenas particulares. Nestes casos era hábito a CML colaborar na cedência do terreno para implantação de monumentos e custeio das obras acessórias, como era a instalação das bases dos monumentos.

²⁰ Helena Elias (2007) A CML e a Estatuomania, *Op. cit* p. 59

²¹ «Arte Pública Nacional» era um termo utilizado por Paulino Montez para designar o exemplo de encomendas glorificando apenas determinados heróis nacionais, que no futuro, os governos deveriam promover nos espaços públicos. Ver Helena Elias (2012) *Sistemas de Arte Pública do Estado Novo*, Actas das Conferencias Arte e Sociedade, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa.

²² ABC, 26 de Julho de 1925

²³ ABC, «As Estátuas não se medem aos palmos».

²⁴ Helena Elias (2007), O conceito de *sistema de encomenda de arte pública* é entendido como o conjunto de procedimentos provenientes das entidades que regulam as encomendas e asseguram a sua concretização nos espaços públicos da cidade.

²⁵ Esta Comissão manifestou a sua actividade durante a Primeira República. O Conselho de Arte e de Arquitectura esteve, durante o período da ditadura militar, incumbido das mesmas funções, até o Conselho de Estética Cidadina se ocupar dos mesmos assuntos (1936).

No ano de 1934, o município enunciou um conjunto de regras destinadas a gerir as futuras encomendas de arte pública. A deliberação aprovada concentrava as iniciativas nos poderes do Estado, obrigando a que o levantamento de monumentos se fizesse por disposição de lei e com consulta e aprovação de vários organismos do Estado. Uma outra alínea do texto dizia respeito à selecção dos que seriam objecto dos futuros tributos - que as figuras a homenagear não poderiam ter falecido há menos de 50 anos. Desta forma era desincentivada a formação de propostas particulares visando homenagear figuras mais recentes da história nacional, como era o exemplo da comissão do monumento ao presidente António José de Almeida. Na época, o assunto chegou a ser mencionado, com sentido de humor, nos desenhos de Francisco Valença publicados no jornal *Sempre Fixe* (imagem 8).

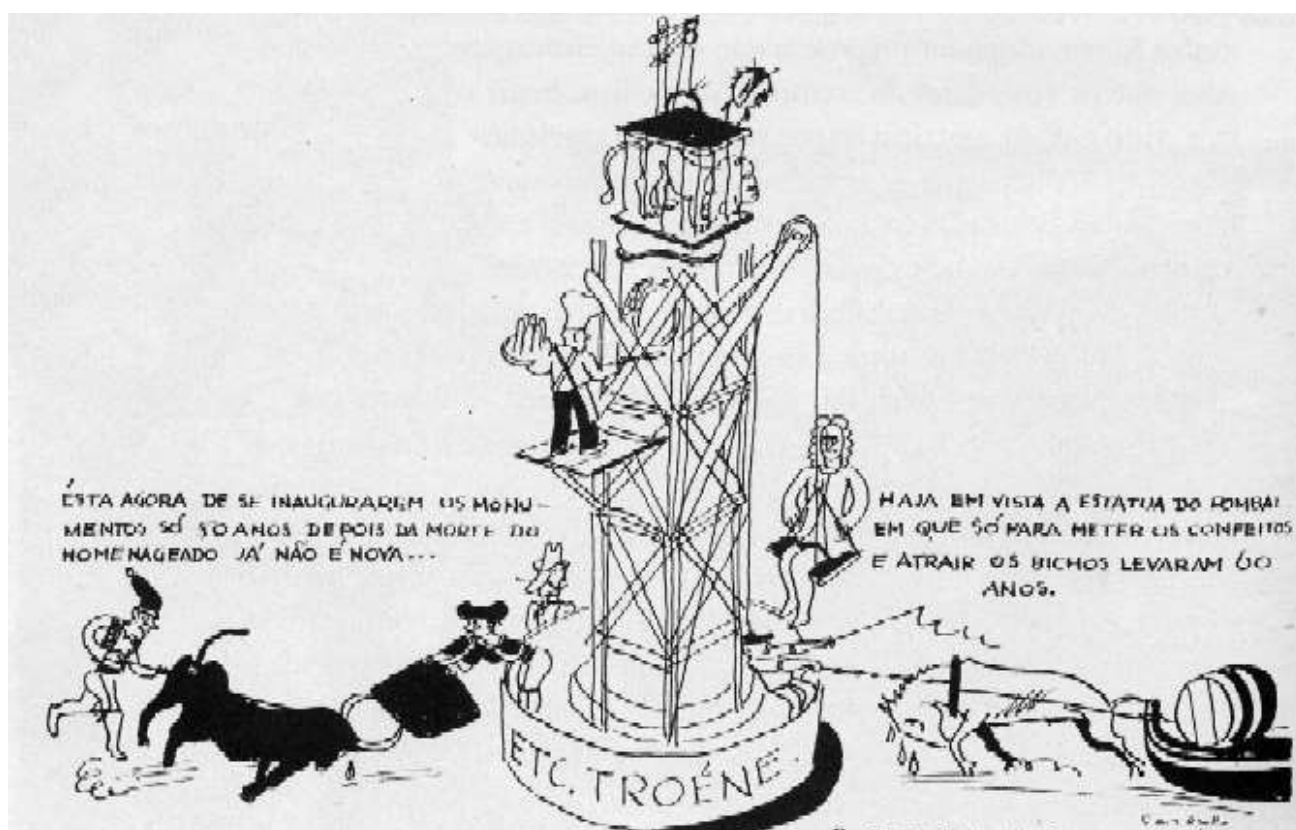


Imagem 8. Um dos desenhos de Francisco Valença faz menção à deliberação camarária de homenagear as individualidades falecidas há mais de 50 anos

Fonte: *O Sempre Fixe*, 4 de Outubro de 1934.

Foi entre 1936 e 1943 que a justificação para a falta de critérios que caracterizavam a concepção, localização dos monumentos já instalados ou em curso, moveu as autoridades em defesa da formatação de procedimentos que centralizassem a encomenda nos organismos estatais. Depois da deliberação municipal tomada em 1934, não foram participadas ou discutidas, em acta municipal, novas encomendas de entidades particulares. Também os monumentos em curso e alguns já instalados foram alvo de críticas por parte do Conselho de Arte e de Arquitectura, que no ano de 1936, emitiu diversos pareceres desfavoráveis à localização de monumentos ainda em execução ou já implantados. Trabalhos em curso ficaram assim comprometidos como

foi o caso do monumento a Camilo Castelo-Branco²⁶. Também a crítica aos monumentos já instalados, foi tida em linha de conta. Depois de 1938, a pretexto de vários trabalhos de urbanização, foram retirados da via pública, pelo município, diversos elementos como foi o monumento a José Luís Monteiro ou José Estevão²⁷. O ano de 1938 assinalou ainda o início dos preparativos para o festejo dos Centenários da Nacionalidade, impulsionado pelo governo. Neste âmbito, os órgãos administrativos, desenhados com uma nova orgânica, foram encarregues das obras públicas em Lisboa e noutras cidades do País. E foi neste contexto que emergiu um novo tipo de modalidade de encomenda dirigida por organismos da administração local ou central²⁸. Em Lisboa, caso se tratassem de monumentos a individualidades cuja homenagem não exigisse uma dimensão nacional, ficava o município encarregue da encomenda, que era acompanhada pela Comissão Municipal de Arte e de Arqueologia (imagem 9). Este organismo estava incumbido de emitir pareceres sobre os assuntos relacionados com a erecção de monumentos na cidade²⁹. No caso de se tratar de uma figura histórica (imagem 10), a encomenda era da iniciativa do Ministério das Obras Públicas, tendo a Junta Nacional da Educação como um dos organismos consultivos. Com estes novos procedimentos monumentos cessaram as iniciativas particulares com angariação de fundos através de subscrição pública. No caso excepcional do monumento aos heróis da ocupação ultramarina, impulsionado pela Sociedade Histórica da Independência e participada por várias entidades estatais, a angariação de fundos tinha o nome de subscrição nacional³⁰.



Imagem 9. Monumento Municipal. Estátua a Feliciano de Castilho, Av. da Liberdade.

²⁶ A Comissão promotora do monumento procurou efectuar diligências de modo a obter o consenso sobre uma localização definitiva mesmo depois da conclusão do monumento, até que em 1942 as autoridades municipais ofertaram o monumento à cidade de Ponta Delgada.

²⁷ A estátua era alusiva a um dos representantes do Liberalismo. Segundo Magda Pinheiro, o regime do Estado Novo removeu o monumento talvez por recordar a liberdade de expressão Ver Magda Pinheiro (2000), *O Liberalismo nos Espaços Públicos: A memória das Revoluções liberais através dos monumentos que a celebram*. Oeiras, Celta Editora.

²⁸ Alguns projectos de monumentos a executar englobavam comissões em que estavam representadas diversas academias como a academia de Belas Artes ou de História, ou a Sociedade Histórica para a Independência.

²⁹ Surgem nos processos privativos da CML, referências a propostas particulares, de homenagem a uma individualidade e um projecto de um monumento dedicado aos anónimos. Ambas as propostas foram rejeitadas. Ver Helena Elias (2007), *Uma nova ordem para os espaços públicos da capital*, *Op. cit.*, pp. 61-72.

³⁰ Entre outros, o MOP e Ministério do Ultramar.



Imagem 10. Estatuária produzida pelo MOP – Modelos das Estátuas dos Descobridores, projecto para Frente ribeirinha de Belém.

Considerações finais

Durante a Primeira República e ditadura militar existiram duas modalidades de encomenda de monumentos:

- Encomendas envolvendo o Estado, na maioria propostas municipais, acompanhadas através das comissões de estética ou órgãos equivalentes.
- Encomendas dirigidas por entidades particulares ou grupos de admiradores, com a colaboração Primeira Republicada CML em obras acessórias.

Os projectos de monumentos seguiam determinados rituais que eram praticados nos espaços públicos, como era a apresentação da maquete, lançamento da primeira pedra do e inauguração do monumento. Imbuídos da pedagogia do exemplo, estes eventos permitiam a promoção do conhecimento público sobre o acontecimento ou figura homenageada. Através da imprensa eram divulgadas outras actividades ligadas ao objecto de tributo. Em alguns casos, as comissões executivas publicavam diverso material cultural associado à causa, que revertia em favor da subscrição aberta para a construção do monumento. Muitas das vezes a implantação do monumento não era levada a cabo de imediato pois a angariação de fundos ainda não era suficiente para terminar os trabalhos. Assim, os objectos de tributo eram primeiramente lembrados nos espaços públicos pelas suas pedras fundamentais, o que com o tempo, originou em Lisboa, uma polémica sobre o levantamento de monumentos e critérios seguidos para a sua localização, prognosticando-se que fenómeno da *estátuomania* iria alastrar-se nos espaços da capital.

Depois da renovação municipal (1933) e mais concretamente, a partir de 1934, o regime do Estado Novo procurou desincentivar as propostas de levantamento de monumentos em Lisboa. Substituíram-se as práticas administrativas que facilitavam as condições de aceitação de monumentos geridos por particulares. Abrindo caminho ao estabelecimento de uma nova ordem institucional, a actuação do município pode ser resumida da seguinte forma:

A apresentação de medidas que travassem a aceitação de propostas de proveniências diversas, materializada na deliberação municipal de 1934, que previa o alargamento do poder decisório a outros organismos do Estado. A imposição de limitações às homenagens prestadas para o levantamento de monumentos na cidade era outra medida com impacto nos espaços públicos. Em concreto, a proibição de levantar monumentos a personalidades falecidas, havendo menos de 50 anos decorridos após a sua morte. Esta medida impediria a representação de determinadas individualidades incompatíveis com o regime político do Estado Novo.

No ano de 1936, o município pronunciou-se desfavoravelmente sobre a localização de monumentos de iniciativa camarária e particular em execução. Mais tarde, seguindo também a pedagogia do exemplo, foram retirados diversos elementos de arte pública – sendo que o acto de deslocar um elemento mostrava o exemplo do que não devia ser colocado em determinados espaços públicos e logo, do que não deveria ser celebrado.

Os novos procedimentos em vigor desincentivaram também o desenvolvimento de novas propostas extra-municipais (1941, 1942) e marcaram o início da centralização das encomendas de arte pública nos órgãos da Administração. As realizações artísticas apresentadas na exposição constituíram-se como exemplos para a encomenda de arte pública proveniente dos serviços da Administração. As encomendas que se seguiram, ou que se desenvolveram fora do âmbito das comemorações dos Centenários, passaram a ser dirigidas pelos serviços públicos, segundo as finalidades de cada serviço público, criando sistemas de arte pública.

Contudo, o novo regime político não subestimou as acções pedagógicas praticadas nos espaços públicos através do levantamento de monumentos. No entanto, a opção estética diferenciou-se das dos regimes anteriores. As novas realizações escultóricas, de índole figurativa, caracterizavam-se pelas poses hieráticas, banindo as estruturas dinâmicas, agitadas e dramáticas, conotadas com regimes anteriores. Os objectos de tributo eram também outros. Substituíam-se os heróis da nação, que sustentavam agora outras representações da sociedade e legitimavam outros discursos sobre a História Nacional.

A mortalidade infantil na cidade de Lisboa nos anos trinta do século XX

Virgínia Baptista

Introdução

Este artigo debruça-se sobre a mortalidade infantil (até aos dois anos) na cidade de Lisboa, nos anos trinta, do século XX. Tivemos por objectivos identificar qual foi a mortalidade infantil na capital e quais foram as principais doenças que atingiam os bebés. Tentaremos também perceber quais eram as condições económico-sociais e as infra-estruturas existentes nas freguesias em que as doenças mais vitimavam as crianças com o fim de inferir sobre as causas para este flagelo na primeira infância.

Segundo as referências do Dr. Carlos Queiroz Salazar de Sousa, a taxa de mortalidade infantil no final dos anos vinte, em Portugal, rondava 23%, taxa muito superior à de outros países¹. Este prestigiado médico da Faculdade de Medicina de Lisboa procurava demonstrar que um pouco por todos os países mais desenvolvidos as taxas da mortalidade infantil teriam decaído entre 1914 e em 1929, registando-se respectivamente as percentagens – Nova Zelândia: 5,9% e 3,8%; Inglaterra: 13,3% e 6%; Bélgica: 14% e 10%; EUA: 14,4% e 7%; França: 17% e 8,5%; Alemanha: 18,3% e 13%; Portugal: 23,8% e 23%. Verificava-se, então, que a taxa da mortalidade infantil em Portugal, entre o início da 1ª Guerra Mundial e 1929, praticamente estagnara. Sabendo-se que a mortalidade era superior nas grandes cidades, propomo-nos averiguar as razões deste flagelo em Lisboa.

Para este estudo destacamos como fontes principais os Anuários Demográficos dos anos trinta, o Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa para o ano de 1937 e o estudo do Plano de Urbanização de Lisboa, elaborado pelo engenheiro António Emídio Abrantes em 1938, corrigido pelo arquitecto urbanístico Étienne de Gröer. Da bibliografia consultada salientaremos um diversificado leque de médicos(as), nomeadamente Augusto Monjardino, Costa Sacadura, Manuel Vicente Moreira, Carlos Salazar de Sousa, Adelaide Cabette, Sara Benoliel e Laurinda Alembre.

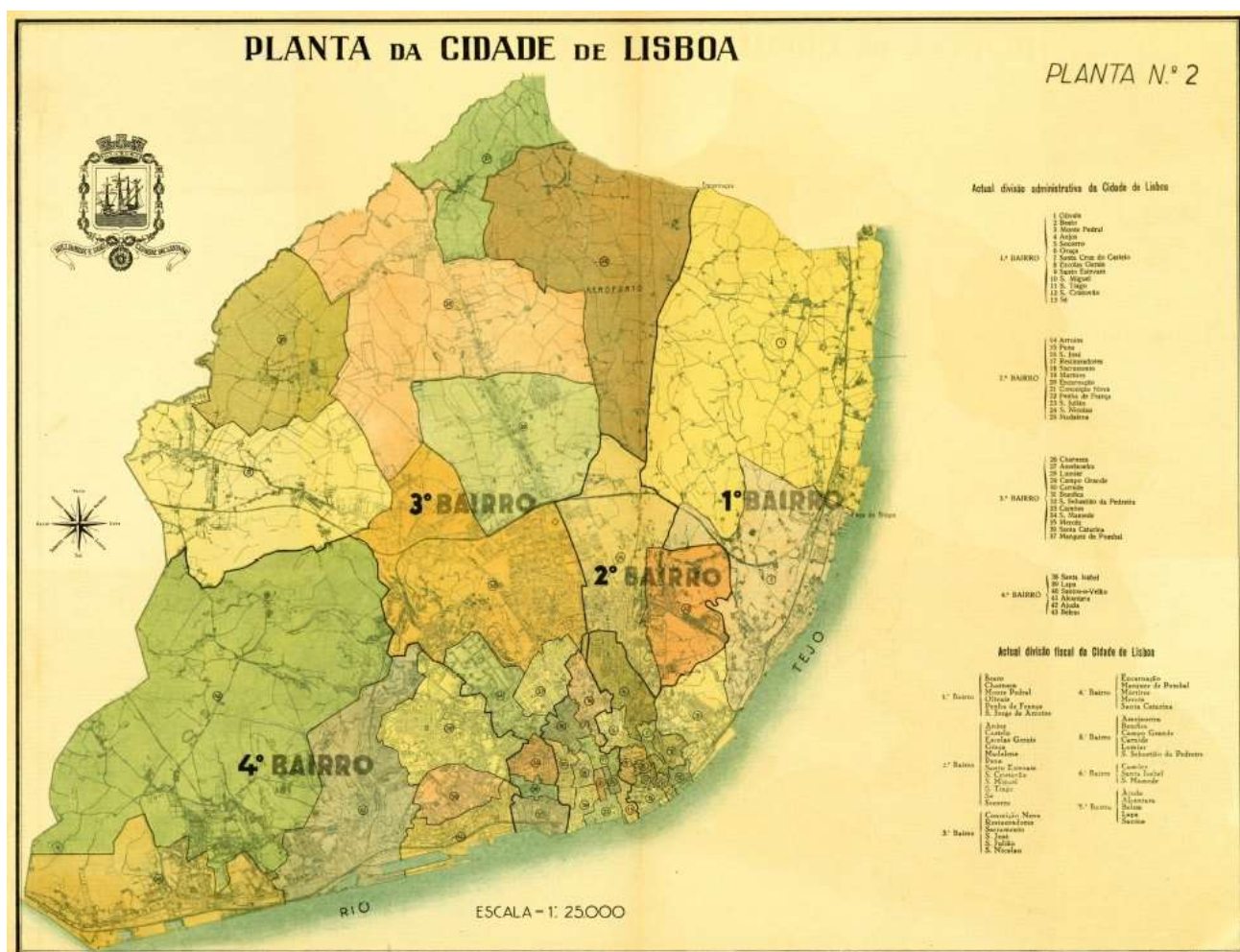
A divisão da cidade: os quatro bairros de Lisboa

Tendo em conta o Plano de Urbanização de Lisboa de 1938, em primeiro lugar é de referir que Lisboa nos anos trinta se dividia em quatro bairros, que integravam 43 freguesias, com uma população de 594 390 habitantes alojados em 121 118 fogos. O número médio de pessoas em cada fogo era de 4,91 (superior à existente a nível nacional de 4,10). Sendo o número médio de filhos por casal em Lisboa, segundo o Recenseamento Geral da População de 1940, de 2,1 filhos, concluiu-se que existiria uma aglomeração de

¹ Carlos Queiroz Salazar de Sousa foi pediatra, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Director do Posto nº 1 dos serviços de Puericultura do Instituto Clínico da Junta Geral do Distrito de Lisboa; Sousa (1931): 3-4. O autor não indica as idades consideradas na época da mortalidade infantil.

famílias por habitação. Tendo em conta os Anuários Demográficos da década de trinta verifica-se que os nascimentos recuaram durante a década, de 12 518, em 1930, para 9497, em 1940, menos 3021 nascimentos. Em 1936, a mortalidade infantil era de 19,42% no conjunto de toda a mortalidade da cidade ².

Considerando só o ano de 1937, observamos que em Lisboa o saldo fisiológico era já negativo (menos 1090 pessoas), quando em Portugal continental o saldo fisiológico era positivo (mais 72 656 indivíduos), confirmando-se a transição demográfica em Lisboa, iniciada já quatro anos antes. A grande mortalidade infantil e o decréscimo da natalidade eram as grandes preocupações da classe médica.



Mapa 1. Divisão da cidade de Lisboa por bairros e freguesias, anos trinta

Fonte: António Emídio Abrantes (1938). *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa*. CML

Como se pode observar pelo mapa 1, por área em Km², o 3º bairro (para onde crescia a cidade para norte e se estabelecia uma nova população) era o que possuía maior extensão, 36,73Km², seguindo-se o 4º bairro, zona ocidental, com 22,62Km², depois o 1º bairro, zona oriental, detendo 16,89 Km² e, por último, o 2º bairro, que era o menos extenso, com uma área de 6,21Km², contendo o núcleo da cidade antiga e o novo bairro de Arroios, em expansão populacional.

A nível da população residente o 4º bairro era o mais populoso com 173 900 habitantes, seguindo-se-lhe o amplo 3º bairro onde residiam 152 546 pessoas, muito próximo do 1º bairro de forte densidade

² Cálculos efectuados por nós com base no Anuário Demográfico (1936): 368-369 e Abrantes (1938): 21.

populacional com 151 201 moradores e, por fim, o 2º bairro, onde viviam 116 743 habitantes, logo, confirmando-se uma forte conglomeração populacional nas zonas oriental e ocidental da cidade, não se podendo descurar a população que aumentava para norte e a forte concentração populacional do 2º bairro.

Ainda segundo o estudo de António Emídio Abrantes, embora não existissem bairros com aglomerações por profissão era possível aludir à preferência de grupos sócio - profissionais por zonas residenciais. Enquanto a burguesia viveria nas grandes avenidas (Liberdade, Rosa Araújo, Barata Salgueiro, Alexandre Herculano, Rio de Janeiro, Artilharia Um, Lapa, Bairro Azul, Avenidas Novas, Alto de Santa Catarina e Campo Santana), as classes médias habitavam preferencialmente em Campo de Ourique, Estrela, Bairro Andrade e das colónias (Anjos), Estefânia, Almirante Réis, Arroios e Rato. O operariado, dos portos e indústrias, residia numa área que ia de Caselas, Pedrouços, Belém, Santo Amaro, Ajuda, Alcântara, Casal Ventoso, Campolide, Santa Apolónia, Chelas, Xabregas, Poço do Bispo, Braço de Prata, aos Olivais.

Pelo mesmo estudo é possível verificar o número de estabelecimentos industriais e o número de operários empregados por freguesias de Lisboa, na década de trinta, como se observa no quadro 1.

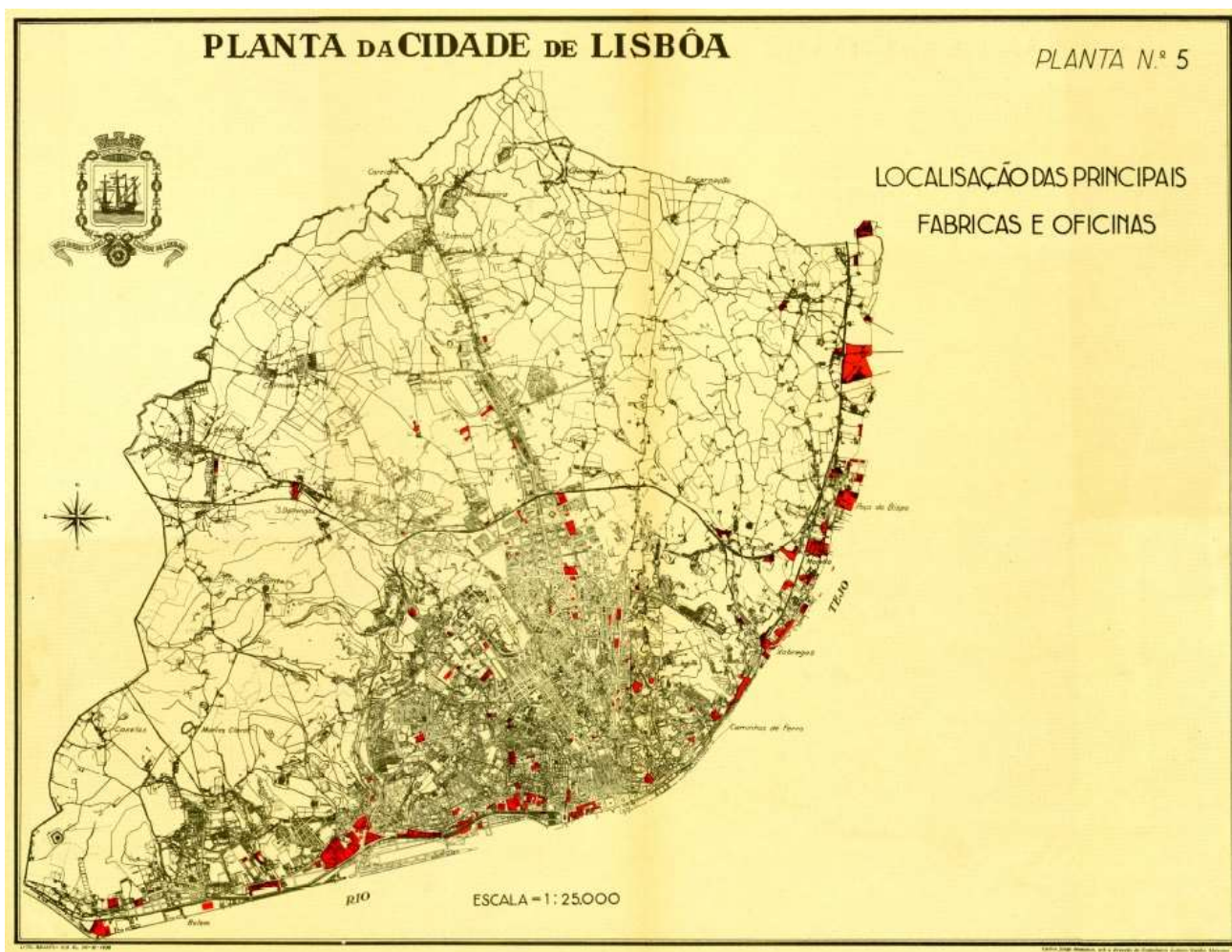
Bairros	Nº de Estabelecimentos	Estabelecimentos %/ Total	Nº Total de Operários	Operários %/ Total
1º bairro	645	25,69%	11 027	26,22%
2º bairro	761	30,31%	9 591	22,81%
3º bairro	589	23,45%	8 804	20,94%
4º bairro	516	20,55%	12 627	30,03%
Totais	2511	100%	42 049	100%

Quadro 1. Número de estabelecimentos industriais e de operários empregados por Freguesias de Lisboa

(Segundo os elementos constantes do arquivo estatístico de informações anuais referentes ao ano de 1936)

Fonte: António Emídio Abrantes (1938), *Elementos para o estudo da urbanização da cidade de Lisboa*, CML: 51.

Confirmando-se pelo mapa 2, o 2º bairro (a área antiga da cidade e a freguesia de Arroios) tinha mais estabelecimentos industriais, 30,31% do total da cidade, provavelmente muitas pequenas oficinas, encontrava-se também uma variedade de indústrias no 3º bairro, que perfaziam 23,45%, na zona oriental existiram 25,69% das indústrias e no bairro a ocidente 20,55% estabelecimentos fabris. A ocidente e a oriente situavam-se os pólos industriais que detinham os estabelecimentos fabris mecanizados e de maiores dimensões, verificada pela força motriz utilizada mencionada no estudo da urbanização da cidade de 1938. Era nestas zonas que a população operária se concentrava em maior percentagem, com 30,03% dos operários a ocidente e 26,22% do total dos trabalhadores fabris, a oriente.



Mapa 2. Localização das principais Fábricas e Oficinas, Lisboa, 1938

Fonte: António Emídio Abrantes (1938), *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa*, CML

A mortalidade até aos 5 anos em Lisboa

Tendo em conta o Anuário Demográfico de 1936, verificámos que em Lisboa, até aos 5 anos, faleceram 2761 crianças: 1500 meninos (54,3%) e 1261 meninas, a maioria das crianças, 2101 (76%), até ao primeiro ano de vida.

As principais doenças que tinham atingido as crianças até aos cinco anos, foram, por ordem decrescente, a diarreia e enterite que vitimou 655 bebés (até aos dois anos), mais 36 casos com mais de dois anos, as debilidades congénitas provocando 530 óbitos, a pneumonia dizimando 506 crianças, a tuberculose matando 328 crianças.

Tendo em conta o Boletim Cultural e Estatístico da C.M.L. para o ano de 1937, em que é especificada a mortalidade por freguesias e por trimestres é possível, só para a mortalidade infantil (até aos 2 anos), verificar as mortes por diarreia e enterite.

Constatamos, claramente, que neste ano faleceram pelas doenças do aparelho digestivo 655 bebés: de Janeiro a Março 66 (10,08%), de Abril a Junho, 53 (8,09%), de Julho a Setembro 331 (50,53%) e de Outubro a Dezembro, 205 (31,30%). Pode-se assim concluir que as doenças tiveram maior incidência no verão, período

em que ocorreu metade da mortalidade infantil do ano, reduzindo-se a mortalidade pelo inverno. Situação que se verifica no gráfico 1 referente aos bairros, freguesias e a toda a cidade.

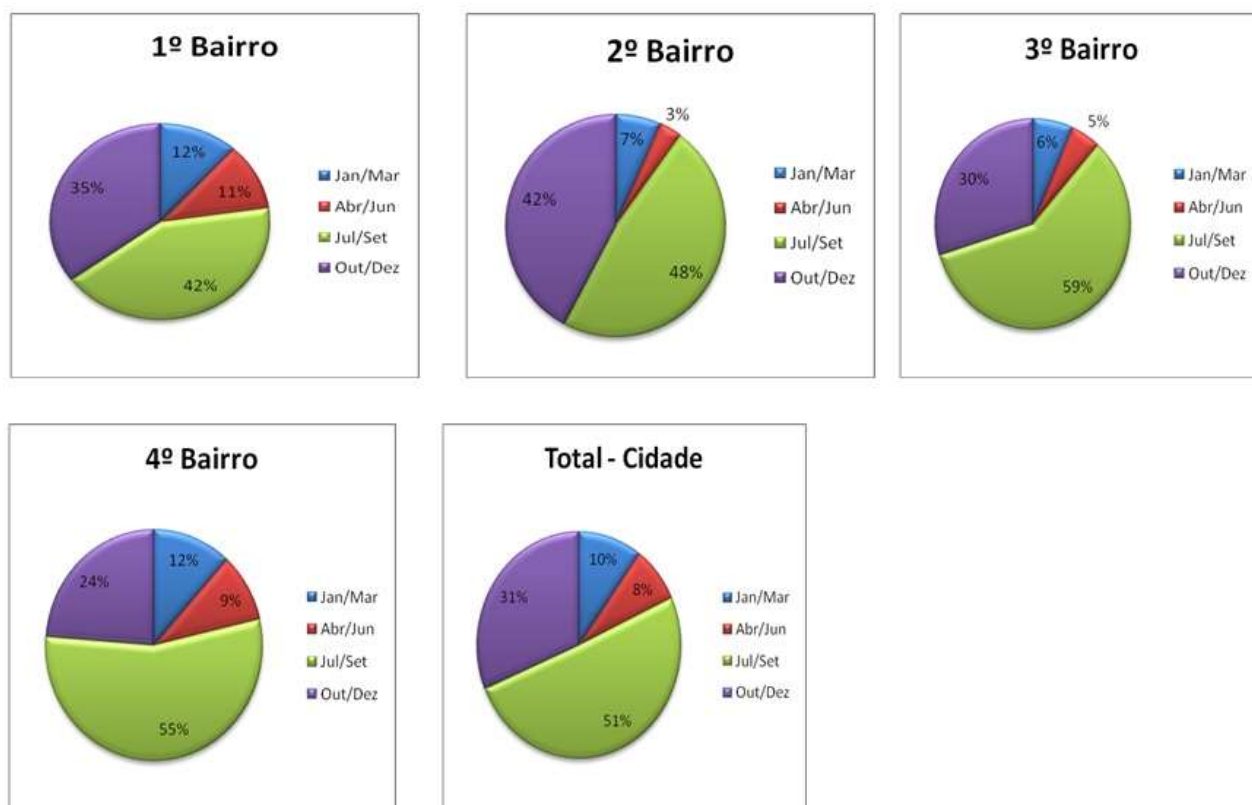


Gráfico 1. Mortalidade infantil (até 2 anos) nos bairros de Lisboa, 1937, por doenças do aparelho digestivo. (diarreia e enterite)

Fonte: *Boletim Cultural e Estatístico* (1937), «Óbitos por freguesias, na cidade de Lisboa», Lisboa, C.M., vol. I, 4 números.

A mortalidade infantil foi superior no 4º bairro, com 248 óbitos (40,46%), seguindo-se o 1º bairro, com 154 mortes (25,12%), depois o 3º bairro, com 121 óbitos (19,74), e por fim o 2º bairro, com 90 mortes (14,68). A doença atingira mais 40 bebés, 6,4% do total, que estavam internados em Hospitais, Asilos e Misericórdias, também com predominância a partir do verão. As freguesias que apresentam maior mortalidade foram: no 1º bairro - Olivais, 33 casos, Monte Pedral, 30 situações, e Beato, 33 mortes; no 2º bairro - Penha de França (contígua ao 1º bairro), com 44 casos; no 3º bairro: S. Sebastião da Pedreira (freguesia em crescimento), com 55 falecimentos e no 4º bairro: Santa Isabel, com 126 mortes, Ajuda, com 59 falecimentos e Alcântara, com 25 casos.

Constata-se que as freguesias da zona antiga da cidade foram as menos atingidas pela doença. Mais: foram as zonas de maior concentração da população industrial, que inserem as freguesias do 1º e 4º bairros, que coincidem com os bairros de maior mortalidade infantil por diarreia e enterite.

Principais causas apontadas para a mortalidade infantil

Na época, médicos e puericultores apontaram diversas causas para a mortalidade infantil: o desconhecimento completo que a mãe portuguesa tinha das mais elementares regras de puericultura e higiene infantil, a falta de vigilância sobre a regulamentação do trabalho das mulheres, a insuficiência da assistência

médica às mães pobres e seus filhos, a fome nas famílias populares e as áreas insalubres da cidade onde as crianças residiam. Também as feministas, entre as quais Ana de Castro Osório e Adelaide Cabette, desde o início do século insistentemente pugnaram e agiram pela educação da puericultura e a assistência às mães pobres. A médica Adelaide Cabette leccionou puericultura no Instituto Feminino de Educação e Trabalho em Odivelas.

Fernando Lancastre, diretor do Dispensário Popular de Alcântara (fundado em 1893 pela rainha D. Amélia), em 1932 realçou, com grande apreensão, a falta de alimentação conveniente das progenitoras para a amamentação dos bebés nos primeiros anos de vida: «Nas famílias pobres de Lisboa, há, isto de uma maneira geral, é claro, três categorias para a alimentação: os que comem melhor, os pais, os que comem com mais cuidados, muito principalmente quando novos, os filhos, e finalmente os que comem os sobejos, as mães. É esta uma das razões de definhamento da nossa raça. Mães fracas e mal alimentadas, nunca darão filhos fortes, nem nunca farão boas amas para eles»³.

No ano seguinte, durante a semana do Mutualismo, promovida pelo Jornal «O Século», entre 15 e 22 de Janeiro, em vários pontos do país, a médica Laurinda Alembre, na conferência que proferiu na Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio em Lisboa, intitulada «O mutualismo e as suas modalidades», defendeu e apelou ao associativismo mutualista feminino onde as mulheres poderiam encontrar a assistência necessária durante a gravidez, o puerpério e na amamentação, cuidados às mães que resultariam em benefícios para a vitalidade das crianças⁴.

Já estando em funcionamento desde 5 de Dezembro de 1932, em Lisboa, a tão ansiada Maternidade Dr. Alfredo da Costa, em 1936, o seu director Augusto Monjardino deu uma entrevista à jornalista Maria Teresa de Freitas, do Diário de Lisboa, publicada com o título: «Olhemos pela Infância! Na Maternidade Alfredo da Costa». Questionado sobre se eram suficientes as maternidades da Assistência Pública em Lisboa o médico respondeu: «Não chegam... Em rigor nós devíamos ter mais duas maternidades: uma em Alcançara e outra em Xabregas... onde se receberiam as operárias mais pobres...»⁵. Zonas estas que eram os grandes pólos industriais da cidade.

Também as precárias situações existentes na zona oriental de Lisboa foram relatadas pelo médico Manuel Vicente Moreira, descrevendo as habitações degradadas em que viviam famílias inteiras, parte da população operária de Lisboa, em redor do Largo de Santos-o-Novo, no Vale Escuro, no Alto do Varejão: «casebres de madeira», «miseráveis barracas», «barracas de madeira e lata, onde a custo consegue penetrar o Sol e onde o ar entra por todos os lados», «as barracas velhas e desconjuntadas não têm esgotos», «coabitam com vacarias e estrumeiras, a céu aberto, perto das quais brincam as crianças que habitam nos casebres, num espectáculo confrangedor», «sem água e sem luz»⁶(o que também ocorria na zona ocidental da cidade). Situações estas que podiam provocar epidemias, sobretudo no verão. Tratavam-se, pois, de problemas de saúde pública, pelo que o médico apelava à CML à construção de casas sociais, como as do bairro do Caramão da Ajuda.

³ Lancastre (1932) :17.

⁴ *O Século*, 22 de Janeiro de 1933.

⁵ *Diário de Lisboa*, 11 de Janeiro de 1936.

⁶ Moreira (1934): 19-21; (1950): 2-11.



Imagem 1. Furna na zona oriental de Lisboa, anos trinta

Fonte: Manuel Vicente Moreira (1950), *Problemas da Habitação (Ensaios Sociais)*

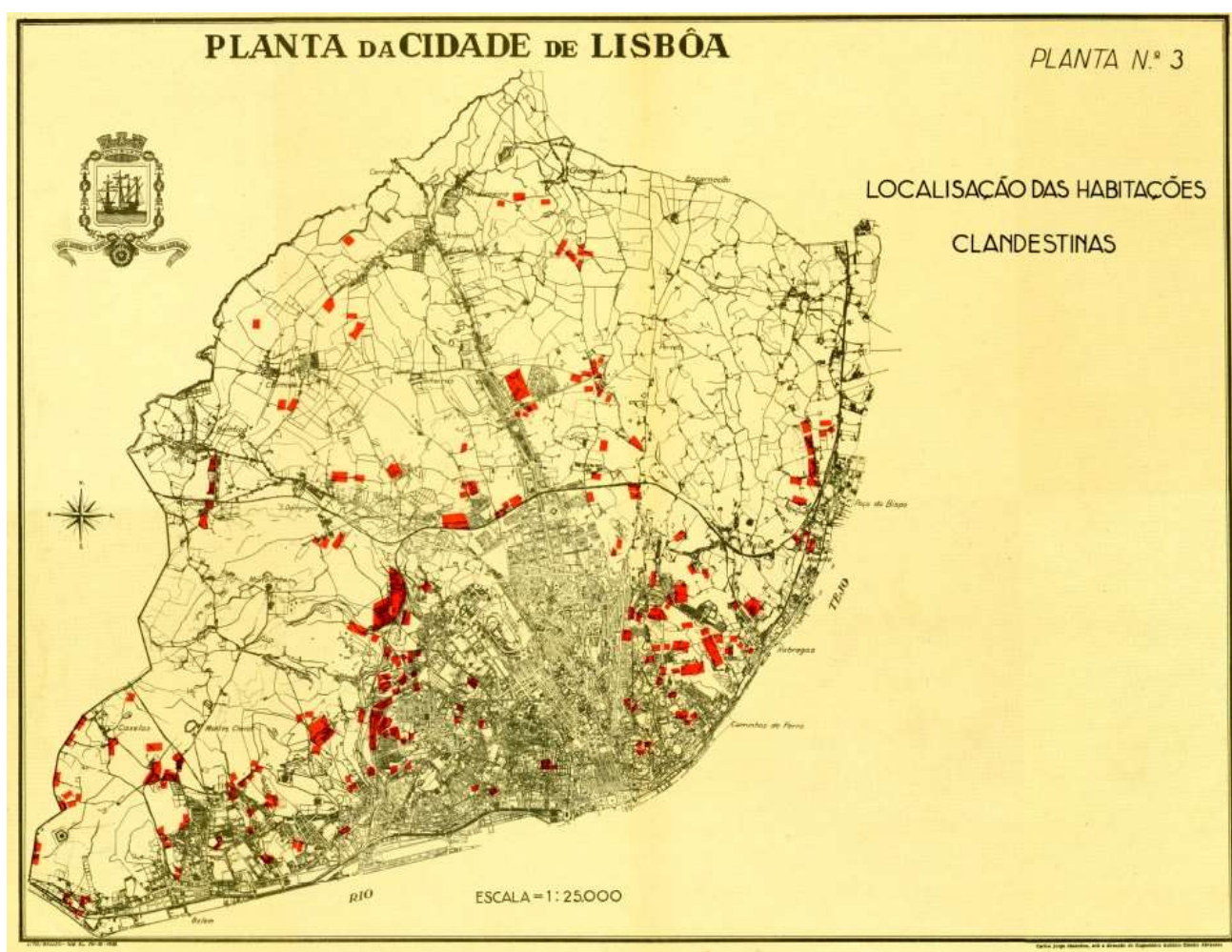
Situado na alameda do Beato, o lactário nº 4, pertencente à Associação Protectora da Primeira Infância, fundada em 1901 pelo coronel Rodrigo António Aboim de Ascensão, foi no relatório de 1941, caracterizado como sendo dos «mais movimentados e que serve uma vasta área de densa população, de mais pobre viver», «de mais acentuada necessidade do ponto de vista físico e de feição social»⁷. Podemos conhecer o contexto de uma das famílias, que tinha recorrido pela primeira vez à instituição. A mãe, com 32 anos, já estivera internada no Hospital de Santo António dos Capuchos por debilidade pulmonar, fazendo tratamento preventivo na Associação Nacional dos Tuberculosos. O pai era caldeireiro na Fábrica de Material de Guerra em Braço de Prata. A família morava na quinta Manuel Alves nos Olivais. A bebé admitida no lactário tinha 1 mês e 3 dias e os pais tinham mais dois filhos vivos, cinco já tinham falecido, um de sarampo, três de bronco - pneumonia e outro de tuberculose.

Sobre a falta de assistência às grávidas já em 1932 um morador de Xabregas lamentava: «...E quanto a parteira diplomada, que qualquer terra de província possui, subsidiada pela respectiva Câmara Municipal, com obrigação de prestar os seus serviços às parturientes pobres, é coisa que tão pouco existe nesta freguesia da capital do País!»⁸.

⁷ Associação Protectora da Primeira Infância (1941): 7.

⁸ *O Século*, 30 de Março de 1932.

Também a falta de infra-estruturas e de saneamento são apontados no estudo de António Emílio Abrantes de 1938. Refere-se a deficiência de iluminação e arejamento das habitações, os prédios com poucos ou nenhuns esgotos, a falta de água em alguns e a fraca distribuição noutros. Por exemplo, a nível de alguns bairros insalubres referia: «a zona compreendida entre a R. Maria Pia, desde Alcântara- terra a Sete rios e daqui pela de Santa Ana do casal do Alvito e Igreja de Alcântara; ...os bairros clandestinos da zona oriental, sobretudo do Alto do Pina ao Alto do Varejão e Chelas»⁹. Existiriam em 1938, em Lisboa, cerca de 11 174 barracas clandestinas, localizadas como se pode observar pelo mapa, predominantemente nos Olivais, Beato, Monte Pedral, Penha de França, Campo Grande, S. Sebastião da Pedreira, S. Isabel, Ajuda, Alcântara e Belém.



Mapa 3. Localização das habitações clandestinas, Lisboa, 1938

Fonte: António Emídio Abrantes (1938), *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa*, CML

A socióloga da saúde e da doença Lesley Doyal refere que na Europa a diarreia era considerada a maior causa de mortalidade infantil estando estreitamente relacionada com a falta ou ausência de água potável¹⁰. Situação que pelo estudo de 1938 se confirma para Lisboa, uma vez que muitas zonas para norte, ocidente e oriente da cidade ainda não eram abastecidas de água, estando projetados reservatórios para prover estas zonas em Telheiras, Tapada da Ajuda, e Olaias.

⁹ Abrantes (1938): 8.

¹⁰ Doyal (1995): 33.

Conclusão

Neste estudo demonstrámos que a mortalidade infantil atingiu a percentagem de 19,42% na cidade de Lisboa em 1936. Em 1937 foi possível verificar que a mortalidade infantil, afectando mais os lactantes, era devida maioritariamente à diarreia e enterite, prevalecendo nos bairros mais populares e operários de Lisboa, essencialmente nos meses mais quentes. Esta situação conduzia os médicos e puericultores a reiterar a preocupação sobre as condições da deficiente alimentação e de habitabilidade das crianças das classes populares. A mortalidade infantil em conjunto com o decréscimo de nascimentos durante a década de trinta alarmavam porque conduziam, como se designava na época, à degenerescência da raça e das novas gerações.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, António Emídio, *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa* (1938), C.M.L., Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras.
- ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA (1941), *Catálogo de Benfeitores acompanhado do Relatório e Contas da regência*, nº 40, Lisboa.
- Boletim Cultural e Estatístico (1937), Lisboa, CML, vol. I, 4 números.
- CABETTE, Adelaide (1928), *O Ensino da Puericultura na Escola Infantil*, Lisboa, Tipografia da Corporativa Militar.
- Diário de Lisboa*, 11 de Janeiro de 1936.
- DELGADO, Deolinda; Custódio, Jorge (1999), *Caminho do Oriente*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DOYAL, Lesley, *What Makes Women Sick. Gender and the Political Economy of Health*, (1995), London, Macmillan Press Ltd.
- LANCASTRE, Fernando de (1932), *O Dispensário Popular de Alcântara no problema da Infância portuguesa*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a.
- OSÓRIO, Ana de Castro (1905), *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.
- MOREIRA, Manuel Vicente (1934), *Lisboa Oriental (Apontamentos de uma campanha)*, s.l.
- MOREIRA, Manuel Vicente (1950), Lisboa, *Problemas da habitação (Ensaios sociais)*, Lisboa.
- NUNES, Franklin (1934), *Aleitamento Durante o Verão*, Tipografia da Papelaria Azevedo, Limitada, Porto.
- O Século*, 30 de Março de 1932.
- O Século*, 22 de Janeiro de 1933.
- Instituto Nacional de Estatística (1930-1940), *Anuários Demográficos*, Lisboa, INE.
- PINHEIRO, Magda (2011), *Biografia de Lisboa*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- TIAGO, Maria da Conceição (1997), *O Bairro social da Ajuda- Boa: Hora: um projecto da República Nova e uma realização do Estado Novo, 1918-1935*, Lisboa, ISCTE.
- SOUSA, Carlos Queiroz Salazar de (1931), *A luta contra a mortalidade infantil*, Lisboa, Tip. Sousa Neves.
- VAQUINHAS, Irene (1992), «O conceito de “decadência Fisiológica da raça” e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal (finais do século XIX/ Princípios do século XX)», *Revista de História das Ideias*, vol. 14: 365- 388.
- VIDAL, Frédéric, *Les habitants d'Alcântara* (2006), Villeneuve d' Ascq, Presses Universitaire de Septentrion.

Ethnographie d'une place publique: les fonctions du Rossio de Lisbonne

[Francis Rigal](#)

Cet article s'inscrit dans un début de recherche ethnographique réalisé dans le cadre d'un Doctorat en Etudes Urbaines à Lisbonne (FCSH/UNL – ISCTE/IUL), et reprend une communication récente effectuée lors de la rencontre «Lisboa 2013: City and Space» (CEHC/IUL)¹. Le terrain se déroule dans un espace urbain de Lisbonne à l'intersection de trois places publiques centrales – Rossio, Praça da Figueira et Largo de São Domingos – et s'intéresse en particulier à la dynamique relationnelle de citoyens qui fréquentent régulièrement le lieu. Le Rossio², considéré à travers son hétérogénéité humaine et la vitalité de sa sociabilité, se présente ainsi comme un espace densément vécu. Toutefois, son quotidien est composé de tout un ensemble de pratiques différentes qui se juxtaposent ou s'enchevêtrent dans l'espace. De fait, la place du Rossio expose une pluralité d'activités qui rend compte d'un lieu au visage métissé. L'article se propose de témoigner de cette mosaïque de réalités, privilégiant celles qui se montrent explicitement et se répètent tous les jours, pour ainsi aller saisir le sens contemporain de la place publique. Tel que le suggère Michel Lussault (2001), c'est à partir de l'analyse de la pratique que l'espace public acquiert sa valeur sociétale. L'intention est par conséquent, en élaborant une succincte présentation des principales pratiques, de caractériser les diverses fonctions de la place d'aujourd'hui, et conjointement de définir les différents types de places qui s'accumulent dans un même lieu.

Relations et rencontres

La pratique de la rencontre, expérience inhérente à l'espace public, vécu distinctif du Rossio, est également bien souvent aux sources de la place en tant qu'espace en commun. Le Rossio, qui commence à être fréquenté au Moyen-âge, naît en effet sous l'impulsion des rencontres, puis s'affirme dans son rôle relationnel, successivement pôle d'agrégation autour du couvent de São Domingos, point de rencontre fonctionnel entre les trois principales composantes urbaines (Baixa, colline du Castello et colline de São Francisco), et espace du collectif qui grâce à ses dimensions accueille divers événements de la ville tels que foires et marchés. Pendant la période moderne, événements politiques et sociabilité de boulevard participent ensuite à fortifier la centralité de l'espace dans la ville, centralité qui s'offre alors tel un lieu de référence pour les nouveaux habitants à peine arrivés qui ont besoin de pouvoir se retrouver. C'est donc une place publique qui hérite d'un pouvoir d'attraction forgé au cours de son histoire, et les diverses vagues d'étrangers qui s'y établissent au cours du XX^e siècle,

¹ Je tiens à remercier la Fundação para a Ciência e a Tecnologia pour son aide financière au travers de la bourse SFRH/BD/90782/2012 qui me permet actuellement d'effectuer mon Doctorat en Etudes Urbaines. Je remercie également le Centro de Investigação e Estudos de Sociologia pour son appui en m'accueillant lors de ma candidature pour la bourse.

² Dans l'intention de faciliter le discours, le terme Rossio sera utilisé pour parler de la place ainsi que de la zone environnante comprenant les deux autres places de la recherche. Ceux qui fréquentent l'espace se réfèrent pareillement au Rossio pour qualifier toute une aire qui dépasse la stricte délimitation de la place du Rossio.

monde rural, migrations portugaises, *retornados* et enfin migrants de toutes origines, confirment de l'importance de son rôle en tant que nœud de rencontre. Aujourd'hui, la place présente une continuité manifeste avec son passé dans la mesure où la pratique de la rencontre se réalise sans autre intentionnalité que le fait même de se rencontrer, et simultanément elle se renouvelle à l'échelle de la globalité, avec une vitalité relationnelle enveloppée d'une dimension transnationale,

Rossio, place conviviale et espace de l'oralité. Quotidiennement, ou tout du moins régulièrement, les citoyens viennent user une partie de leur journée sur l'espace public, véritable rituel urbain de l'*estar*, présence au cœur de la ville, et du *ser*, plaisir d'une sociabilité épanouie. L'acteur vient donc rencontrer son groupe de connaissances³, ou bien sa «rapazeada», ou encore ses «patricios», afin de bavarder, «taraguelar», «dar a língua», «encher o papo de conversa», autant de termes pour signifier la dimension ludique des relations, très répandue et encouragée par les affinités de groupe. L'intensité de cette sociabilité de place, qui comporte également une dimension sociale, quand des sujets sont débattues ou quand sont transmises des nouvelles, ainsi qu'une dimension utilitaire, dans un échange de services en tous genres, donne à voir des réunions d'individus, debout au milieu d'un trottoir, assis sur un banc ou encore adossés à un mur, aussi bien enthousiasmés par une causerie, savourant une récente anecdote, qu'emportés par une discussion alimentée des convictions de chacun. Le Rossio, espace mosaïque de groupes différents, avec leur densité, leur rythme et leur façon d'être ensemble, pouvant se décliner en camaraderies, en communautés ou encore en cliques, est aussi, lieu d'une pratique commune, celle des rencontres dans laquelle chaque citoyen vient renouer ses liens au sein de son réseau d'interconnaissances. La place publique, en participant à entretenir les liens sociaux, s'exprime ainsi dans sa vocation relationnelle, fonction transversale à l'hétérogénéité des habitants.

D'une façon généralisée, les rapports sociaux s'inscrivent à l'intérieur des groupes, mais il est de même fréquent que des acteurs de réseaux différents interagissent entre eux. En effet, dans un contexte de coprésence insistante, recommencée chaque jour, se crée une mutuelle familiarité entre les habitués de la place qui tend à dissoudre, sinon à assouplir les frontières entre les groupes. Les réseaux apparaissent ainsi tendanciellement perméables, et en ces moments d'intersection, se tisse un Rossio aux liens enchevêtrés, donnant l'impression d'un espace d'interconnaissances généralisées dans lequel l'anonymat ne trouverait pas sa place. L'espace public, espace substantiellement à tous, se présente ici comme le lieu de l'entre tous. Une place publique qui de fait rayonne d'une densité relationnelle, quand la pratique de la rencontre, inscrite dans une double dynamique de la routine et de l'éventualité, expose peut-être l'acteur avant tout à la possible rencontre. En ce sens, le Rossio est expression de la ville relationnelle, chère à Michel Agier (2009), et par là s'accapare une valeur politique, en tant que lieu d'une expérience urbaine réalisée, ou plus exactement qui cherche à se réaliser. Le Rossio se présente également comme un accomplissement de l'espace public dans sa dimension symbolique, montrant sa capacité à réunir le corps social dans une quête du vivre ensemble (Ghorra-Gobin 2001).

³ Ceux qui viennent se rencontrer sur la place habitent aussi bien dans le Município de Lisbonne que dans sa périphérie. C'est donc la métropole qui fréquente le Rossio. Corrélativement ce dernier est un centre à l'échelle métropolitaine.

L'*Estar* contemplatif du flâneur

Venir sur la place publique et y demeurer longtemps n'est pas seulement une pratique relationnelle. Il est ainsi fréquent d'observer des citoyens, adossés à un mur, assis sur un banc ou encore plantés au milieu de la chaussée, qui sont là, presque immobiles entre les flux et le tumulte, plongés dans une rêverie solitaire. De temps en temps, avec des connaissances de place, ils échangent des propos, ou ils entrent en relation avec des inconnus croisés au hasard et qui suscitent leur curiosité. Mais ce n'est point pour la sociabilité qu'ils sont présents, car l'intérêt ici n'est pas de rencontrer des gens, mais sinon de rencontrer la ville, et même plus, de rencontrer ce que la ville peut offrir, le monde entier.

Cette activité est d'ailleurs certainement la pratique la plus commune des places publiques. Contempler. Quand l'espace public s'expose dans une multitude bigarrée de références. D'une part, une richesse matérielle, un Rossio encadré par la rationalité de son architecture, illuminé d'esthétique mathématique. Dans la beauté de cet environnement pombalien, à laquelle se superpose une poésie de la ville, l'espace offre au flâneur qui s'arrête le temps de la contemplation. D'autre part, une foule unique dans la ville, des passages et des présences denses et particulièrement hétérogènes. Car c'est l'endroit où «todo o mundo passa»⁴. L'humain dans sa diversité qui se montre aux regards. Une famille colombienne en vacances, une équipe de volley-ball polonaise, ou encore une Lisbonnaise en sari, toute une panoplie de signes en déambulation qui permet au rêveur de s'égarer dans de lointains et curieux voyages. Pareillement, un élégant papi, une femme extravagante, ou un clochard farfêlé, autant de figures pour bercer les horizons de la *saudade*. Mais il y a aussi l'impalpable du Rossio, peut-être plus significatif, à savoir la mémoire collective, l'accumulation des intimités, en d'autres termes l'aura du lieu, qui se laisse apprécier dans ces instants de solitude. Il s'agit bien d'un *estar* contemplatif, pour différents acteurs qui semblent tous, à leur manière, venir se ressourcer dans l'espace public, éventuellement se nourrir de la place, ou encore, aller se chercher dans la ville.

De fait, ces acteurs aiment foncièrement la ville. Car leur pratique de place est inscrite dans une autre pratique urbaine, celle de la promenade. Pratique elle aussi quotidienne, que des citoyens retraités se plaisent à improviser: tel jour ils choisissent de monter au château, tel autre ils préfèrent savourer les bords du Tage, admirer le monastère de Belem ou vaguer entre les commerces du Chiado. Et plutôt que de venir au Rossio, ces habitués justifient leur présence en disant «parar», dans un Rossio devenu étape de la promenade. Comme si, après avoir parcouru la ville, c'était au tour de la ville de parcourir l'acteur. Alors que la ville se donne pour marcher, la place se propose pour un moment de pause, révélant ainsi toute la fonction scénique d'un espace public, expression privilégiée de la ville, en même temps scène locale et scène transnationale.

De la consommation de place

L'échange marchand n'est plus un privilège de place publique, comme il avait pu l'être auparavant dans le passé. La place en tant que marché, correspond d'ailleurs à un des nombreux usages du terme *praça* en

⁴ Dans un questionnaire réalisé auprès des commerçants de la place, la réponse spontanée la plus récurrente pour définir le Rossio a été celle de la diversité. Pareillement, les habitués de l'espace public expriment cet aspect dès qu'il s'agit de caractériser le contexte. Avec insistance et dans un ton emphatique, les discours se recourent dans un général "todo o mundo passa no Rossio".

Portugais: aller à la *praça* veut dire aller faire ses courses au marché. Ce lien entre espace et fonction a cependant été pratiquement consumé dans la ville moderne, dissous par une idéologie hygiéniste qui a en l'occurrence participé à exclure en 1949 le marché couvert de la Praça da Figueira, alors principale place nourricière de Lisbonne. Conjointement, la place publique n'a pu résister à la concurrence d'espaces fermés et spécialisés, comme le centre commercial ou encore la salle de spectacle, dans lesquels se sont réfugiées les activités habituellement publiques (Gaspar 1987). Toutefois, le Rossio laisse malgré tout entrevoir une pratique de la consommation qui s'inscrit dans une continuité. Plus précisément, le dynamisme singulier des échanges observés illustre toute la portée historique de la fonction marchande contenue dans la place publique.

Bien sûr, il y a l'ensemble des activités qui bordent l'espace, boutiques, commerces et services, dont les caractéristiques reflètent la récente tournure économique prise par la zone environnante de la dénommée Baixa⁵. Parmi ceux-là, les grands cafés et les petits bistrot méritent une attention particulière puisqu'ils se complètent avec d'autres fonctionnalités de la place. Ainsi, les *terlulias* à ciel ouvert sont souvent rythmées par des sociabilités de comptoir, les bavardages de bancs s'éclipsent parfois vers le confort et l'intimité d'une table, et les promenades touristiques se ressource rituellement aux terrasses, observatoires privilégiés de l'exotisme local. Cependant, d'autres formes de consommation, en lien avec l'espace public, sont plus aptes à qualifier les pratiques économiques du Rossio. L'espace est ainsi parsemé d'activités de place pouvant se différencier selon plusieurs critères, par exemple, institutionnalisées ou informelles, localisées ou en déambulations, ou encore occasionnelles ou quotidiennes: des cireurs de chaussures, des spécialistes de la plastification de documents, des carrioles saisonnières alternant entre châtaignes, fruits et glaces, des vendeurs de loterie à la criée, des vendeurs de lunettes à la sauvette, des vendeurs d'articles de toutes sortes qui démarchent auprès des attroupements, un jour avec des chemises, un autre avec un fer à repasser, des mendiants circulants, des musiciens et des jongleurs qui contribuent à l'animation... Toute une panoplie de ventes personnalisées qui pourraient représenter les prémices d'un marché ou d'une foire naissante. D'ailleurs, il y a au Largo do São Domingos un petit marché quotidien composé d'une dizaine de femmes qui étalent à même le sol des produits alimentaires guinéens, et d'une dizaine d'hommes, assis sur les bancs, qui vendent des amulettes et de la noix de cola. Ici encore, les pratiques se rencontrent, dans un espace où place marchande et place relationnelle sont intimement imbriquées. Enfin, la pratique de la consommation trouve également un moyen d'expression lors d'événements occasionnels tels que la foire gastronomique régionale, ou des manifestations variées de caractère culturel ou social qui voient leur portée fondamentalement commerciale.

L'espace public montre ainsi son visage marchand, marqué par la diversité de ses modalités d'échanges. Aussi, la consommation de place, qui semble préférer les occurrences de la vie publique à l'habituel shopping, met avant tout en relief la fonction sociale de la place dans son visage marchand. Car c'est encore en ce lieu que des segments de la population à l'écart des normes sociales ou confinés dans la marginalité réussissent à exercer leurs activités économiques.

⁵ Depuis la deuxième moitié du XX^e siècle, le Rossio est emporté dans un mouvement qui affecte toute la zone et qui voit se succéder une période d'hégémonie, de déclin puis de récupération. Un très bref portrait actuel des activités économiques de la Baixa pourrait se caractériser par une centralité préservée dans les services financiers, une certaine continuité dans le commerce en détail de produits de qualité personnelle, un renforcement de la restauration, et une spécialisation dans le commerce vestimentaire (voir Mateus 2005).

Se reposer dans la ville

C'est en 2001, dans le cadre d'une requalification urbaine de toute la zone centrale de la ville, que le Rossio récupère ses bancs et ses arbres. Bancs et arbres, mobilier urbain hautement symbolique qui devrait, peut-être plus que tout, contribuer à définir ce qu'est la civilité d'un espace public. C'est en effet sur les bancs, sous les arbres, mais aussi sur des socles et des murets, et sur tout ce qui dans la ville peut soutenir le corps, que l'individu va pouvoir enfin se reposer. Instants de pause, de l'attente, de la farniente, cette pratique généralisée témoigne d'une place publique dans sa version du repos.

Sur le Rossio, en ses moments mouvementés, quand la ville s'affaire, les nombreux bancs de la place sont entièrement occupés. Un mari dont la femme est à la pharmacie, un jeune homme qui attend sa fiancée avant d'aller au théâtre, une famille qui mange, une femme qui attend son autobus, un vieillard qui passe le temps, toute une multitude de raisons qui atteste d'un Rossio immergé dans des parcours d'activités diversifiés. Car le citoyen, qui sur la place trouve le repos, est un citoyen inséré dans un contexte situationnel, autrement dit dans un avant et un après de toutes sortes. Des achats au Chiado, un rendez-vous chez le médecin ou encore une dispute conjugale, peuvent alors donner lieu à des occupations de banc partagées par des moments de vie très différenciés. Les bancs publics, dans ces pratiques de pause commune, donnent ainsi à voir de surprenantes proximités.

Moins hétérogènes, les nombreuses esplanades des cafés sont pareillement investies par la pratique de la pause. Il s'agit d'acteurs généralement en lien avec le tourisme, visiteurs indépendants qui se reposent en réfléchissant à la suite de leur promenade, ou étrangers en croisière qui profitent du paysage ambiant dans un semblant d'ennui profond. Certaines de ces terrasses sont aussi fréquentées par des habitués du Rossio qui viennent se détendre et continuer leur discussion tout en tirant avantage de leur place de spectateur. L'espace public contient donc des esplanades, mondes internationaux qui combinent population locale et visiteurs étrangers.

L'espace public comme lieu dans lequel il est possible de se reposer, renvoie à la fonction accueillante de la place. Ce rôle public s'apparente à une responsabilité civique, dans la mesure où, dans l'aménagement d'un espace tel une place centrale est en jeu l'hospitalité symbolique de la ville. La place publique est en même temps première entrée pour le visiteur et principal refuge pour le vagabond, la «sala de visitas da cidade», comme l'observe Mario, un habitué qui vient presque tous les jours s'asseoir sur un banc pendant deux heures avant d'aller à son travail. Le Rossio est donc un espace à l'échelle des corps, digne représentation d'une Lisbonne tournée dans une dimension publique de la ville, ainsi que tendent à le signaler les innombrables bancs partout disséminés.

Déplacements accumulés

Le Rossio, support de la pratique du déplacement, se présente aux regards avec une double dynamique. D'une part, c'est tous ces piétons qui traversent l'espace, mais qui ne font que y passer, c'est-à-dire qu'ils utilisent la place publique en sa qualité de nœud de la mobilité métropolitaine. Ce sont les pendulaires, ceux qui

tous les jours vont et viennent, arrivent et repartent, à la fois ville laborieuse et population de la métropole. Des urbains, qui pendant la journée doublent la population de Lisbonne, travailleurs délocalisés qui sont les premiers, dès sept heures du matin, à peupler le lieu. Par vagues, ils se déversent de la gare ferroviaire et irriguent l'espace, traversant en biais la place, longeant une façade, coupant derrière le théâtre, dans un flux qui perd de sa densité au fur et à mesure qu'il se ramifie. Leur présence se note également lorsque ceux-ci, à l'heure de pointe, s'alignent en file d'attente ou se regroupent auprès des arrêts d'autobus. Les parcours de l'espace public, par où ils passent, d'où ils débouchent et vers où ils disparaissent, se façonnent en fonction d'un ensemble de possibilités combinant plusieurs modes de déplacement. Le trajet à pied est ainsi aussi bien prolongement d'un voyage, accès vers un transport en commun, que moyen de relier deux transports collectifs différents. A titre d'exemple, un citoyen pendulaire peut sortir de la bouche du métropolitain pour s'engouffrer deux rues plus loin dans un autobus. Entre temps, il se sera mélangé au flux des trottoirs. Cette pratique du déplacement est donc hybride, car elle donne à voir, reprenant les différenciations dans l'utilisation de l'espace selon Françoise Choay (2006), un *Rossio* en même temps espace de circulation dans son *edilizia minore*, et espace des flux avec ses multiples prothèses de branchements aux divers réseaux de transports, telles que bouches de métro ou arrêts d'autobus.

D'autre part, la pratique de la mobilité est aussi celle de la circulation routière. Les individus sont alors des conducteurs, eux aussi en grande partie des pendulaires⁶, protagonistes éphémères et anonymes dans les couloirs des flux rapides de la place publique. Le *Rossio*, plateforme de commutation, interface avec la périphérie dans une structure de la ville radiocentrique (Santos 2000), à la fois symptôme et aboutissement d'une idéologie de l'urbanisme immergée depuis deux siècles dans la mobilité. En effet, avec la ville industrielle, les places publiques s'effacent au bénéfice des jardins et des ronds-points, et en 1919 le *Rossio* se remodèle face aux exigences d'une modernité dominée par les intérêts de la circulation. Quelques décennies plus tard, la création de la place de Martín Moniz et l'aménagement de Restauradores épaulent le *Rossio* dans l'intention de le soulager de ses maux, c'est-à-dire congestions ou étranglements⁷. Aujourd'hui, finalement, malgré la récente requalification qui a réconcilié l'espace avec le piéton, les voitures circulent à leur aise et relativement vite, protégées par un aménagement qui leur est favorable⁸. L'espace public se présente ainsi au pas avec la modernité: sa circulation est fluide. Simultanément, l'espace public se trouve sectionné par le réseau de la voirie, par un anneau de la circulation qui annule la continuité du lieu, séparant un îlot central des berges marchandes. La mobilité des voitures, en contradiction avec les autres pratiques de la place publique, s'est décidément imposée au cœur des espaces privilégiés de l'urbanité. Et il est de nos jours fréquent de voir des places nouvellement aménagées aux allures de paradoxe, résultat d'un urbanisme qui tente de concilier plusieurs

⁶ A titre indicatif, Teresa Salgueiro (2001) fournit quelques chiffres sur les pendulaires, estimés au nombre de 695000, dont 53% se déplacent en voiture et 47% en transports collectifs.

⁷ La place du *Rossio* est en effet le point de départ des deux principaux axes à partir desquels la ville s'étend en direction du nord. Une position de confluence dans le réseau routier en correspondance avec la topographie de Lisbonne. (Sur la situation urbaine du *Rossio* et le développement de la ville au XIX^e et XX^e siècle, voir Fernandes 1994; Silva 1994; Vale 2008).

⁸ En l'occurrence, les feux de circulation sont verts environs 7 fois plus longtemps pour les voitures que pour les piétons. Au passage clouté en face de la Calçada do Duque par exemple, les piétons doivent attendre plus d'une minute et ne disposent que de 9 secondes pour traverser.

tableaux dans un même cadre. Quand la douceur d'un romantique jardinet côtoie un enfer de voitures, la place publique souffre d'une ville qui ne l'a pas encore totalement reconnue.

Face à la mobilité, devenue le principe de la société (Paquot 2009), le Rossio, place des flux, possède une importante fonction dans la distribution des trajectoires et répond ainsi aux exigences de la vie contemporaine. Mais le Rossio n'est pas seulement foulé et traversé par une population au travail, car ses acteurs mobiles se destinent aussi à toutes sortes de loisirs. La place publique, par essence croisement, s'offre par conséquent dans une logique quotidienne de la multi-territorialité. Elle semble alors emportée dans une complémentarité entre modes de vie et offres de la mobilité qui ne cessent de s'influencer.

Groupes en visite

Le tourisme de groupe, sous la forme de visite guidée, est une pratique abondante et omniprésente qui fait désormais partie du quotidien du Rossio. L'importance de cette pratique, variant selon les saisons et en constante progression depuis une dizaine d'années, résulte d'un contexte favorable assez récent. D'une part, Lisbonne fait partie d'un cluster transnational de capitales touristiques à voir. D'autre part, le Rossio est le passage obligé parmi les principaux parcours de visites de la ville.

La visite guidée peut alors être très brièvement décrite selon de récurrentes caractéristiques: déplacements d'un grand nombre de personnes sous la forme d'un essaim; arrêts stratégiques (Ginjinha, Igreja de São Domingos, parvis du Rossio), sous forme de concentration fermée autour d'un guide; discours de guide focalisés sur la pierre et son histoire; fabrication de souvenirs photographiques. Malgré cette relative homogénéité, la pratique recèle une multiplicité de réalités qui donne à comprendre la mesure de son développement. Ainsi, la nature des groupes est extrêmement diversifiée: retraités de Porto, lycéens de Castel Branco, pharmaciens du Languedoc-Roussillon, employés d'une même multinationale aux diverses provenances, musiciens brésiliens ou encore rugbymen ukrainiens. Aussi, leur visite s'insère dans des voyages totalement différents. Certains parcourent le Portugal alors que d'autres font le tour du monde en une semaine, et ils sont nombreux ceux qui appartiennent à des croisières aux formules de toutes sortes. Enfin, leur modalité de déplacement dans la ville est variée, ajoutant à la classique marche et au pratique autobus, les visites organisées en bicyclette ou en segway, ainsi que la découverte urbaine agrémentée d'une sorte de chasse au trésor pour adulte qui s'effectue la plupart du temps au pas de course.

L'espace public devient alors un lieu conséquemment international, qui participe à engendrer cette impression de diversité de la place, et corrélativement qui inspire les commentaires des retraités du Rossio. Mais cette pratique de groupe qui déambule est exclusive, car enfermée dans un confort de la découverte. Elle rend vaines les tentatives relationnelles. Les groupes en visite sont en fait là sans être là, ils sont des petits mondes proches par leurs occupations temporaires, et en même temps extrêmement lointains et éphémères. Limités à leur statut de visiteur, les touristes sont portés à un détachement par rapport à leur environnement.

La pratique de la visite de groupe met ainsi en exergue le rôle scénographique d'un lieu transformé en décor. Présence massive de touristes et mise en scène de la ville renvoient alors aux politiques contemporaines de la ville désireuses de jouer un rôle au niveau global. Désormais la métropole se gère en fonction de son

capital séduction et se dirige dans l'intention d'accroître son pouvoir d'attraction international. Et quand l'image de la ville devient une priorité, l'image du Rossio devient essentielle. La place à voir est ainsi investie d'une fonction muséale. Elle finit alors par être la place du patrimoine, figée dans l'histoire, une place minérale, représentation de la ville dans sa version pombaline.

Conclusion

La place publique a été décrite à travers un ensemble de pratiques qui ne peut ni prétendre à l'exhaustivité, ni échapper à la subjectivité du regard. La place comme lieu de l'embauche ou la place comme célébration du pouvoir sont des réalités qui font également partie du Rossio. Pareillement, la place qui se montre à la ville, celle du bourgeois qui se pavane ou du punk qui ostensiblement se signale, bien que réalité minoritaire et sporadique, se décèle au quotidien. Ces pratiques, qui n'ont pas été développées ici, renvoient à d'anciens vécus de la place publique, quand son rôle était, tel que l'explique Jorge Gaspar (1987), de faire le lien entre les individus et la société.

Cet auteur annonce en l'occurrence, dans un sévère diagnostic, la fin de ces lieux privilégiés des fonctions de la ville. Finis les marchés, les justices publiques, les rencontres collectives, la place serait désormais condamnée à l'inutilité. Effectivement, les habituelles fonctions des places publiques ont quelque peu été malmenées, et nombreux sont les auteurs qui constatent ce déclin général tout en s'accordant sur la persistance de la sociabilité en ces lieux (Teixeira 2001; Lamas 2007; Lousada 2010).

Pourtant, l'exemple du Rossio montre comment ce déclin s'avère être tout relatif. Au contraire, la place centrale de Lisbonne est porteuse de nombreuses fonctionnalités. En effet, une double observation témoigne du dynamisme qui caractérise le Rossio d'aujourd'hui, associant d'un côté la place à la ville, de l'autre la place au citoyen. Tout d'abord, en tant que plateforme des flux, le Rossio participe à deux principes essentiels de la ville contemporaine : la mobilité des citoyens et la visite des touristes. L'importance des places n'aurait donc pas vraiment disparu. Ce serait plutôt les raisons de son importance qui auraient changé, en accord avec les désirs d'une ville devenue métropole. Ensuite, au regard de sa vitalité humaine, le Rossio se distingue par sa capacité à embrasser un ensemble de pratiques de l'ordre du plaisir personnel. Se rencontrer, bavarder, flâner, se reposer, et même, ne rien faire, voilà des façons de vivre la place sous l'enseigne du loisir public selon son bon vouloir. L'accent fonctionnel de la place semble alors se décaler. De lieu privilégié des fonctions de la ville, l'espace devient lieu privilégié de fonctions au service des individus.

Le Rossio vit alors dans l'ambivalence, à la fois place publique qui sert aux rouages de la ville, et place publique qui résiste à ces rouages en s'installant dans des forces contraires. Dualité d'un lieu qui réussit à concilier le circuler et le rester. Deux niveaux de description pourraient alors constituer la place publique : d'une part, en toile de fond, des fonctions changeantes au cours de l'histoire qu'accueillent la place selon les priorités de la ville – l'échange marchand au Moyen-âge, la justice et le pouvoir pendant la Renaissance, la mobilité à l'époque moderne; et d'autre part, une présence qui traverse les époques, celle des habitants qui viennent se

relier aux autres, qui vivent la place et constituent les acteurs du lieu, «a gente do Rossio»⁹. Ce sont bien deux villes qui cohabitent sur la place publique, une ville éphémère car inscrite dans un contexte historique, et une ville permanente, la ville que l'humain s'approprie.

BIBLIOGRAPHIE

- AGIER, Michel (2009), *Esquisses d'une anthropologie de la ville. Lieux, Situations, Mouvements*, Louvain-la-neuve, Academia Bruylant.
- CHOAY, Françoise (2006), *Pour une anthropologie de l'espace*, Paris, Editions du Seuil.
- FERNANDES, José M. (1994), «Lisboa no século XX: o tempo moderno» in Irisalva Mota (Coor.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GASPAR, Jorge (1987), «Do pelourinho ao centro comercial» in *Povos e Culturas – A cidade em Portugal: onde se vive*, n°2, Lisboa, CEPCEP.
- GHORRA-GOBIN, Cynthia (2001), «Réinvestir la dimension symbolique des espaces publics», in Cynthia Ghorra-Gobin (Dir.), *Réinventer le sens de la ville: Les espaces publics à l'heure globale*, Paris, L'Harmattan.
- LAMAS, José (2007), *A praça em Portugal: Inventário do espaço público*, vol. I, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- LOUSADA, Maria A. (2010), «Praça», in Christian Topalov, Laurent Coudroy de Lille, Jean-Charle Depaule et Brigitte Marin (Dir.), *L'aventure des mots de la ville: à travers le temps, les langues, les sociétés*, Paris, Robert Laffont.
- LUSSAUL, Michel (2001), «Propositions pour l'analyse générale des espaces d'actes», in Cynthia Ghorra-Gobin (Dir.), *Réinventer le sens de la ville: Les espaces publics à l'heure globale*, Paris, L'Harmattan.
- MATEUS, João M. (Coor.) (2005), *Reabilitação urbana – Baixa pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Lisboa, CML – Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana.
- PAQUOT, Thierry (2009), *L'espace public*, Paris, La Découverte.
- SALGUEIRO, Teresa B. (2001), *Lisboa, periferia e centralidades*, Oeiras, Celta Editora.
- SANTOS, Maria Helena R. (2000), *A Baixa Pombalina: passado e futuro*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Carlos N. (1994), *Política urbana em Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TEIXEIRA, Manuel C. (2001), «Introdução» in Manuel C. Teixeira (Coor.), *A praça na cidade portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- VALE, Teresa L. (Coor.), (2008), *A cidade pombalina: história, urbanismo e arquitectura, os 250 anos do plano da Baixa – Actas das jornadas*, Lisboa, CML.

⁹ Cette qualification des habitués de la place est fournie par José, qui travaille dans un des kiosques à journaux du Rossio depuis son enfance, ayant repris l'affaire de son père. Ces gens de la place peuvent d'ailleurs se remarquer, ainsi qu'il le signale, rien qu'à leurs manières de bouger.

Construir Lisboa em imagens

Nuno Pinheiro

A partir de meados do século XIX com a fotografia assiste-se a uma popularização da paisagem urbana que se tornou num objeto de comércio para fotógrafos. Os eixos principais dessa popularização foram as grandes cidades como Paris ou Londres, as partes do mundo cuja visita se considerava absolutamente necessária e que seguiam os passos da *Gran Tour* e, finalmente, os locais “exóticos” de correspondendo à popularidade do orientalismo que tanto podia reflectir-se em imagens do Mediterrâneo Oriental, como das partes mais árabes de Espanha, sendo a Terra Santa o maior exemplo deste tipo de imagens, pois juntava a este orientalismo a evocação bíblica. Se estes locais eram um alvo preferencial da fotografia a busca de sistematização leva a tentar conseguir o maior número de imagens das cidades mais variadas. Muito frequentemente as imagens destinavam-se a ser comercializadas, primeiro como complemento de um negócio de retratos, depois como negócios autónomos e por vezes internacionais de produção de estereogramas. Ao contrário do que tem acontecido com o Porto, as fotografias da capital têm sido pouco estudadas.¹ Ao longo de 170 anos Lisboa terá sido sujeito de muitos milhares de fotografias, tornado necessário o critério na escolha das fontes. De meados do século XIX as imagens que se conhecem são poucas, tornando desnecessário critérios de escolha, esses critérios tornam-se necessários a partir dos finais do século XIX, escolhendo-se utilizar as fotografias publicadas numa imprensa que se manteve bastante viva até aos anos 1920. A partir de meados do século XX, muitos dos fotógrafos da agência Magnum, uns dos principais bastiões do fotojornalismo, passaram por Lisboa e é possível encontrar uma escolha dessas imagens *on-line*.

Lisboa era a capital de um pequeno país esquecido e não despertou o mesmo interesse que as cidades compreendidas neste circuito. No entanto, quer produzidas pelos seus residentes, quer por estrangeiros, desde os anos 1840, até aos nossos dias, Lisboa foi objeto de uma enorme quantidade de fotografias que reflectem as suas transformações, e que vão criando uma imagem da cidade que se vai ao mesmo tempo sedimentando, já que as novas fotografias são condicionadas pelas anteriores, e transformando. Mas qual é esta imagem? O que dela permanece e o que se transforma?

Segundo Janet E. Buerger a paisagem urbana era mais popular na fotografia do que em qualquer outra forma de arte anteriormente², esta observação, válida para meados do século XIX, não só se manteve actual, como se reforçou quer com a democratização da viagem e da fotografia de amadores, quer com o aparecimento da fotografia de imprensa a partir do início do século XX.

No século XIX Lisboa foi ponto de chegada para fotógrafos de várias nacionalidades que aí se estabeleceram: Fillon, ou Plessix franceses, Rochinni, italiano, Fritz alemão, Wenceslau Cifka, boémio, entre outros. A sua actividade era sobretudo o retrato, mas não se limitava a tal, o estúdio de fotografia também vivia de uma produção de “vistas” que se organizavam em catálogos e se iam vendendo a visitantes e a locais. O

¹ Siza, M. Teresa, ed., *O Porto e os seus Fotógrafos*, (2001), Porto, Porto Editora.

² In Marien, Mary Warner, *Photography a Cultural History* (2006), Laurence King Publishing, p. 56.

álbum de fotografias Algumas das primeiras imagens fotográficas, ou delas derivadas, feitas em Lisboa, estavam as de Charles Legrand que nos anos 1840 produziu uma série de gravuras em Portugal, muitas das quais seriam feitas a partir de fotografias³. Além dos fotógrafos estabelecidos, alguns visitantes representaram a cidade, como foi o caso do fotógrafo e pintor francês Amédée Lemaire de Ternante que fotografou Lisboa por ocasião do casamento de D. Pedro V com D. Estefânia em 1858.⁴ Pode-se aplicar a Portugal o defendido por Helena Perez Gallardo, no seu texto sobre a fotografia de arquitetura em Espanha no século XIX que divide os fotógrafos estrangeiros entre profissionais, amadores e viajantes.⁵

Tal como referido anteriormente, Lisboa não se encontra nos circuitos que então se criavam para a fotografia e que se exprimem em algumas tentativas sistemáticas de levantamento dos monumentos mais importantes do mundo, como é o caso das *Excursions Daguerriennes Vues et Monuments les plus Remarquables du Globe, Paris 1840-1843*, de Lerebours.

A Lisboa nos primeiros tempos da fotografia era essencialmente marcada pelos seus monumentos, vestígios do passado, vestígios da História, que muitas vezes apresentam um aspecto muito diverso daquele que lhes conhecemos hoje. Os Jerónimos meio arruinados, a Torre de Belém numa zona industrial. Nem todos os monumentos que na altura eram fotografados permanecem como marcas da cidade.

As imagens panorâmicas da parte ribeirinha eram igualmente muito populares, tanto para os fotógrafos locais, como Rochini, como para os visitantes, como J. Laurent, francês, estabelecido em Madrid, que empreendeu uma expedição a Portugal, para tirar fotografias em 1869 e que fotografou Lisboa.⁶

A segunda metade do século XIX é marcado pela nova conquista do mundo através de estereogramas, Lisboa seria novamente alvo das atenções, não só das grandes empresas, como de fotógrafos independentes, incluindo o açoriano estabelecido nos Estados Unidos, Medeiros.

Não havendo alterações significativas quer na própria cidade, quer nas circunstâncias técnicas de produção das fotografias, Lisboa é apresentada com imagens relativamente semelhantes, embora com formas de difusão muito mais massificadas. As imagens de Lisboa corriam o mundo em estereogramas e mais limitadas no espaço, mas possivelmente com uma audiência maior, estavam também na primeira imprensa ilustrada, representada por títulos como *O Ocidente* que no seu 2º número de 15 de Janeiro de 1878, incluía uma gravura, do interior do Parlamento, feita a partir de fotografia de Rochini.⁷ Mas a cidade de Lisboa não era um tema central das imagens publicadas em *O Ocidente* em que apareciam sobretudo os retratos de políticos. A primeira capa com uma imagem da cidade de Lisboa só aparece em 1880, no nº 52, com uma gravura, feita a partir de fotografia não identificada dos túmulos reais no mosteiro de S. Vicente de Fora.⁸

Estas ainda não eram imagens de imprensa no sentido moderno. A sua reprodução passava ainda por processos de gravura, também continuavam a ser imagens estáticas de edifícios ou paisagens. Mesmo no início do século XX, quando os processos de reprodução eram outros e novos periódicos, como a *Ilustração*

³ http://purl.pt/index/geral/aut/PT/58803_P1.html

⁴ As suas fotografias estiveram expostas no Centro Português de Fotografia e depois na Torre do Tombo em 2007

⁵ Perez Gallardo, Helena, *Fotografía Y Arquitectura en España, 1839-1886*, Madrid, Universidade Complutense, p. 139

⁶ Gallardo, idem, p. 529

⁷ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1878/N2/N2_master/N2.pdf

⁸ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1880/N52/N52_master/N52.pdf

Portuguesa, apresentavam uma nova linguagem, *O Ocidente* ainda apresentava como ilustração da chegada de Eduardo VII a Lisboa uma vista panorâmica do Terreiro do Paço.⁹

Os habitantes da cidade, enquanto personagens activas na vida das ruas estavam ausentes. As condições técnicas (numa primeira fase) e sobretudo os padrões estéticos impediam outro tipo de imagens. Lisboa, tal como é apresentada por *O Ocidente* é uma cidade feita de edifícios e espaços, subalternizando as pessoas, mas esses edifícios e espaços, mais do que um objecto de tratamento autónomo são cenários para os acontecimentos que aí se desenrolavam.

Nos seus últimos *O Ocidente* coexistia com uma série de novas publicações que davam muito maior importância à imagem e que apresentavam uma nova linguagem fotográfica. A mais conhecida dessas publicações é, claro, a *Ilustração Portuguesa* e de todos os fotógrafos deste tempo Joshua Benoliel é a figura mais destacada, a seu respeito Ian Jeffrey disse que «nenhuma outra cidade do seu tempo deu semelhante conta de si própria, e Benoliel não tinha igual entre os primeiros fotojornalistas»¹⁰. Mas a *Ilustração Portuguesa* não é a única publicação a dar espaço a uma nova linguagem na fotografia. *Brasil Portugal*, publicada a partir de 1899 ou *Serões*, a partir de 1901 começam a utilizar a fotografia de forma diferente. Esta forma diferente não consistia só na utilização de um maior número de imagens em cada número, nem no facto de serem reproduzidas por processos modernos que dispensavam a passagem pela etapa da gravura, as próprias imagens eram diferentes. Já não eram só retratos de estúdio e fotografias de edifícios. Estas fotografias chegavam ao próprio acontecimento. A cidade de Lisboa também tinha mais coisas a acontecer e em mais locais. No seu número 37 de Julho de 1908, *Serões* publica imagens de largadas de touros, com a passagem dos mesmos pela Calçada de Carriche.¹¹ Eram imagem com ação, não importando se no mesmo número continuava a haver fotografias de Carlos Relvas (que tinha falecido há mais de uma década). Esta ambiguidade também se reflecte no número de Novembro de 1910, em que a Revolução de 5 de Outubro tem, ao mesmo tempo, os tradicionais retratos de estúdio, ou as fachadas de edifício, são acompanhados por fotografias da acção nas barricadas.¹² As imagens da *Ilustração Portuguesa* sobre os mesmos acontecimentos são muito mais dinâmicas, com planos muito mais próximos e em maior quantidade, dando ao mesmo tempo uma maior ideia de acção e um melhor panorama geral.¹³

Mesmo não sendo inicialmente muito consistente na utilização da imagem fotográfica, o modelo dinâmico das fotografias da *Ilustração Portuguesa* vai-se construindo a partir dos primeiros números. A cidade de Lisboa não é, de imediato, um dos seus temas centrais. O seu 2º número, de 16 de Novembro de 1903, tem uma gravura sobre o mercado de gado no campo grande, não sendo uma fotografia, dá indicações de que os officios urbanos se tornariam centrais nesta publicação.

Lisboa era ainda mais o palco de acontecimentos que uma personagem central das imagens, no nº 6, numa página de imagens o Chiado e o Rossio são um dos cenários em que se desenrola a visita da família real

⁹ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1903/N874/N874_master/N874.pdf

¹⁰ Jeffrey, Ian, *Timeframes, The Story of Photography*, (1998), Nova York, Amphoto, p. 127.

¹¹ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1908/N037/N037_master/SeroesN1908N37.PDF

¹² http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1910/N065/N065_master/SEROES1910N065.PDF

¹³ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1910/N243/N243_master/N243.pdf

espanhola.¹⁴

Quer por via dos acontecimentos, quer devido a locais e equipamentos localizados um pouco por toda a cidade, a presença de Lisboa é uma constante dos primeiros anos da *Ilustração Portuguesa*, mas as imagens ainda são relativamente estáticas

A partir de 1906, na 2ª série, a fotografia tem outro tipo de tratamento, começa a referir-se o nome do fotógrafo, dando-lhe importância de autor e as situações da fotografia passam a ser mais dinâmicas. No 2º número da 2ª série Benoliel surge a assinar uma reportagem sobre o Entrudo, tratam-se já de fotografias de reportagem, não se limitando aos locais ou a retratos das pessoas, mas fotografias das pessoas no seu contexto, em acção, nos locais em que desenrola o cortejo. As fotografias abrangem a parte central de Lisboa, do Terreiro do Paço à Avenida da Liberdade.¹⁵

Na *Ilustração Portuguesa* é clara a percepção do potencial e da forma como as fotografias poderiam ser utilizadas. Uma situação de conflito na marinha, a insubordinação a bordo do cruzador D. Carlos é abordada numa reportagem com um número importante de fotografias com a justificação de os acontecimentos terem acontecido em espaços fechados, impossibilitando um maior número de fotografias.¹⁶ Uma das marcas da *Ilustração Portuguesa* era o publicar uma grande quantidade de fotografias, enquanto as publicações até esta altura incluíam uma ou duas fotografias sobre um tema, a *Ilustração Portuguesa*, podia incluir uma página com seis ou dez fotografias sobre um mesmo assunto, incluindo cada número várias reportagens ilustradas.

Os monumentos continuavam a ser uma das formas de representar a cidade. Com a difusão de um maior número de fotografias, dá-se espaço a alguns que não eram habitualmente representados. A Sé, que até então não era um dos monumentos mais em destaque, aparece numa reportagem da *Ilustração Portuguesa*, que regularmente incluía reportagens de monumentos em vários locais do país.¹⁷ O número seguinte dava destaque à estátua equestre de D. José, com honras de imagem na capa, porém esta reportagem era ilustrada com gravuras e não com fotografias.¹⁸

As famosas imagens da Lisboa popular que vão demorando tempo a impor-se, têm a sua primeira aparição com um texto de Albino Forjaz de Sampaio, com o sugestivo título de «Uma noite de rusga», ilustrado com fotografias e gravuras do *bas-fond* lisboeta e suas personagens.¹⁹ As primeiras fotografias de pequenos ofícios urbanos surgem por via das ovariadas fotografadas, de cesta de peixe à cabeça, como benfeitoras dos gatos, num artigo de 21 de Janeiro de 1907.²⁰

As imagens de ofícios populares vão-se impondo lentamente, continuando centrado na parte central e ribeirinha da cidade.

Serões, no seu nº 33, de Março de 1905, transmite uma imagem mais moderna da cidade, com vistas nocturnas de zonas centrais da cidade, como o Rossio, ou os Restauradores, feitas por José Artur Leitão Bárcia, que eram avançadas do ponto de vista técnico e estético.

¹⁴ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1903/N6/N6_master/N6.pdf

¹⁵ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N2/N2_master/N2.pdf

¹⁶ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N8/N8_master/N8.pdf

¹⁷ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N16/N16_master/N16.pdf

¹⁸ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N17/N17_master/N17.pdf

¹⁹ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N39/N39_master/N39.pdf

²⁰ http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N48/N48_master/N48.pdf

A cidade de Lisboa, nas fotografias do início do século XX, aparece sobretudo na imprensa ilustrada com uma imagem mais dinâmica que a da maioria das cidades dessa época. Geograficamente as imagens continuam centradas no eixo ribeirinho, mas representam os espaços, mas, sobretudo, as pessoas e os acontecimentos. Nos acontecimentos políticos e sociais, a cidade é o cenário.

Depois desta imagem dinâmica e dos conflitos do início do século XX, durante o Estado Novo, a imagem de Portugal é a de um país adormecido. A imagem não é, novamente, tão forte como a de Espanha, de que o exemplo é «Spanish Village» de Eugene Smith, publicada pela *Life* em 1951.²¹ Lisboa é a capital desse país em que aspectos tradicionais desaparecidos nas cidades dos países desenvolvidos continuam a existir.

As fotografias mostram a capital de um país atrasado e pitoresco. Os xales negros (ecoando os da Nazaré), o fado (Amália Rodrigues afirma-se como uma estrela), as partes mais antigas e pitorescas da cidade são a nova imagem da cidade. Lisboa é uma cidade exótica (pela nostalgia) e ao mesmo tempo próxima. Grandes fotógrafos, incluindo Inge Morath e Cartier-Bresson passaram por cá. Em 1955, além de Lisboa fotografou na Nazaré, no Norte, no Alentejo. Numa das suas fotografias, uma carroça atravessa o Terreiro do Paço, noutra estão as mulheres de xales negros nos Jerónimos, noutra ainda um homem vende qualquer coisa rodeado de crianças, em maioria descalças. As imagens reflectem o anacrónismo na Europa do pós-guerra, e que não falta sequer a imagem de alguns dos dignitários do Estado Novo (incluindo Marcelo Caetano). De todas as imagens que fez, a mais conhecida é a do grupo de homens no Castelo de S. Jorge que representa esta época da cidade e do país.²²

A cidade adormecida iria acordar em Abril de 1974, ir-se-ia tornar num dos grandes pólos produtores de imagens e notícias desses anos. Em Lisboa passavam-se acontecimentos importantes num local relativamente acessível a quem estava nos grandes centros e sem que a logística e os riscos fossem grandes. Alguns fotógrafos tiveram aqui a sua iniciação a uma situação de conflito, outros consolidaram carreiras, como Jean Gaumy, ou Guy LeQuerrec.

Na Lisboa revolucionária de 1974 muitos procuraram uma continuação do Maio de 68, feita agora naquele país adormecido e atrasado que conheciam das fotografias. Mas nem sempre era Maio de 68 o que se procurava, por vezes as imagens assemelhavam-se mais às da Revolução de Outubro com soldados, marinheiros, operários e camponeses. Gaumy fotografa os cartazes com os retratos de Estaline e Mao num comício do MRPP.²³

Mesmo sendo as personagens mais importantes do que o cenário, Lisboa alarga-se, já não são só as suas partes centrais e os bairros populares que interessam. A cidade também se alarga aos principais pontos de conflito social. Zonas residenciais e industriais da periferia vermelha, Lisboa não só está junto ao Tejo, como o atravessa, as fotografias de Guy Le Querrec mostram o Barreiro ou a Lisnave.²⁴

²¹<http://www.magnumphotos.com/Catalogue/W-Eugene--Smith/1951/SPAIN-Village-of-Deleitosa-in-Western-Spain-1951-NN145579.html>

²²<http://www.magnumphotos.com/C.aspx?VP3=SearchResult&VBID=2K1HZOOZK67ZX&SMLS=1&RW=1280&RH=853>

²³<http://www.magnumphotos.com/C.aspx?VP3=SearchResult&VBID=2K1HZOOZ16CKUY&SMLS=1&RW=1280&RH=900&PN=7#/SearchResult&VBID=2K1HZOOZ160Y3V&SMLS=1&RW=1280&RH=900&PN=7>

²⁴<http://www.magnumphotos.com/C.aspx?VP3=SearchResult&VBID=2K1HZOOZ15W9KO&SMLS=1&RW=1280&RH=900#/SearchResult&VBID=2K1HZOOZ15E5E5&SMLS=1&RW=1280&RH=900&PN=7>

A imagem de Lisboa como cidade ribeirinha consolida-se ainda mais, pois é esse o cenário preferencial onde se deslocam operários, camponeses, marinheiros e soldados, as personagens da revolução.

Com a normalização democrática a partir de 1976, estas personagens vão saindo de cena, deixando o cenário da cidade ribeirinha, e os vestígios da época revolucionária, especialmente nos murais. Não só as periferias industriais se tinham tornado menos interessantes, como é a própria cidade a ficar de novo um pouco esquecida, é o que reflectem os arquivos da Magnum, que só para os anos 90 têm de novo um número importante de imagens.

Novas personagens aparecem, como José Saramago, que Gaumy fotografa num cacilheiro em 1990.²⁵ Lisboa começa a ser reconhecida como cidade europeia, no centro de uma cultura que começa a ser conhecida.

A cidade turística consolida-se nos mesmos espaços, Lisboa ribeirinha e bairros populares. Os eléctricos que 100 anos antes eram um símbolo de modernidade passam a representar o colorido e a cidade tradicional, o mesmo se passa com os azulejos. Aparecem novos símbolos, Lisboa é agora a cidade de Pessoa. Na presença do poeta nos seus espaços e também na estátua do poeta no Chiado nova fotografia obrigatória para profissionais e turistas.

Meio século depois muitas fotografias são próximas das de Cartier-Bresson. O castelo de S. Jorge, aparece em várias imagens, por exemplo de Koudelka, quase do mesmo local e com o mesmo ângulo, Fernando Scianna faz uma fotografia de Mísia tem uma pose e um enquadramento muito semelhantes a uma das que Cartier-Bresson tinha feito com Amália.²⁶ O fado, impôs-se como uma das constantes na imagem da cidade, mesmo que estivesse afastado da “Lisboa Revolucionária”.

Ao longo deste século e meio, em que passou por conflitos e revoluções, Lisboa consolidou a sua imagem num processo mais lento que outras cidades europeias, mas em que existem algumas constantes. A primeira é a importância da zona ribeirinha que atravessa todas as épocas, e que dá o sinal da sua importância simbólica para a cidade. Lugares e monumentos também têm uma presença constante nas imagens da cidade. A imagem da cidade tem vindo a reflectir a sua transformação, não tanto as transformações físicas já que a representação da cidade tem sido feita com as suas partes mais antigas.

²⁵ <http://www.magnumphotos.com/C.aspx?VP3=SearchResult&ALID=2S5RYDWMUA4C>

²⁶ <http://www.magnumphotos.com/C.aspx?VP3=SearchResult&VBID=2K1HZOOZ15W9KO&SMLS=1&RW=1280&RH=900#/SearchResult&VBID=2K1HZOOZ15WKIQ&SMLS=1&RW=1280&RH=900&PN=4>

Resumos dos artigos

Parte 1 | Controlo e Planeamento do Espaço Urbano

Sandra M. G. Pinto

Da Almotaçaria ao Código Civil: a mutação das normas jurídicas para o construtivo

Este artigo tem como objetivo explicar a mutação ocorrida nas normas jurídicas portuguesas, para a regulação da atividade construtiva, em meados do século XIX. Tal mutação derivou da substituição das regras da muito antiga instituição da Almotaçaria, presentes nas Ordenações do Reino, pela entrada em vigor do primeiro Código Civil Português, em 1867. Para o efeito, numa primeira parte, apresenta-se a instituição e as normas para o construtivo da Almotaçaria, focando a sua origem, valores, e perenidade no território. Depois, numa segunda parte, e atendendo aos novos princípios surgidos com o liberalismo, confrontam-se as novas normas com as antigas. Para o confronto, incluem-se ainda as três versões preliminares do Código Civil Português, por forma a apreender as alterações sofridas nos diversos artigos sobre até à sua versão definitiva; bem como dos artigos do *Code Civil des Français*, dada a influência que estes tiveram na construção das normas portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE: Almotaçaria; normas de construção; Código Civil

Ana Nevado

Planos Directores Municipais de Lisboa: (des)actualização, revisão e regeneração urbana

Perante as céleres transformações urbanas, são questionadas a (des)actualização, revisão e articulação dos IGT no âmbito do planeamento urbano e da gestão estratégica municipais, ultrapassando a sua escala de actuação e acentuando a importância dos Planos Directores Municipais no (re)desenvolvimento da cidade. O caso de Lisboa e da sua Área Metropolitana destaca-se pela diversidade e coexistência de centros urbanos com dinâmicas distintas. Considerando a transição do conceito de planeamento para o de gestão urbana, pretendemos questionar e aferir modos de planear, controlar, gerir e regenerar o espaço urbano, no contexto actual, de incerteza e de escassez financeira. Para tal, este estudo analisa e confronta diversos centros de Lisboa mediante os PDM desde 1948 até 2013, enquanto processos dinâmicos, desde o momento de expansão urbana e carência habitacional até aos casos de regeneração urbana a partir da década de 1980 até à actualidade, nomeadamente, o Bairro Alto e a frente ribeirinha de Lisboa (Nascente/Poente).

PALAVRAS-CHAVE: Lisboa; PDM; regeneração urbana

Parte 2 | Agricultura no Espaço Urbano

Teresa Madeira da Silva e Marianna Monte

Hortas Urbanas em Lisboa. da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual

Propomos apresentar nesta comunicação a história recente das hortas urbanas em Lisboa, incluindo a identificação dos instrumentos que têm vindo a ser empregues para controlar e incorporar as mesmas, no planeamento urbano. A existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história, mas desde 2009 observa-se a actuação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. Tais iniciativas da CML vêm propor melhores condições a situações de cultivo já existentes, em condições precárias e desordenadas. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infra-estruturas de apoio aos cidadãos, tanto, em Lisboa, como em muitas outras cidades. Uma vez que esta atividade surge, sobretudo, de maneira espontânea e em condições precárias, por necessidades económicas, ela ocorre em espaços vazios expectantes ou em espaços entre as infra-estruturas viárias. Por meio de uma revisão bibliográfica, pretendemos, por um lado, apurar as características e benefícios da agricultura urbana, em especial as hortas urbanas na cidade de Lisboa, e por outro, listar as motivações que possam justificar a promoção da agricultura urbana nomeadamente das hortas urbanas. Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da actividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse das entidades estatais para a sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiências das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. Em todo caso, pode ser indicado que as políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo top-down, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano são realidades apontadas pela própria população.

PALAVRAS-CHAVE: Hortas Urbanas; Informalidade; Planeamento Urbano; Lisboa; Agricultura Urbana.

Parte 3 | Rituais, Simbologias e Celebrações no Espaço Urbano

Maria Helena Souto

Uma nova semiologia urbana. a indústria portuguesa na Avenida da Liberdade em 1888 e a representação de Portugal na Exposição Universal de 1889

A *Exposição Industrial Portuguesa Com Uma Secção Agrícola*, realizada em Lisboa no ano de 1888, ao ter por palco a Avenida da Liberdade, artéria recém-inaugurada, permitiu a difusão junto do público de uma nova semiologia urbana que implicou uma mudança de escala da capital, associada a um novo eixo da expansão que fez Lisboa desenvolver-se para norte com uma fisionomia diferente, a que se pretendia dar uma feição

cosmopolita, “parisiense”, no seu traçado representativo de um espírito de racionalização que respondia a exigências de circulação e de instalação de infraestruturas higienistas.

Também a esta exposição ficou o país a dever a sua representação na *Exposition Universelle* de 1889, já que, devido à celebração do primeiro Centenário da Revolução Francesa, as monarquias que tinham conseguido sobreviver aos ventos mais radicais da Revolução distanciaram-se da mostra de Paris ao não se fazerem representar oficialmente o que, todavia, não obviou à apresentação da maioria das nações, já que o fizeram através de iniciativas particulares, como foi o caso de Portugal.

Assim, a escolha do nosso pavilhão coube ao visconde de Melício, presidente da Associação Industrial Portuguesa, principal responsável da nossa representação tal como o fora da Exposição Industrial de 1888. O pavilhão de Portugal acabou por inaugurar uma nova genealogia nos estilos revivalistas portugueses, um modelo de inspiração neobarroca que teria descendência ao longo do século seguinte; já a decoração interior da responsabilidade de Rafael Bordalo Pinheiro distanciou-se deliberadamente daquela opção, através da busca por uma feição *pintoresca*.

PALAVRAS-CHAVE: Exposição Universal de 1889; Exposição Industrial de 1888; Avenida da Liberdade;

Maria Manuel Santos

A toponímia em Santarém na transição da monarquia para a 1.ª República

É nosso desígnio neste texto fazer uma abordagem sobre o processo toponímico na cidade de Santarém, desde os finais da Monarquia até aos primeiros anos da República.

A forma como a toponímia evoluiu e a importância que adquiriu, com o crescimento dos aglomerados habitacionais, tornou-a mais exigente e criteriosa nas designações a atribuir. Incontestada a sua utilidade foi considerada como uma ciência auxiliar da história.

Na transição entre os dois regimes houve uma alteração significativa com o aumento do número de antropónimos em detrimento dos hagiopónimos. Apesar de haver alguma preocupação com a escolha dos nomes a atribuir às artérias da cidade, predominaram sempre os nomes dos notáveis locais. Foram substituídos dezenas de topónimos existentes por datas e nomes de pessoas influentes na mudança do regime. A homenagem a personalidades internacionais não foi incluída neste processo de identificação e a maioria dos topónimos de outras áreas não foi contemplado.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia; Santarém

Helena Elias

Arte pública e comemoração nos espaços públicos de Lisboa: modalidades de encomenda entre a I República e Estado Novo

Este artigo pretende oferecer uma interpretação sobre a evolução das modalidades de encomenda de arte pública comemorativa praticadas em Lisboa entre a I República e o Estado Novo. Mostra-se como as

modalidades de encomenda de monumentos, em vigor durante a Primeira República, se intensificam durante a ditadura militar. Os monumentos eram, na sua maioria, estátuas e bustos. Com efeito, a vontade das Comissões promotoras em pontuar os espaços públicos com monumentos aos seus benfeitores, saldou-se numa série de projectos em curso, apenas assinalados pelas pedras inaugurais. A situação originou críticas, cujas vozes prognosticavam a epidemia da estatuomania nos espaços públicos da cidade. No período do Estado Novo, a tradição oitocentista de comemoração nos espaços públicos foi seguida, mas era agora assente na iniciativa estatal, impactando por isso nas formas de encomendas existentes. Através de uma série de medidas que desincentivavam a apresentação de propostas particulares para a erecção de monumentos, o novo sistema político foi-se progressivamente apropriando dos espaços públicos. Argumenta-se que o regime de encomenda praticado no Estado Novo foi desenhado a partir da negação dos modelos em vigor durante a Monarquia Constitucional e Primeira República – caracterizados pela existência de comissões promotoras, nem sempre lideradas pela iniciativa governamental.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Pública; espaço público; encomenda; estatuomania.

Parte 4 | Identidades e vivências do Espaço Urbano

Virgínia Baptista

A mortalidade infantil na cidade de Lisboa nos anos trinta do século XX

O objectivo deste artigo é reflectir sobre a mortalidade infantil, até aos dois anos, no espaço urbano de Lisboa, nos anos trinta, tendo em conta os quatro bairros em que se dividia então a capital. Pretendemos perceber a relação entre a mortalidade infantil, que era de 19,42%, em 1936, e as condições económicas, sociais e culturais das freguesias em que esta predominava.

Tentámos perceber se a mortalidade infantil era uniforme na cidade. Para o ano de 1937, constatámos que a maior mortalidade se devia à diarreia e enterite, doenças do aparelho digestivo. As maiores percentagens das doenças ocorreram nos meses de verão, diminuindo gradualmente a partir do outono. Verificámos que estas atingiam principalmente os bairros operários e populares da cidade, o 1º bairro (oriental), com relevo nas freguesias dos Olivais, Beato e Monte Pedral e o 4º bairro (ocidental), incidindo nas freguesias de Santa Isabel, Ajuda e Alcântara.

PALAVRAS-CHAVE: Bairros de Lisboa; mortalidade infantil; doenças; população operária

Francis Rigal

Ethnographie d'une place publique. les fonctions du Rossio de Lisbonne

A praça pública central de Lisboa dá-se a ver através duma multidão de caras. Acolhe efetivamente um conjunto de práticas diversificadas que atestam e testemunham da multifuncionalidade deste espaço. Este artigo

apresenta-se como uma decomposição da praça pública pois trata separadamente das principais vivências que ali se manifestam tal como expressões de um mesmo lugar. A praça de hoje deixa-se então perceber numa personalidade ambivalente.

PALAVRAS-CHAVE: Praça pública; práticas urbanas; Rossio

Nuno Pinheiro

Construir Lisboa em imagens

A cidade de Lisboa foi objecto de fotografias ao longo de mais de 150 anos, essas fotografias foram acompanhando as mudanças na cidade, assim como as suas épocas mais agitadas. Este texto pretende mostrar como a cidade foi sendo representada, quais os aspectos constantes e quais as variáveis, em relação ao seu espaço físico e na sua população, desde os pioneiros da fotografia aos dias de hoje, passando pela agitação social do início do século XX e dos anos 70 do mesmo século.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; representações do espaço urbano; Lisboa

Notas biográficas

Ana Nevado

Nasceu em Torres Vedras, em 1986. Frequentou e concluiu o curso de Mestrado Integrado em Arquitectura no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa em 2009. Foi Prémio de Excelência da Universidade (2006-2007; 2007-2008). Actualmente é Doutoranda em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, desde 2011, e o tema de Tese é sobre a regeneração urbana e os planos directores municipais. Desempenha funções como Arquitecta e é membro do DINÂMIA'CET-IUL, tendo participado em diversos encontros científicos nacionais e internacionais.

Francis Rigal

Doutorando em Estudos Urbanos (FCSH-UNL/ISCTE-IUL) e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, é actualmente membro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – IUL. Licenciado em etnologia, especialização em área europeia (Universidade de Nanterre, Paris X). Desenvolveu os projectos individuais de investigação «Relations sociales entre Sénégalais et Occidentaux, et logiques d'émigration» (2007), na aldeia de Yene e em Dakar (Senegal), e «Piazza Maggiore: Appropriazioni, sociabilità e interazioni» (2005), em Bolonha (Itália). Os seus principais interesses científicos são a etnografia urbana e a antropologia urbana.

Helena Elias

Doutorada pela Universidade de Barcelona, com uma tese especializada em arte pública (2007); *Master in Arts* - grau de mestre atribuído pela RGU, Aberdeen, Reino Unido (2000); licenciou-se em Escultura, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (1999). Recebeu o prémio de investigação *Ignaci de Lecea*, conferido pela Universidade de Barcelona e o Ayuntamiento de Catalunya (2009). É professora auxiliar na ECAATI - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e investigadora do CICANT, coordenando o projecto *Arte Pública nas relações culturais luso-brasileiras*. Membro do Projecto *Interdisciplina: problemática en projectos de Arte Público y Diseño Urbano*, da Universidade de Barcelona. Tem vários artigos publicados na área da arte pública e desenho em revistas e actas de conferências nacionais e estrangeiras.

Maria Helena Souto

É Professora Associada e coordenadora da área científica de História e Teoria na Escola Superior de Design do IADE-U. Investigadora da UNIDCOM/IADE e colaboradora do CIDEHUS/Universidade de Évora. Autora de vários artigos em publicações colectivas sobre temas de História da Arte e do Design em Portugal (séculos XIX e XX), promovidas pelo Instituto Português de Museus, Instituto Português do Património Arquitectónico, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Lisboa, Centro Português de Design, IADE, Faculdade de Belas-Artes e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, recentemente foi publicado o seu estudo *Portugal nas Exposições Universais 1851-1900* (Ed. Colibri, 2011). Tem também participado em colóquios nacionais e internacionais, nomeadamente, em 2010 co-organizou o Simpósio Internacional «The World Exhibitions and the display of science, technology and culture» na *4th International Conference of the European Society for the History of Science*. Investigadora Responsável pelo projecto da FCT *Design em Portugal (1960-1974): acções, intervenientes e repercussões*, do Núcleo de Arte e Arquitectura Industrial e do Núcleo de Design Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial (I.N.I.I.) [PTDC/EAT-HAT/121601/2010].

Maria Manuel Santos

Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos é doutoranda em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Política, Cultura e Cidadania, ramo de História Urbana no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Mestre em História, vertente de Cultura e Formação Autárquica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Bacharel e Licenciada em Gestão Turística e Cultural, Pós-Graduada em Gestão Autárquica de Percursos Turístico Culturais, pelo Instituto Politécnico de Tomar, Pós-Graduada em Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho. Colaborou na coleção de livros de biografias intitulada *Os Generais do Exército Português*, no 1.º volume, 2.º volume tomo I e II, 3.º volume tomo I e II. Autora do ebook *A metamorfose dos monumentos arquitetónicos de Santarém comentada por três escritores: Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão*. É técnica superior no ISS, I.P.

Marianna Monte

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obteve o Mestrado em Desenho Urbano na Universidade Técnica de Berlim. Atualmente, é membro associado do DINÂMIA'CET-IUL e doutoranda no programa de Doutoramento em Estudos Urbanos compartilhado entre FCSH-UNL e o ISCTE-IUL, com a tese *Entre-usos: Ferramenta para o Planeamento Urbano do Século XXI*.

Nuno Pinheiro

Investigador do CEHC-IUL, Doutorado em História Moderna e Contemporânea (ISCTE 2003) tem feito da utilização da fotografia como fonte uma parte importante da sua pesquisa. É autor ou organizador de três livros, tendo artigos e capítulos publicados em Portugal, Argentina, Reino Unido, Estados Unidos, dos quais se destaca *O Teatro da Sociedade, Fotografia e Representação Social no Espaço Público e no Privado*. Também tem apresentado comunicações em colóquios e seminários em Portugal, Holanda, Argentina, Reino Unido.

Sandra M. G. Pinto

Arquiteta (2002); Mestre em Arquitetura, Território e Memória (2007); Doutora em Arquitetura, especialidade Teoria e História da Arquitetura (2012), todos pela Universidade de Coimbra (UC). Investigadora de pós-doutoramento no Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e no Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses da Universidade Federal do Paraná, Brasil. Monitora na licenciatura em Arquitetura do Departamento de Arquitetura da UC (2001/03). Supervisora da equipa de Arquitetura do Levantamento Arquitetónico e do Património Cultural e do Edificado da Baixa de Coimbra, no âmbito do protocolo entre a UC e a Câmara Municipal de Coimbra, através do Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC (2003-2005). Arquiteta do Gabinete de Candidatura à UNESCO da Reitoria da UC (2005-2007). Bolseira de doutoramento (2008-2012) e de pós-doutoramento (desde 2013) da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Teresa Madeira da Silva

Arquiteta, Doutorada em Arquitetura e Urbanismo pelo ISCTE-IUL. É Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL e investigadora no DINÂMIA-CET, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e do Território. Tem vários anos de experiência profissional em *ateliers* de arquitetura, tendo recebido, em 1989, o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, em coautoria, pelo conjunto habitacional COOCICLO em Telheiras. Coordenou em 2011, um Estudo que incide na avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção em edifícios de habitação social em Marvila, para 43 lotes (1500 unidades de ocupação), no âmbito do Programa Viver Marvila - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Atualmente leciona no Mestrado Integrado em Arquitetura (ISCTE-IUL) e no Doutoramento em Estudos Urbanos (FCSH-UNL / ISCTE-IUL).

Virgínia Baptista

Membro do Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, licenciada em História - Ramo de Formação Educacional pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1990); foi Bolseira do Projeto Erasmus frequentando a Università degli Studi di Pisa, Facoltà di Scienze Politiche (1988), mestre em História Social Contemporânea pelo ISCTE (1998) e doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2013).

A sua tese de mestrado, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, foi publicada pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em 1999, no âmbito do Prémio Carolina Michäelis de Vasconcelos. A tese de doutoramento foi recomendada para publicação pelo Júri. Tem participado em Conferências nacionais e internacionais e tem contribuições em revistas diversas.

